

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

GUSTAVO GIOVANNY DOS REIS APOSTOLOS

**UMA REFLEXÃO SOBRE AS RESOLUÇÕES DA CSP-CONLUTAS:
Uma via para o socialismo? (2012-2015)**

JUIZ DE FORA - MG
Setembro, 2018.

GUSTAVO GIOVANNY DOS REIS APOSTOLOS

**UMA REFLEXÃO SOBRE AS RESOLUÇÕES DA CSP-CONLUTAS:
Uma via para o socialismo? (2012-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira.

JUIZ DE FORA – MG

Setembro, 2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Apóstolos, Gustavo Giovanni Dos Reis.

Uma reflexão sobre as resoluções da CSP-Conlutas: uma via para o socialismo? / Gustavo Giovanni Dos Reis Apóstolos. -- 2018. 141 p.

Orientadora: Ednéia Alves de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2018.

1. CSP-Conlutas. 2. Sindicalismo. 3. Socialismo. 4. Luta de classes. 5. Trabalhadores. I. Oliveira, Ednéia Alves de, orient. II. Título.

**UMA REFLEXÃO SOBRE AS RESOLUÇÕES DA CSP-CONLUTAS:
Uma via para o socialismo? (2012-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 06/09/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia
Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Marina Barbosa Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora

Para nicinha.

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia começar os agradecimentos sem antes mencionar que esta pesquisa é resultado de um trabalho coletivo, como qualquer outro trabalho humano. Ao final desta dissertação, agradeço à toda nossa classe trabalhadora que, pela extração da nossa mais-valia, ainda sustenta a universidade brasileira, pública, gratuita e de qualidade. Sem nomear, agradeço ainda a todos e todas que direta e indiretamente contribuíram para esta pesquisa.

Nomeando, agradeço à minha mãe, Eunice, por todo exemplo de amor e honestidade. Agradeço também por todo apoio durante esta trajetória que foi o mestrado e também a graduação. Com você caminhando junto, é mais fácil, porque caminho rodeado de amor. À toda minha família, agradeço pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio. Aos amigos/as de Barão de Cocais, May, Gabriel, Jubi, Poli, Ná e André, os amigos da “pracinha” agradeço por também compreenderem a ausência e por permanecerem comigo.

Às tantas amigades em Mariana, agradeço pelos momentos de descontração e pelo “caminhar juntos”. Nesta cidade, me graduei em Serviço Social pela UFOP – que também agradeço enormemente – e, presente da graduação, encontrei pessoas e vidas. Agradeço especialmente à República Aroeiras e as do “Rosário”, ex-moradorxs e moradorxs pela saudade que permite voltar. Especialmente, agradeço à Shimba, Paulinha, Lívia, João, Romulo, Nath, Rafa, Bolly, Laio, Fer, Ana, Bruna, Amanda, Ferrel, Luiz, as ‘assistentes sociais’ ..., e tantos/as outro/as que me fazem ter as mais *bellas giornattas*. A companhia de vocês é a melhor parte!

Aos amigos de Juiz de Fora: Gleice, Eugene, Iago, Israel, Aline e tantos outros, sou grato pelo companheirismo, pelas risadas, pelas companhias nas casas e nos bares. Compartilhar esta cidade com vocês foi ímpar, melhor ainda poder continuar compartilhando os sentimentos de amizade.

Agradeço à querida professora Dra. Ednéia Alves de Oliveira, minha orientadora. Ednéia é dessas pessoas que a vida traz de presente e cujas orientações não se limitam à pesquisa. Compartilhar este trabalho com ela é um prazer imensurável, tanto quanto poder contar com sua extensa bagagem teórica. Só tenho a agradecer por todo incentivo, inclusive, antes mesmo de ingressar no mestrado.

Especialmente, agradeço também à todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF pelas brilhantes aulas na pós-graduação e por contribuírem com a minha formação. O agradecimento é extensivo às/os funcionários/as da secretaria do Programa, à(o)s trabalhadoras (es) terceirizadas (os) e à turma do mestrado de 2016.

Também sou grato à toda comunidade acadêmica da UFVJM *campus do Mucuri* – em especial ao curso de Serviço Social desta instituição, pela acolhida enquanto professor substituto.

Mais uma vez, agradeço às professoras Dra. Marina Barbosa Pinto e Dra. Patrícia Vieira Trópia, por aceitarem contribuir com a avaliação desta pesquisa. Gigantes referências do tema, ambas enriqueceram o trabalho com as considerações no exame de qualificação. Fico lisonjeado com o aceite ao final deste. Lisonjeado também fico com o aceite da profa. Dra. Viviane Souza Pereira e Dr. Alexandre Aranha Arbia, por contribuírem com esta pesquisa como suplentes. Contar com a fidelidade intelectual de vocês é um privilégio.

Por fim, a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

- Bertolt Brecht

RESUMO

A literatura recente e alguns dados estatísticos mostram que as lutas sociais, no Brasil, aumentaram dos anos 2000 em diante. Evidencia-se a intensificação da contradição entre o capital e o trabalho, agudizando a questão social, por um lado, e, por outro, coloca em debate a forma como tem sido direcionada a luta entre causa e efeito no modo de produção capitalista. Surgem da luta novas organizações da classe trabalhadora, como é o caso da CSP-Conlutas, que principia a superação do capitalismo e propõe o socialismo como novo modo de produção. Buscamos nas Resoluções Congressuais (2012 e 2015) desta central uma primeira tentativa, ainda que incipiente, de identificar como foi direcionada a luta para a superação do modo de produção capitalista, processo apresentado no terceiro capítulo. Para tanto, discutimos, no primeiro capítulo, o surgimento dos organismos de defesa da classe trabalhadora através da luta, bem como seus papéis e alguns rebatimentos da ofensiva do capital nestes organismos e nas lutas dos trabalhadores ao longo do século XX. No capítulo dois, discutimos brevemente a formação da classe trabalhadora no Brasil desde a colonização até o tempo atual, recuperando alguns traços particulares da nossa formação social e as condições de trabalho e fragmentação inerentes ao estágio atual do capitalismo. Destarte, evidenciamos que a CSP-Conlutas não foge à regra deste contexto, estando terminantemente aberta à discussão para a possibilidade do seu real protagonismo frente à emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: CSP-Conlutas; sindicalismo; socialismo; luta de classes; trabalhadores

ABSTRACT

Recent literature and some statistical data show that social struggles in Brazil increased from the 2000s onwards. The intensification of the contradiction between capital and labor is evidenced; on the one hand, and, on the other hand, it raises the question of how the struggle between cause and effect in the capitalist mode of production has been directed. New organizations of the working class arose from the struggle, as is the case of CSP-Conlutas, which begins the overcoming of capitalism and proposes socialism as a new mode of production. We sought in the Congressional Resolutions (2012 and 2015) of this center a first attempt, although incipient, to identify how the struggle for overcoming the capitalist mode of production was directed; debated in the third chapter. For this, we discussed in the first chapter the emergence of working class defense organizations through the struggle, as well as their roles, and some rebuffs of the offensive of capital in these organizations and in the struggles of workers throughout the twentieth century. In chapter two, we briefly discuss the formation of the working class in Brazil from colonization to the present time, recovering some particular traits of our social formation and the working conditions and fragmentation inherent in the current stage of capitalism. Thus, we show that the CSP-Conlutas does not escape the rule of this context, being openly open to discussion for the possibility of its real protagonism in front of human emancipation.

KEYWORDS: CSP-Conlutas; syndicalism; socialism; class struggle; workers

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE	ACORDO COLETIVO ESPECIAL
AIT	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES
ANL	ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
BM	BANCO MUNDIAL
BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
COB	CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO
CAPs	CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
CBA	COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
CGT	CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES
CGT	COMANDO GERAL DE TRABALHADORES
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CN	CONGRESSO NACIONAL
CNTA	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS
CONCLAT	CONGRESSO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA
CONCUT	CONGRESSO NACIONAL DA CUT
CSTB	CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES NO BRASIL
CTB	CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO BRASIL
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DIEESE	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
EBSERH	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FAT	FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
FIES	FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FS	FORÇA SINDICAL
FUS	FRENTE ÚNICA SINDICAL
IAPs	INSTITUTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES -
JK	JUSCELINO KUBITSCHEK -
MAS	MOVIMENTO AVANÇADO SINDICAL
MES	MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA
MML	MOVIMENTO DAS MULHERES EM LUTA
MPL	MOVIMENTO PASSE LIVRE
MR8	MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO
MTS	MOVIMENTO POR UMA TENDÊNCIA SOCIALISTA
MTTL	MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNE	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSDA	PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS

PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PUS	PACTO DE UNIDADE SINDICAL
SPD	SOZIALDEMOKRATISCHE PARTEI DEUTSCHLANDS
TUC	TRADE UNION CONGRESS
UDN	UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
UGT	UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
URSS	UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
US	UNICIDADE SINDICAL

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setor econômico dos delegados pesquisados.....	84
Tabela 2 - Setor econômico dos delegados pesquisados por faixa salarial (2012).....	85
Tabela 3 - Tipo de entidade dos delegados pesquisados.....	88
Tabela 4 - Bandeiras de lutas das entidades segundo a opinião dos delegados pesquisados ...	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 UM ESPECTRO DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E AS SUAS INSTITUIÇÕES.....	17
1.1 Acumulação capitalista e o surgimento das instituições de defesa da classe trabalhadora.	17
1.2 As organizações de esquerda entre o final do século XIX ao <i>crash</i> de 1929	27
1.3 O movimento sindical e suas configurações no cenário atual.....	40
2 A LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL	52
2.1 Da longa escravidão à industrialização tardia.	52
2.2 Da ascensão das lutas no novo sindicalismo ao triunfo neoliberal no Brasil:	67
3 UMA REFLEXÃO SOBRE AS RESOLUÇÕES DA CSP-CONLUTAS: UMA VIA PARA O SOCIALISMO?.....	80
3.1 A composição da base social da CSP-Conlutas	83
3.2 As resoluções do Primeiro Congresso da CSP-Conlutas	91
3.3 Considerações preliminares sobre o Estatuto da CSP-Conlutas	99
3.4 As resoluções do Segundo Congresso da CSP-Conlutas	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa teórica cujo recorte teve a intenção de fazer uma análise inicial sobre a forma e o conteúdo pela qual a CSP-Conlutas resolveu, em seus dois primeiros congressos, alcançar o seu objetivo final: *o socialismo*. Para tanto, é necessário que façamos algumas considerações preliminares, sendo a primeira delas o tempo desta pesquisa: Seria por demais pretensioso trazer aqui respostas prontas sobre um tema tão complexo. Me apropriando do pensamento de Eric Hobsbawm, quando escreveu em seu livro *A Era dos Extremos* (1995) sobre o quanto difícil é relatar sobre acontecimentos que envolveram o seu próprio tempo de vida, considero que me encontro em situação similar. Acredito, também, que este estudo pode levantar algumas hipóteses (in)conclusivas, portanto, reservo-me ao conveniente estado de desculpar-me ao leitor por não ter conseguido privilegiar um ou outro dado da aparência.

Enquanto procedimento investigativo, privilegamos, nesta pesquisa, o materialismo histórico dialético da teoria marxista¹. Além disto, o tema se relaciona intrinsecamente com o projeto ético-político do serviço social, o qual norteia alguns princípios básicos, como, por exemplo, a defesa intransigente dos direitos humanos e construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe²; nos permitindo compreender a relevância do estudo do tema na profissão. Se a *questão social*, objeto de trabalho do/a Assistente Social, é a relação contraditória entre o trabalho e o capital, fazem-se necessários os estudos que *investiguem* as relações que estão sendo forjadas nas lutas entre estes – constituindo as organizações sindicais, partidos e centrais como alguns dos instrumentos desta luta.

Considerando que, na sociedade de classes, as ideias dominantes são as da classe dominante³, ou seja, da burguesia, afirmamos que o ser social nesta ordem se *aliena* pelo trabalho, podendo romper parte da alienação através das lutas sociais ao desvelar a condição da acumulação capitalista: a exploração do trabalho humano. O movimento de desvelar a aparência e revelar a essência, conforme Marx, ao nosso ver, deve ser amplamente difundido pelas organizações que defendem a classe trabalhadora como forma de propagar claramente a relação entre a *causa* e o *efeito* que os/as leva à luta e que poderá levar ao fim das classes. Como foram *resolvidas* questões do tipo nos congressos da CSP-Conlutas?

¹ Sobre o procedimento investigativo em Marx, indicamos ao leitor o estudo de José Paulo Netto intitulado “Introdução ao estudo do método de Marx”, publicado pela Expressão Popular.

² C.f Netto, J. P. **A Construção do Projeto ético-político** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Mod. 1. Brasília, DF: Cead: CFESS: ABEPSS: UnB, 1999

³ C.f Marx, K.; ENGELS. F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Fontes, 2011.

Para tentar responder (ou questionar ainda mais) a interrogativa, que carece de inúmeras considerações, estruturamos esta dissertação em três capítulos: O primeiro traz um espectro da luta dos trabalhadores, iniciando com a Revolução Industrial e a formação dos primeiros sindicatos, partidos e centrais. Neste momento, demonstramos como a luta se desenvolveu e tentou superar o capitalismo pelas formas que foram possíveis, bem como o protagonismo das instituições no que diz respeito às lutas imediatas e mediatas. Nosso entendimento é de que os sindicatos *não* devem se restringir à luta imediata e puramente “econômica”, pautando maiores salários e bem estar. Sua função pode ser a de reivindicar, também, a transformação social e o fim do capitalismo, razão da existência da sociedade salarial. Ainda neste capítulo, observamos o surgimento dos partidos políticos e as formas que assumem ao protagonizarem as lutas ‘políticas’, seja pela via parlamentar ou pela tomada do poder – em seu momento específico, como na Revolução Russa de 1917.

Destacando que a *conditio sine qua non* do capitalismo é a crise, descrevemos sobre a maneira da superação desta, que é através de uma maior ofensiva à toda classe trabalhadora. Evidenciamos que o período de crise entre 1929-1932 foi fundamental para a intervenção do Estado na economia, orientado nos estudos de Keynes. Alguns anos depois da Segunda Guerra Mundial, conformou-se o padrão de produção fordista e generalizaram-se as políticas sociais, combinando determinado “pacto” entre o capital e o trabalho que ocasionou na produção e consumo em massa para amplos segmentos da classe trabalhadora dos países de capitalismo central. Tal elemento é crucial para análise do amortecimento do caráter combativo do movimento sindical, sobretudo. Isto porque, com a implementação dos “salários indiretos” generalizados pelas políticas sociais, foi possível assimilar que o capitalismo poderia oferecer qualidade de vida e emprego, sem, contudo, ser necessária a sua superação. Nesta toada, forjaram-se algumas revoluções entre o “longo” e “breve” século XX⁴, por um lado, pelo “comunismo em um só país”, que avançou mesmo com diversas dissidências internas e externas, como, também, pelo seu confronto com outras correntes que reivindicaram o socialismo como alternativa para algumas nações insurgentes neste século.

A crise dos anos 1970 vem se rastejando e se apresentando na sua forma estrutural. Isto coloca e recoloca outros elementos a serem analisados, como, por exemplo, o desmonte completo das políticas sociais e do Estado Social, por um lado, e, por outro, o seu fortalecimento para a soberania do capital financeiro. A luta dos trabalhadores, nesta conjuntura, apresenta-se fragmentada e pulverizada, cujas reivindicações tendem ao conformismo com a ordem e

⁴ Uso os termos de Hobsbawm (1995) e Arrighi (1996), nesta ordem, ao se referirem ao século XX.

seguem sendo criminalizadas, além de o período substituir o fordismo (trabalho padronizado) pelo toyotismo (trabalho personalizado), gerando mais desemprego e mais exploração. O sindicato e o partido gozam de má reputação, ou lhes é condicionado tal sentimento ao passo que a sua existência, no irreformável capitalismo, não tem conseguido, por vezes, o *mínimo*, bastante reivindicado.

Tudo isto coloca diversas dificuldades para a consolidação (e construção) do socialismo. Não seria diferente no Brasil, sobre o que falaremos mais especificamente no capítulo 2, afinal, com sua base eminentemente agrícola e ancorada no longo período escravista e pela dependência externa, o Brasil apresentou condições particulares quanto a sua formação social e seu desenvolvimento desigual e combinado. O início do século XX marca a chegada de diversos imigrantes com o intuito de construir a América, quando, na ocasião, estiveram fora do recente trabalho assalariado os negros e negras ex escravos/as e toda cultura popular e nacional.

No decorrer dos anos de 1930, tem-se o fim da hegemonia do eixo Minas Gerais-São Paulo e da República do café-com-leite. Iniciou-se, em passos lentos, a discussão sobre a regulamentação do trabalho no Brasil, cuja consolidação das Leis do Trabalho só foi publicada em 1943, demonstrando o imenso atraso nas questões que giram sob a órbita do trabalho assalariado e inaugurando uma estrutura sindical que subordinou os sindicatos ao reconhecimento pelo Estado. O país passou por um breve período de democratização na segunda metade do século XX, quando foram tentadas algumas medidas que poderiam trazer mais bem-estar para a população, como as reformas de base propostas por João Goulart. Este processo trouxe a fúria dos setores dominantes, que, com apoio dos EUA, promoveram o golpe militar no Brasil em abril de 1964.

Neste período, as liberdades democráticas foram censuradas e os partidos e sindicatos de esquerda foram colocados na ilegalidade, vigorando as eleições indiretas. As lutas estiveram sob o forte domínio da repressão militar, resultando em um grande número de pessoas torturadas, desaparecidas e mortas por este regime. O período foi fecundo para a promulgação de algumas políticas sociais que, contudo, não possuíam caráter universalizante e privilegiaram mais o capital do que o trabalho, ficando claramente exposta a dívida pública brasileira pelos esforços das obras faraônicas e as pompas dos militares. O custo de vida se torna insustentável e os movimentos de massa surgem no período, reivindicando por eleições diretas, pelo fim da ditadura militar e por democracia. É neste contexto que nascem as greves do ABC paulista, que originam, posteriormente, o PT e a CUT, um partido político e uma central sindical, neste período, classistas.

Surge, também, o nome de Lula, principal liderança ligado ao partido e à central. Sua vitória nas eleições de 2002 impulsionou o neoliberalismo no país, iniciado com Sarney, passando por Collor e FHC. No *lulismo*, ficou evidente pelas privatizações, pelos ajustes fiscais, pela cooptação das Centrais e pela contrarreforma da previdência, pouco depois da sua posse, em 2003. A luta passou por um processo de amortecimento neste período, o que não significou que não existiram tensões.

Contra as contrarreformas neoliberais implementadas pelo PT e pela CUT, surge a Conlutas, que, em 2010, passa a se chamar CSP-Conlutas. A central, que representa majoritariamente setores das classes médias, tem como princípio a objetivação do socialismo, além da novidade de comportar estruturalmente não só os organismos sindicais, mas também movimentos populares. Quais as propostas que foram levantadas pela central nos seus dois primeiros congressos? Elas podem consolidar uma via para o socialismo?

Diante disso, tivemos que reformular a pesquisa em sua hipótese inicial, que tinha por objetivo tentar responder se a Central dispunha, *grosso modo*, de um caráter reformista ou revolucionário. No exame de qualificação, o horizonte de pesquisa abriu-se mais, ao passo que tentamos, aqui, de forma bastante preliminar, buscar, nas resoluções congressuais, sobre como a central *resolveu*, nos seus dois primeiros congressos, em um contexto de contrarrevolução permanente⁵, pela luta que objetiva o fim do capitalismo. Portanto, privilegamos os dois primeiros Cadernos de Resoluções disponíveis em seu sítio na internet para tentar responder (e/ou abrir novas inquietações) uma das diversas perguntas que se fazem presentes no terceiro capítulo.

⁵ Cf. Polese (2017).

1 UM ESPECTRO DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E AS SUAS INSTITUIÇÕES

1.1 Acumulação capitalista e o surgimento das instituições de defesa da classe trabalhadora

Para iniciarmos uma discussão sobre as Resoluções da CSP-Conlutas e o que tange suas aproximações com a luta pela sociedade emancipada, cabe-nos discorrer um pouco sobre a formação da classe operária – de forma introdutória –, dedicando um capítulo sobre o surgimento e desenvolvimento desta classe, na Europa; e, em um segundo, para as particularidades do surgimento e desenvolvimento da classe trabalhadora no Brasil.⁶

Neste sentido, precisamos dizer que a referida classe *vai surgindo* com o próprio avançar da modernidade, no trânsito entre o feudalismo e o capitalismo. Hobsbawm (1977) em *A Era das Revoluções*, já nos atenta ao fato de que, no ano de 1789, a terra era entendida como a principal fonte de riqueza e, assim sendo, a sua posse, propriedade ou a sua falta ditavam as relações econômicas e políticas – incluindo-se aí as *relações* de escravidão/trabalho –, entre os que possuíam a terra, os que dela faziam o cultivo e os que dela detinham os rendimentos de locação e o lucro. Para Hobsbawm (1977, p. 29), a preocupação dos fisiocratas franceses, cujo estudo debruçou-se sobre entender a terra como riqueza, clarificava que:

O problema agrário era portanto o fundamental no ano de 1789 e é fácil compreender por que a primeira escola sistematizada de economistas do continente, os fisiocratas franceses, tomara como verdade o fato de que a terra, e o aluguel da terra, era a única fonte de renda líquida, E o ponto crucial do problema agrário era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam sua riqueza e os que a acumulavam.

Se a terra era compreendida como a principal fonte de riqueza no século XVIII, ela deixa de ser após a consolidação da Revolução Industrial, cujo elemento fundamental para compreensão da riqueza material passa a ser entendida como a *relação* de produção que se dá entre a produção capitalista relacionada ao (des)emprego da força de trabalho humana e assalariada.

No que concerne o *surgimento* da classe operária, Engels (1985) orienta que só é possível conhecer, de fato, tal classe, levando-se em consideração a invenção da máquina à vapor e das máquinas destinadas a trabalhar o algodão, que, quando colocadas em prática, na

⁶ O que, de forma alguma, pretende ser esgotado no teor desta dissertação. Sobre o assunto, há uma enormidade de trabalhos produzidos, o qual não cabe catalogar aqui a bibliografia. Sumariamente, introduziremos algumas reflexões que consideramos pertinentes.

segunda metade do século XVII, desencadearam a Revolução Industrial – acontecimento cujas relações sociais foram completamente transformadas e, ao mesmo tempo, forjando o que conhecemos como a nova sociedade burguesa⁷. É justamente durante esse processo da Revolução Industrial que surge o proletariado, entendido por Engels (1985, p. 11) como “o principal produto dessa revolução” e que, para Marx (2013), porta a sua única propriedade: sua força de trabalho⁸.

Importante destacar que o proletariado surge primeiro nos grandes centros do capitalismo central, em ritmo acelerado, crescente e expandindo-se para outras regiões territoriais. Uma constatação observada por Engels (1985) é que o trabalhador inglês, antes da invenção da máquina, exercia sua atividade laboral em casa, no ofício da tecelagem do algodão, e o que ganhava era suficiente para que pudesse se reproduzir e assegurar a sua existência. A partir da industrialização, a condição e a manutenção da vida do trabalhador começam a depender da remuneração paga pela sua força de trabalho, que foi colocada à venda nas indústrias recém criadas, o que acarreta na potencialização da produção – visto que a indústria nascente tinha a capacidade de empregar parcela significativa da classe e atender aos comércios exteriores. O maquinário foi extremamente eficiente para que o capitalismo alavancasse a sua acumulação de capitais ao reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias e na aceleração contínua da fabricação destas pelo trabalhador, o que também produziu o desemprego e a consolidação de um “exército de reserva” conforme veremos adiante.

Portanto, sem o trabalhador, não há produção. Enquanto mercadoria, a força de trabalho em número maior do que os postos de trabalho disponíveis ocasiona um rebaixamento no nível dos salários, ou, quando acontece o contrário, o nível dos salários tende a subir. Engels (1985, p. 98) enfatiza que a força de trabalho é

Exatamente como qualquer outro artigo comercial. Se há poucos, os preços sobem e neste caso é o salário que sobe; os trabalhadores vivem melhor [...]; se há excedente os preços baixam, surge o desemprego, a miséria, as privações e, em seguida, as epidemias varrem o excedente da população.

⁷ Uma maior riqueza de detalhes pode ser consultada na obra de Eric Hobsbawm (1977), citada nas referências. De maneira sumária, destacamos que tais transformações aconteceram em todas as esferas da vida social, como nas relações de trabalho, nas comunicações, na educação, nas artes, no transporte, na vida camponesa e urbana; por vezes, justificadas por inúmeras guerras que definiram e redefiniram por completo os limites geográficos e de mercado.

⁸ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas” (MARX, 2013, p. 312-313).

O processo de inserção da maquinaria na produção de mercadorias faz com que a mais valia, ou mais valor⁹, possa ser extraída, também, de forma relativa¹⁰ e proporciona o surgimento do exército industrial de reserva – ou seja, trabalhadores que não estão inseridos no processo de produção de mercadorias. Isto é, com a inclusão das máquinas no processo produtivo em função do modo de produção capitalista, as mercadorias passam a ser produzidas em ritmos cada vez mais crescente e em menor tempo, aumentando o lucro do capitalista e exigindo menos trabalho vivo, ou seja, força de trabalho para o tempo socialmente necessário na produção. Em outras palavras, produção de mais valia é a lei absoluta da acumulação/centralização capitalista.¹¹

Uma das análises trazidas por Marx no capítulo XXIII d’*O Capital* (2013) diz respeito à taxa de acumulação ser crescente e ininterrupta. Tal lógica se dá pura e simplesmente porque, mesmo que não se invista em capital constante¹² e nem em capital variável¹³, isto é, que o ritmo da produção continue o mesmo, sem alterações ou modificações, o capital sempre será acumulador, gerador de valor. Essa razão é explicitada pelo autor porque a força de trabalho assalariada e empregada no processo de produção de mercadorias na sociedade capitalista é principal fonte de produção de mais-valia, que é apropriada pelo capitalista e não pelo trabalhador. Portanto, também é a mercadoria que gera mais valor do que o seu próprio salário. Esta equação leva a crer que, ao se concretizar o processo produtivo que transforma a matéria prima em mercadoria acrescida de valor, a força de trabalho assalariada faz rodar a engrenagem da acumulação capitalista, da geração e mais-valor pelo trabalhador e, conseqüentemente, de mais trabalho não pago, explorado e apropriado pelos detentores dos meios de produção.

A produção capitalista também faz com que ocorra o fenômeno da concorrência entre os trabalhadores. Destacamos ser um fenômeno porque observou Engels (1985) que, no início da Revolução Industrial, ocorrera o crescimento do mercado têxtil e um baixo crescimento populacional, o que fez com que parcela significativa dos trabalhadores estivessem inseridos em postos de trabalho e impedisse uma forte concorrência entre estes trabalhadores. Outro fenômeno que a inserção da maquinaria causou na produção e na *passagem* do feudalismo para o capitalismo foi o êxodo rural. Antes da Revolução Industrial, o *locus* de produção da

⁹ Aqui acrescentamos que todo o lucro da sociedade capitalista se dá através da mais-valia. Em poucas palavras, pode ser referida como o trabalho excedente, não pago ao trabalhador durante o tempo socialmente necessário para que se produzisse determinada mercadoria, não advindo, portanto, somente da relação agrária concebida pelos fisiocratas.

¹⁰ Pelo crescimento da produção sem prolongamento da jornada de trabalho.

¹¹ Para um maior aprofundamento quanto a acumulação capitalista, ver o Capítulo XXIII d’*O Capital*, escrito por Karl Marx.

¹² Meios e máquinas de um processo produtivo, ou composição valor (MARX, 2013).

¹³ Força de trabalho, ou composição técnica (MARX, 2013).

tecelagem do algodão e outras mercadorias personalizadas era a própria casa do trabalhador – que vivia no campo, majoritariamente, e ainda não se concentrava nas cidades que vão se industrializando, processualmente. A chegada das indústrias, do crescimento da produção e da contratação de grande parcela da população – e também a aceleração do processo produtivo – fez com que as mercadorias da indústria se tornassem mais baratas do que as produzidas manualmente, no campo, tornando inviável a competição entre os produtos manuais e os industriais e obrigando os camponeses, pela via da necessidade, a migrarem para as cidades que estavam, literalmente, *à todo vapor*, acirrando, processualmente, a concorrência com os trabalhadores urbanos.

A concorrência por postos de trabalho representa, para Engels (1985), a expressão mais acabada da guerra de todos contra todos, uma guerra que decide a própria vida, a subsistência, o tudo. Os trabalhadores, dadas as características de sua própria existência, que são condicionadas pela venda da sua força de trabalho, entram em concorrência por emprego com outros trabalhadores, tal qual os burgueses entre suas disputas por mercados. A maneira encontrada pelos trabalhadores para que a concorrência diminuísse e também para obterem melhores condições de trabalho foi se juntar e formar associações de trabalhadores. Para além da concorrência entre eles, as péssimas condições de trabalho e as longas e exaustivas jornadas de trabalho impulsionaram o surgimento dessas associações.

Tais condições foram suficientes para que os trabalhadores pudessem ir se organizando pouco a pouco pela redução da jornada de trabalho¹⁴, realizando ações como passeatas, paralisações, comícios, barricadas e as mais diversas formas de pressionar a burguesia. Consideramos que estas ações não podem ser tomadas como naturais, mas, sim, como um processo histórico em que a classe trabalhadora vai percebendo que, através da luta coletiva, poderia alcançar resultados que pudessem amenizar as condições de exploração da força de trabalho e também diminuir a concorrência entre eles.

Na leitura de Gianotti (2007), aos poucos, a nova classe operária inglesa ia descobrindo a necessidade de pressionar os patrões para obter alguma conquista. Tais reivindicações, no entanto, não obtinham legitimidade em suas ações, mesmo porque as organizações dos trabalhadores em movimentos coletivos eram proibidas e tratadas com violência excessiva por

¹⁴ A jornada de trabalho durava entre 14 e 16 horas nas fábricas, as condições de trabalho eram degradantes, precárias, insalubres, indignas, com a produção crescente em ritmo tão acelerado quanto o da própria industrialização, além da presença de crianças e mulheres nas atividades fabris, sobretudo em momentos de crise (MARX, 2013).

parte da polícia e do exército à mando do Estado¹⁵, da classe patronal e resultando em um número incalculável de feridos e mortos.

Manifestações que começavam a ser melhor organizadas tinham como pauta a diminuição do tempo de trabalho no interior das fábricas e a reivindicação do acesso aos gêneros alimentícios. Um exemplo de tal reivindicação ocorreu em 1818 e ficou conhecida como Marcha da Fome, que aglutinou trabalhadores em prol da luta pela sobrevivência. Em 1819, um grande comício reuniu mais de oitenta mil operários em Londres, mas estiveram presentes, também, a polícia e o exército, fortemente armados para reprimir os trabalhadores manifestantes. É somente em 1824 que o parlamento inglês reconhece o direito à livre associação de trabalhadores, as *trade unions*, os sindicatos. Engels (1985) alerta que o direito da livre associação já havia sido reconhecido há tempos para a aristocracia e para a burguesia. O fato das associações de trabalhadores se tornarem legítimas em 1824 fez com que se espalhassem rapidamente por toda a Inglaterra a criação de vários sindicatos¹⁶. A citação a seguir se faz presente porque, para o autor, significa a importância do sindicato e seu papel econômico:

Em todos os ramos da indústria constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*) com a intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a incúria da burguesia. O seus fins eram fixar o salário, negociar *em masse*, enquanto força, com os patrões, regulamentar os salários em função do benefício do patrão, aumenta-lo no momento propício e mantê-lo ao mesmo nível para cada ramo do trabalho (ENGELS, 1985, p. 244).

Isso demonstrou um determinado “limite” dos sindicatos, pois já delimitou a sua atuação prática na fixação dos salários e no poder de negociar em massa, colocando como reivindicação a indexação do nível salarial compatíveis com os que os momentos comportam, sejam eles os momentos de crise ou não. Vejamos que,

Em caso de crise econômica, a própria associação é obrigada a reduzir o salário ou a dissolver-se completamente; e no caso de uma alta importante da procura no mercado de trabalho, não pode fixar o salário a um nível mais elevado do que aquele que a concorrência entre capitalistas determinaria por si mesmo (ENGELS, 1985, p. 246).

¹⁵ Engels (1985, p. 313) observa que a burguesia necessita do Estado em situações que precisa controlar o proletariado, mas, ainda assim, quer “manter esse Estado o mais afastado possível naquilo que lhe diz respeito” dentro da égide da livre concorrência.

¹⁶ Havemos de considerar, também, que o fato de, agora, a associação de trabalhadores ser legítima não significa que não existisse. Na mesma seção, Engels (1985) descreve que algumas associações secretas já existiam, porém, a própria clandestinidade era um impeditivo da maior organização da classe.

Já em outras circunstâncias, em períodos pós-crise, a associação tem o papel importante de anteceder o aumento de salários, como descreve na citação a seguir:

[...] frequentemente, depois de uma crise, as associações impõem, de fato, um aumento de salários, mais rapidamente do que aconteceria sem a sua intervenção. Porque se o industrial tem o interesse em não aumentar os salários antes porque a concorrência dos outros industriais o obrigue a isso, agora são os próprios operários que exigem um salário mais elevado quando o mercado melhora. [...] Mas, como dissemos, contra as causas mais importantes que modificam o mercado de trabalho, a ação das associações é ineficaz (ENGELS, 1985, p. 246-247).

Por essa passagem, percebe-se o papel econômico dos sindicatos, limitando-os à ações relacionadas a pautas vinculadas à questão do salário, o que leva, conseqüentemente, à melhores situações de conforto e de vida. Entretanto, no âmbito político, ou como prefere o autor, “contra as causas mais importantes” (ENGELS, 1985, p. 246), sua *ação* não abala as estruturas do sistema de metabolismo social. Ele continua descrevendo que essas associações surgem, portanto, com o interesse de mobilizar os operários para que, desse movimento, engendrasses a primeira tentativa do operariado em abolir a concorrência entre eles. Engels (1985) afirma que, no momento em que os operários tomarem consciência e decidirem deixar de ser mercadoria e entenderem que, para além da força de trabalho, também existe uma determinada vontade própria, as leis que regem os salários e toda economia política atual terá um fim. Decerto, o autor afirma, ainda, que é preciso que os operários consigam abolir não só *uma parte* da concorrência, mas *toda* a concorrência, e que a *necessidade* irá obrigá-los à proceder com a ação de tomada de consciência.

Um movimento observado por Engels (1985) foi o das paralisações quase que diárias nos distritos industriais da Inglaterra. Sobre esse aspecto, afirma o autor que a sua ação em nada muda a estrutura da sociedade, entretanto, a mobilização cotidiana prepara o operariado para outras lutas futuras, que podem vir a abolir o modo de produção capitalista.

No que se refere à lei, ele enfatiza que, para o proletariado, a sua aplicação é tal qual a de um “chicote”, preparado contra ele, e, quando não o é obrigado a obedecer, é natural que o próprio proletariado proponha modificações à referida lei. É possível encontrar as modificações e propostas no movimento que sugeriu uma *Carta do Povo* ou simplesmente ‘*cartismo*’, que apresenta-se com “a forma condensada da oposição à burguesia” (ENGELS, 1985, p. 246). Ainda na discussão do mesmo autor, data de meados de 1835-8¹⁷ a definição de seis pontos da

¹⁷ Em termos de precisão histórica, na nota nº30 da publicação, observa-se que, nas edições de 1845 e 1892, lê-se 1835. A carta foi publicada pela primeira vez em 8 de maio de 1838. Ademais, na nota nº 32, costuma-se datar o cartismo em conjunto com a criação da *London Working Men’s Association*, em 1836 (ENGELS, 1985, p. 270).

Carta do Povo elaborados por uma comissão, sendo eles: 1. O sufrágio universal para todos os homens adultos não condenados por nenhum crime e mentalmente são; 2. Renovação anual do parlamento; 3. Fixação de remuneração parlamentar para garantir que os que não possuem renda possam exercer o mandato; 4. Eleições secretas, a fim de evitar corrupção e intimidação; 5. Circunscrições eleitorais, a fim de assegurar representações equitativas; 6. Todo eleitor pode ser também elegível, abolindo a disposição que regia que os elegíveis seriam somente os possuidores de terras.

Um dado a se observar é que o cartismo, não pautando exclusivamente a questão salarial, configurou-se no movimento operário, embora não tenha sido nitidamente separado da pequena burguesia radical (ENGELS, 1985). Fica evidente que, mesmo abrangendo pautas mais amplas, conforme já descrito, o controle da produção por parte dos operários e, sobretudo, uma tomada revolucionária das bases de produção por parte desses mesmos operários parecia distante da realidade. Engels (1985) ainda cita o que Stephens¹⁸ – um integrante do movimento cartista – declarava como sendo o caráter *social* do cartismo:

O cartismo, meus amigos, não é uma questão política, onde se trata de voz fazer o direito do voto ou qualquer coisa desse gênero. Não, o cartismo é uma *questão de garfo e faca*, a carta significa boa moradia, comer bem e beber bem, bons salários e uma jornada de trabalho curta (ENGELS, 1985, p. 258).

Em relação à *condução* do movimento cartista, foi na época da crise de 1842 que a Liga contra a lei dos cereais, nome dado à organização dos industriais de Manchester, se posicionou de forma extremista, incentivando a linguagem revolucionária. Na reunião entre os liberais e os cartistas, os primeiros queriam a revogação da lei dos cereais e os segundos queriam a entrada em vigor da Carta. Nessa perspectiva, ainda de acordo com Engels (1985), a burguesia queria fechar as fábricas para que o ato forçasse o Parlamento a abolir os direitos de alfândega sobre os cereais, levando à determinada revolta dos operários. A burguesia mantinha a posição de retaguarda, embora incitasse a revolução e esperasse pelo seu desfecho.

Apesar da crise, a burguesia não sofreu perdas, pelo contrário, teve seus ganhos ampliados. Isto não significou que a condição salarial tivesse acompanhado o mesmo curso, mesmo porque se evidenciou, no período de crise, o rebaixamento dos salários dos operários de três fábricas. Duas delas recuaram na extinção do rebaixamento salarial e apenas uma empresa, a William Bailey, foi firme e não acatou o reajuste acompanhado do período pós crise (ENGELS, 1985). Tal *ação* foi suficiente para uma *reação* dos operários. Imediatamente,

¹⁸ *Northern Star*, 29 de setembro de 1838 (ENGELS, 1985).

percorreram localidades próximas, convidando outros operários a paralisarem suas atividades. Contudo, destaca-se que, além dos operários não cometerem nenhum excesso nas reivindicações, foram empurrados para tal situação de revolta e incentivados pela burguesia que tinha interesses claros, como, por exemplo, a revogação da lei dos cereais (ENGELS, 1985). Desta observação, constata-se que alguns acontecimentos foram iniciados sem objetivos precisos, mesmo porque, no interior do movimento, alguns queriam impor a Carta, já outros queriam que fosse assegurada a questão salarial.

A conjuntura que se apresentava foi suficiente para causar um revés na insurreição, levando a burguesia a voltar a reivindicar sua “posição” e de “volta à legalidade”, se revolta contra os operários com a proteção do aparato militar (ENGELS, 1985). Aqui, apontamos duas situações: A primeira delas remonta que a classe trabalhadora, na intenção de obter melhorias nas suas condições de vida e de trabalho, vai se organizando, agora, para além do movimento imediato do emprego e do salário, como, por exemplo, ao estabelecer os seis pontos da Carta. A outra situação é que, apesar de toda a mobilização, o seu desfecho apresentou, ainda assim, o caráter de reforma, considerando a influência burguesa no interior do movimento e a perspectiva do socialismo ainda apresentada de forma utópica¹⁹, no movimento cartista.

Em *O papel econômico imediato dos sindicatos*, Marx (S/D apud AGUENA, 2008) é enfático e descreve que a função dessas organizações é impedir que o salário desça abaixo da soma paga pelos diferentes ramos da indústria e que o preço da força de trabalho desça abaixo do seu valor, além de colocar o trabalhador em posição de igualdade com o capitalista para a contratação da sua força de trabalho. Vale destacar que a burguesia manifestava determinado ódio às tais associações, sobretudo porque advinham dali as formas de resistência contra à exploração cotidiana, definidas de forma coletiva entre os trabalhadores. Engels (1985) manifesta que o *limite* imposto pelos trabalhadores é o de não se aceitar um salário inferior às suas necessidades básicas para manter sua subsistência.²⁰

¹⁹ A forma “utópica” do socialismo foi descrita por Engels (1986), no livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Na obra, o autor discorre sobre as concepções que poderiam remediar os males do capitalismo, com as experiências de Saint-Simon, Fourier e Robert Owen. O que os utopistas acreditavam por socialismo não significou, senão, a aproximação de uma forma a criticar o capitalismo, sem, contudo, erradicá-lo – tendo como exemplo a construção de escolas para filhos de empregados da fábrica de Robert Owen. Coube ao processo corrente e a apropriação do *método/procedimento investigativo* a clarificação do que é o socialismo científico, também exposto na obra do autor.

²⁰ Na mesma obra, o autor já alerta para o fato desse limite ser muito relativo. Em decorrência de tal afirmação, traz, por exemplo, a questão da imigração de irlandeses como mão de obra/mercadoria na Inglaterra nos meandros da Revolução Industrial. Em um capítulo inteiro dedicado à questão da imigração irlandesa (p. 109 – 115), Engels descreve como tais trabalhadores foram se colocando em competição com os trabalhadores ingleses, em alguns casos, comparando *grosso modo* questões relativas à aceitação das condições de sobrevivência entre os dois tipos de trabalhadores e, evidentemente, o salário que recebiam e que proporcionam tal condição de sobrevivência.

Ademais, n'A *miséria da filosofia*, Marx (*apud* AGUENA, 2008), em uma resposta ao socialista Proudhon²¹, argumenta que, mesmo se o salário aumentasse para o seu dobro, igualmente, os preços também subiriam para o seu dobro, mudando apenas os termos e não alterando de fato a lei geral que rege a compra e venda da força de trabalho.²² A condição, ainda para Marx, é que a economia sob a dominação do capital coloca os trabalhadores em situação de classe revolucionária por excelência, que, por enquanto, ainda não é *para si* mesma. Ressalta o autor alemão que, de todas as forças produtivas engendradas no capitalismo, é tarefa da própria classe revolucionária a libertação de sua condição de classe e, ao mesmo tempo, de abolição das classes.

Com relação à posição de classe *em si*, em 1842, na Inglaterra, aconteceu a primeira greve geral da história da industrialização, isto é, aglutinou praticamente a totalidade dos trabalhadores das indústrias em prol de uma pauta única pela redução da jornada de trabalho. O movimento de lutas que tinha a greve como principal instrumento, foi tecendo suas lutas no campo de conflitos entre o capital e o trabalho, e, por estar fortalecido, conseguiu que o parlamento inglês reduzisse a jornada de trabalho para 10 horas diárias em 1847. Essa lei passou a vigorar no dia 1º de maio de 1848, instaurando a data como o Dia Internacional dos Trabalhadores (GIANOTTI, 2007).

O cenário também apresentou características efervescentes da luta dos trabalhadores na França. O país passou por um processo de industrialização nos primeiros dez anos do século XIX, fazendo com que ocorresse um crescimento vertiginoso da classe operária. As passeatas e atos públicos tomavam conta das ruas de Paris, incomodando a classe patronal que consegue pressionar o Estado para proibir, através da força da lei, os atos e manifestações, muito embora isso somente fizesse com que crescesse a revolta e a insatisfação. Para ilustrar uma destas reivindicações, teve-se, no ano de 1840, uma greve que contou com mais de cem mil pessoas e que propugnou a redução jornada de trabalho para 10 horas diárias. A burguesia se viu na condição de apoiar a redução da jornada de trabalho e entrar em um acordo com o proletariado, até mesmo para evitar maiores reivindicações que pudessem comprometer seu *status quo*.

A burguesia enquanto classe nascente – e revolucionária – na época, precisou aliar-se à força dos trabalhadores para derrubar a monarquia, que tinha voltado ao poder após a derrota de Napoleão Bonaparte pelo exército inglês em 1815. Aproveitou-se da força dos trabalhadores nas ruas, conseguindo destituir a monarquia, para, logo em seguida, “trair” o operariado,

²¹ Filosofia da Miséria (S/D *apud* AGUENA, 2008).

²² No sentido de referenciar mais obras que travam da temática, em *Salário, Preço e Lucro*, Marx (1985) também descreve a importância da luta salarial para que possa se possa garantir minimamente a dignidade do trabalhador.

retirando os direitos trabalhistas, não abrindo mão de medidas de extrema violência nas ações contra a classe operária, inclusive com o uso das armas (GIANOTTI, 2007). A regulação da exploração da força de trabalho e o direito conquistado e, ao mesmo tempo, concedido de trabalhar por 10 horas foi retirado, aumentando a jornada de trabalho e, conseqüentemente, intensificando ainda mais a extração de força de trabalho na forma de mais-valia absoluta.

As ideias revolucionárias – que ecoavam desde 1789 – estavam tomando corpo na realidade: era o fantasma do comunismo que rondava a Europa, nas palavras de Marx e Engels. O impulso da organização operária incentivou a publicação do *Manifesto Comunista*, em 1848, servindo como um instrumento de politização dos operários e de esclarecimento, também, sobre o movimento do capital naquela conjuntura histórica. O momento fecundo da efervescência política também proporcionou a instauração da I Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), que reuniu trabalhadores de diferentes nacionalidades e países e iniciou a configuração da luta em âmbito internacional, tendo como resultado os êxitos políticos na Inglaterra que denunciavam os trabalhos infantis e feminino nas fábricas, o estímulo à organização sindical além de conceder apoio às greves e o apoio à Comuna de Paris (SAGRA, 2010).²³

O período que compreende a existência da I Internacional (1864-1876) foi importante para o fortalecimento das questões nacionais e as respectivas particularidades destas na formação dos partidos. Na análise de Braz (2011), a fortalecimento das questões nacionais nos partidos também foi “palco de divergências” no interior do movimento. As correntes (a anarquista de Bakunin, a perspectiva socialista de Marx e Engels e o blanquismo francês) se opunham e, poucas vezes, se unificavam. Mesmo questões políticas, como a luta pela extensão do sufrágio e a defesa da instituição partidária, não foram suficientes para acalmar as divisões internas, culminando na desarticulação da AIT em 1876.

Ademais, com a experiência da Comuna da Paris, Marx concluiu que a Internacional já não concentrava as condições necessárias para, no seu momento histórico, guiar o rumo das lutas que pudessem romper com a exploração dos trabalhadores. Destacamos, por conseguinte, que, após a experiência da Comuna, figurou-se a crise de muitas “escolas socialistas”, o que

²³ Em poucas linhas, a comuna foi a experiência em que os trabalhadores tomaram o poder em Paris de assalto, armados. Revoltados com a regressão no campo dos direitos, se revoltaram contra a burguesia, classe que tinha se aliado para derrubar a nobreza e que trai o movimento. Os chefes do reinado francês fogem e, logo em seguida, se juntam com os reis da Prússia para poderem derrubar a comuna, mesmo estando França e Prússia em guerra. A experiência da comuna dura apenas 72 dias, em virtude da derrota do exército dos trabalhadores pelos exércitos dos dois países, muito embora, nesse curto período de tempo, tenha conseguido o direito ao sufrágio universal e o direito à educação primária gratuita. Uma riqueza maior de detalhes pode ser encontrada em Sagra (2010), Arrizabalo (2014) e Gianotti (2007).

ocasionou ao marxismo e ao movimento socialista de forma geral a convivência com diversas correntes, caracterizando um “ecletismo no movimento socialista” (BRAZ, 2011).

A crise mundial que se estendeu entre 1873 e 1896 e a piora que esta trouxe para as condições de vida dos trabalhadores assalariados modificaram objetiva e subjetivamente a luta de classes, culminando em uma maior unificação dos trabalhadores e de organização política, resultando disto, inclusive, a criação dos diversos partidos social-democratas. Encontramos na análise de Braz (2011) uma referência aos estudos de Andreucci (1982), que considera o partido social-democrata dotado de verdadeira “vocação de massa”, além de também dispor de uma vocação para o “internacionalismo”, sendo sua tarefa propagandear universalmente que o proletariado é o sujeito revolucionário o qual culminará na construção da nova sociabilidade socialista.

É oportuno aqui descrever que, no I Congresso na Internacional, foi resolvido que, como tarefa futura dos sindicatos, devem passar para além da função imediata, atuando, também, com vistas à sua emancipação radical. Já no III Congresso, a resolução declara que as greves não são meios de emancipar o trabalhador, descrevendo-as como uma necessidade do atual momento histórico. Incentiva-se, também, a criação de mais sindicatos e o esforço volta-se para a filiação em massa (AGUENA, 2008).

Durante os anos de 1870, Engels e Marx, de acordo com Braz (2011), defendem a criação de diversos partidos políticos, pregando a união desses partidos com o intuito de se consolidar os objetivos da classe. Para Hobsbawm (1983), ainda na leitura de Braz (2011), não se pode apontar Marx como reformista, gradualista, ou revolucionário, porque tais questões só se puseram para o movimento socialista em um momento posterior à sua época de vida. Nessa toada e ainda para o autor em discussão, Marx não vê conflitos entre uma luta no âmbito econômico, que objetive melhorias dentro da ordem capitalista e também por uma formação de consciência política que abolisse o sistema capitalista. Importante é não deixar que a luta perca seu aspecto central: “a unidade entre luta econômica e política” (HOBSBAWM, 1983 *apud* BRAZ, 2011, p.38).

1.2 As organizações de esquerda entre o final do século XIX ao *crash* de 1929

Com a multiplicação dos sindicatos, logo foram surgindo as primeiras centrais sindicais e partidos políticos. Em 1868, é criada a *Trade Union Congress: Britain at Work* (TUC), na Inglaterra e a *DGB Bildungswerk*, na Alemanha. Data de um ano depois a criação do primeiro

partido socialista da história, o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, também na Alemanha (SPD) (GIANOTTI, 2007), conferindo a germinação de uma luta unificada entre partido e central sindical. A constituição destes partidos de trabalhadores tem um vínculo com as organizações sindicais e comungam, também, da imediatividade de suas pautas, como no caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), na Espanha, que lutava pelo fim do trabalho infantil, pela responsabilização dos patrões pelos acidentes de trabalho, pelo direito de descanso e por saúde no trabalho (ARRIZABALO, 2014)

A situação levou Engels (1881 *apud* AGUENA, 2008) a escrever sobre os sindicatos no *The Labour Standart*, enfatizando que, passados 70 anos após a permissão dos sindicatos, eles já se encontram reconhecidos como instituição cuja ação é admitida no âmbito da negociação dos salários. No mesmo escrito, deixa a inquietação se os sindicatos devem continuar na luta redundante pelo aumento salarial ou se pela abolição do sistema de assalariamento. O mesmo autor (1881b *apud* AGUENA, 2008) escreve que a existência dos sindicatos já assinala a luta contra o capital, ao passo que reafirma a divisão da sociedade em classes antagônicas. Ele analisa que, em toda luta de classes, o objetivo é a tomada de poder, e que, se, no cartismo, a luta saiu derrotada do ponto de vista da tomada do poder, para os capitalistas, surgiu tal efeito que eles prolongaram o armistício e fizeram novas concessões, trazendo outras perspectivas para a classe operária, como a possibilidade de se abrir uma luta também no âmbito parlamentar, com o envio de homens operários aos postos legislativos. Com isso, afirma Engels (1881b *apud* AGUENA, 2008) que, para que o trabalho esteja no parlamento e para que a abolição do trabalho assalariado se concretize, é preciso que a organização se dê para cada ramo da indústria, mas, também, como um corpo único da classe operária.

Analisando o sistema de trabalho assalariado, Engels (1881c *apud* AGUENA, 2008) considerou que, embora os sindicatos, desde sua legalização, não lutassem contra as causas, não significou que fossem inúteis, uma vez que a luta pela ampliação dos salários foi entendida pelo autor como uma luta contra o capital, também.

Em *salário, preço e lucro*, Marx (1985) descreve que o desenvolvimento das forças produtivas tem por pressuposto a acumulação de capital, além de acrescentar que, mesmo que o capital cresça mais que a população, os salários não aumentam, havendo uma relação de maior investimento em capital constante e menor investimento em capital variável. Tal consideração o permite constatar que o lema conservador – “um salário justo para uma justa jornada” – deve ser substituído pelo lema que exige o “fim do trabalho assalariado”, levando-o a concluir que a alta dos salários acarreta na baixa taxa de lucro e que a tendência do modo de produção capitalista não é elevar os salários, mas, sim, diminuí-los. Considerou que os sindicatos

trabalham bem como centro de resistência, porém, são deficientes por lutarem contra os efeitos ao invés de se esforçar para a mudança, em lugar de empregar suas forças para a emancipação final, presumindo o fim do sistema de trabalho assalariado. Deste destaque, enfatiza-se a necessidade dos sindicatos atuarem não só com as questões imediatas de trabalho e salário, mas, também, com as questões mediatas, que possam vislumbrar o viés emancipatório.

Os “Sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixa, em parte, de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escamurças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para sua transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 1980, p.56).

O medo causado pelo crescimento dos partidos e dos sindicatos de trabalhadores que se organizavam rapidamente fez com que as instituições burguesas lançassem mão de instrumentos que levariam a classe trabalhadora, principalmente sua parte consideravelmente católica, a não questionar o capitalismo, a acumulação e a exploração. Um exemplo clássico é o da publicação da doutrina social, na *Rerum Novarum*, publicada pelo Vaticano na figura do papa Luís XIII. Ali, manifestou-se que a pobreza e a riqueza, em palavras gerais, são desígnios de deus, e que a condição do pobre enquanto pobre e de rico enquanto rico é, senão, uma condição natural e não econômica, além de dizer que a agitação despertada pelos socialistas é a inveja pelos que possuem os modos de produção (ARRIZABALO, 2014).

Embora o esforço de barrar o movimento de trabalhadores por parte das instituições burguesas fosse frequente, não foi suficiente para que o movimento enfraquecesse, muito pelo contrário. Os dados demonstram que o apoio recebido pelos partidos operários por meio das eleições diretas cresceu consideravelmente. Para se ter uma ideia, o Partido Social-democrata Alemão recebeu, em 1871, a casa dos 102.000 votos; em 1877, foram 437.000; e, em 1890 foram, quase 1,5 milhões de votos (BRAZ, 2011). Uma situação que merece destaque é a que traz a reflexão acerca do partido eleitoral. Para Engels (*apud* BRAZ, 2011, p.37), “o mais importante era a construção de um partido operário distinto dos outros”. Em relação aos lugares onde não se existia tais partidos, Engels “continuava a usar o termo ‘partido’ para definir a soma total dos corpos políticos (isto é, eleitorais) que exprimiam a autonomia da classe operária, independentemente da sua organização (HOBSBAWM, 1983 *apud* BRAZ, 2011, p.37).

Isso foi suficiente para, dado o caráter que a organização havia tomado até então, reerguer a II Internacional, entendida por Sagra (2010) como a “Internacional da organização”,

tendo esta nova o objetivo de ampliar a base de trabalhadores nos sindicatos, nas centrais sindicais e nos partidos políticos operários. Vale lembrar, também, que, se a I Internacional teve o seu protagonismo na Inglaterra, a II Internacional o terá declarado na França e na Alemanha, inclusive com a criação do Partido Operário Francês, cuja carta programa contou com a ajuda do próprio Marx (BRAZ, 2011).

Após cerca de cem anos da “dupla revolução” – a francesa e a inglesa (HOBSBAWM, 1977) –, aconteceram 69 congressos simultâneos, sendo um deles organizado pelos socialistas alemães e pelos guedistas²⁴, que conclamou, inclusive, o I Congresso da II Internacional. Oferecendo um panorama acerca das diversas questões inerentes à jornada de trabalho, nesse congresso, firmou-se a necessidade da luta por uma legislação trabalhista em âmbito internacional, além de declarar apoio pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Em relação aos debates acerca da própria legislação trabalhista, aponta Sagra (2010) que, dentro do movimento, havia ainda aqueles que consideravam que ela era incompatível com a causa socialista. É importante e fundamental destacar, concordando com as análises de Braz (2011), que a noção de “marxismo da Segunda Internacional” não é homogênea nas suas concepções de luta de classes, revolução e partido, nem entre os seus signatários.

Vale destacar que a II Internacional se diferencia da I Internacional, não somente, mas também, por não ser uma frente única entre organizações operárias, mas uma “federação de partidos social-democratas, alguns dos quais tinham o peso de massas e todos eles se reivindicavam marxistas” (SAGRA, 2010, p. 25).

Estas condições históricas da criação de diversos partidos de orientação social-democrata, como também da própria organização do movimento operário, constituem uma primeira fase da II Internacional, que envolveu o fim dos anos de 1880 e o começo de 1890²⁵, anos nos quais vivenciava a crise, além da verificação de um

(...) intenso processo de organização dos movimentos socialistas e operários, expresso em suas forças eleitoral, sindical e de mobilização, tendo como exemplo maior, as festividades em torno do 1o de maio. Vale destacar, nesse momento, a *penetração do marxismo nos partidos e nos diversos movimentos* em vários países. Segundo Hobsbawn, o “partido social-democrático alemão adotou-o, oficialmente, em 1891 (BRAZ, 2011, p. 51. Grifos do autor).

²⁴ Jules Guedes (1845-1922) foi um líder revolucionário de inspiração marxista. Foi anistiado por ter participado da Comuna de Paris e consolidou-se líder do movimento operário francês.

²⁵ Sobre isto, discorre Braz (2011, p. 51): “A propagação das ideias de Marx e Engels se efetivou durante várias fases da Segunda Internacional e se deu através de vários instrumentos e meios(...). A organização política do proletariado através do próprio movimento operário e de diversos partidos seguiu, neste período, a periodização – registrada por historiadores – da própria II Internacional. Esta periodização pode ser caracterizada em pelo menos três fases, dos anos 80 do século XIX até 1914”.

Para se ter uma ideia acerca das discussões da II Internacional, no congresso que aconteceu em 1886, em Londres, se impôs uma posição partidária de ação política independente da classe trabalhadora e as suas organizações. Tal posição – que foi defendida por Engels um ano antes de sua morte – pleiteou a defesa da tomada do poder político com a expropriação do capital, mediante ação política de partidos distintos dos políticos burgueses, não se limitando, entretanto, ao terreno parlamentar e eleitoral. Essa posição defendida por Engels, na opinião de Arrizabalo (2014), é contrária ao reformismo – o qual falaremos um pouco adiante –, cujas ações são projetadas pelas reformas, pela substancial melhora na qualidade de vida e de emprego dos trabalhadores da época, sem maiores pretensões de rompimento com a ordem. Destaca Braz (2011) que a fase que compreende o reformismo se caracteriza como uma segunda fase da II Internacional, na qual se observa a expansão do capitalismo mundial e o crescimento dos movimentos operários de massa e socialista. Tratou-se da questão da legalidade dos partidos em alguns países, em face de que assumiam, por conseguinte, postura reformista, “abdicando-se da revolução e da transformação social” (BRAZ, 2011, p. 51).

É importante delimitar que o terreno histórico no qual se ergue a II Internacional é marcado por profundas mudanças no seio da sociedade industrializada, imperialista, bem como na reivindicação da classe trabalhadora que, decerto, conquistou benefícios na forma de reformas que, pautadas pelo Partido da Social-Democracia Alemã (PSDA), foram promulgadas através do parlamento.²⁶

Dentre as correntes²⁷ que compunham o movimento interno da II Internacional, destaca-se o a opinião desenvolvida por Kautsky, com a ideia de que a revolução era algo impossível de se antecipar. Em Braz (2011), vislumbramos que, para Kautsky, o partido social-democrata é revolucionário, porém, não faria a revolução²⁸. Em um artigo sobre a social-democracia,

²⁶ Na análise de Sagra (2010), o movimento ideopolítico do PSDA, presente na II Internacional, era composto por três vertentes: a esquerda, constituída por três figuras importantes: Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Clara Zetkin; a direita, com figuras como Bernstein e Vollmar; e o centro, com Kautsky e Bebel. Importante destacar também que Bihr introduz, na parte I do seu livro *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise* (2010), as tendências do modelo social-democrata do movimento operário.

²⁷ Para Waldemberg (1982 *apud* BRAZ, 2011, p. 52), “(...)podemos pensar em quatro correntes distintas no interior do movimento operário, desenvolvidas ao longo da II Internacional. São elas: o chamado marxismo “ortodoxo”, calcado na obra de Kautsky, desenvolvida em estreita colaboração com Bebel; o revisionismo, centrado em Bernstein; o sindicalismo revolucionário; a tendência de esquerda denominada Neue Linke, de R. Luxemburgo e Pannekoek, militantes do Partido Social-democrata da Alemanha”.

²⁸ “Partido Socialista é um partido revolucionário; não é um partido que faz revoluções. Sabemos que nosso fim não pode ser conseguido senão por uma revolução, porém sabemos também que não depende de nós fazer essa revolução nem de nossos adversários impedi-la. De nenhum modo sonhamos, pois, em provocar ou preparar uma revolução; e como não podemos fazer a revolução à nossa vontade, não podemos dizer absolutamente quando, em que circunstâncias ou sob que formas se cumprirá. Sabemos (...) que o proletariado se engrandecerá cada vez mais, em número e em força, tanto do ponto de vista moral como do econômico e que, em consequência, sua vitória e derrota do capitalismo são inevitáveis” (KAUTSKY, 1979 *apud* BRAZ, 2011).

Przeworski (1988, p. 65) afirma que, para Kautsky, as reformas não seriam um impeditivo para que a revolução fosse alcançada, afinal “seria um profundo erro imaginar que tais reformas pudessem atrasar a revolução”. Em outro campo, as ideias revisionistas propostas por Bernstein também aqueceram a discussão sobre a organização da luta dos trabalhadores para objetivar o socialismo. O pensamento de Bernstein envolvia a ideia de rever a obra de Marx e “adequá-la” ao tempo histórico da II Internacional, por acreditar que as ideias desenvolvidas por este autor deveriam ser melhor adaptadas à situação que se vivenciava na época; situação de maior evolução capitalista se comparada com a época em que Marx viveu. Sagra (2010) nos mostra que é de Bernstein a expressão que afirma que o “objetivo final” não é nada, pois o movimento é tudo²⁹; o que gerou grande polêmica no interior do partido à medida que este passa a incorporar as ideias revisionistas e reformistas, porém, não sem resistência.

Coube à Rosa Luxemburgo, também ligada ao Partido, a condição de tecer seu pensamento revolucionário e combater o oportunismo e o reformismo, com fins de se avançar em um processo revolucionário ao mesmo tempo que considerava que as reformas não poderiam ver um fim em si, assumindo o papel de meio, por não ser o objetivo final da luta que considera a supressão do capitalismo.

Em um congresso da social-democracia alemã, em 1903 votou-se uma resolução que ancorava as decisões do partido e da massa trabalhadora na égide de uma concepção revolucionária, abandonando as premissas revisionistas e reformistas e, ao mesmo tempo, isolando a corrente centrista de Kautsky, o que, dado o tempo histórico, foi de grande influência para as revoluções que se afinam na Rússia. O movimento forte obtido pela organização Internacional foi o principal expoente para que se configurasse uma classe operária forte na Rússia, influenciando a formação de um partido independente na Inglaterra, do sufrágio universal na Áustria, e do isolamento do centrismo e do revisionismo/reformismo interior do PSDA, na Alemanha (SAGRA, 2010).

A primeira condição revolucionária da Rússia, em 1905, abriu espaço para controvérsias que se gerava em torno da questão a greve de massa, bem como da divisão do mundo entre o Oriente e o Ocidente. Sobre a greve de massas, é importante contextualizar como elas “irromperam no interior do partido social-democrata, assim como entre o Partido, por um lado, e os sindicatos, por outro” (SALVADORI, 1984, p. 243).

²⁹ Przeworski (1988) considera que a renúncia de Bernstein em relação aos objetivos finais não significa que esses objetivos não seriam alcançados, devendo ser concentrada toda a ação do movimento do âmbito dos objetivos imediatos.

Salvadori (1984, p. 249) considera que todas as correntes que fizeram parte do movimento operário alemão estavam aplaudindo o fim do czarismo na Rússia, “mas não estavam absolutamente unidas no aplauso aos ensinamentos dos métodos de luta russos”. Em algumas passagens do *Leipziger Volkszeitung*, em 2 de fevereiro de 1905, do qual Franz Mehring³⁰ era redator chefe, ficou evidente o que Salvadori definiu como sendo uma forma eloquente de se afirmar com todas as letras que Ocidente e Oriente³¹ haviam de se unificar nas formas de luta e que tal exemplo vinha do operariado russo, entretanto, era exatamente isso que os chefes sindicais não poderiam de forma alguma aceitar, porque se tratava “de uma verdadeira declaração de guerra à estratégia tradicional dos sindicatos” (SALVADORI, 1984, p. 250).

Em 1905, já se percebe uma certa nitidez quanto à recusa dos sindicatos alemães em tirar lição com as estratégias revolucionárias russas. Um exemplo foi o explanado por Theodor Bommelburg, que apresentou o tema da greve geral no Congresso Sindical de Colônia. Nessa concepção, afirmou que:

A ideia da greve geral tinha uma marca inconfundivelmente anarquista, que o á-bê-cê para os sindicatos era o aumento da organização, que uma greve política de massa poderia certamente ser considerada como uma arma hipotética para rechaçar ameaças contra os direitos políticos e sindicais, mas que devia ser recusada qualquer propaganda sistemática em favor do emprego desse tipo de greve (SALVADORI, 1984, p. 251).

Entre 17 e 23 de setembro, aconteceu um congresso do Partido Social-Democrata alemão, em Jena, colocando como ordem do dia a questão da greve de massas, o mesmo que ocorrera no congresso de maio. Segundo Salvadori (1984), entre os diversos comentários dedicados à imprensa do partido e sindical, duas apresentam claramente as opiniões opostas. Uma delas é a do órgão oficial do sindicato, que diz:

Preparar (a greve de massa) equivaleria a organizar a revolução; é mais importante reforçar a organização política e econômica do proletariado de tal modo que essa seja capaz de enfrentar qualquer situação e de controlar qualquer movimento proletário (RRSDP, 1961 *apud* SALVADORI, 1984, p. 252).

Nesse sentido, orienta um preparo do proletariado alemão, para que ele se torne capaz de controlar as adversidades que poderiam surgir daí. Em um sentido oposto, o órgão das mulheres social-democratas, dirigido por Clara Zetkin, escreveu: “A social-democracia alemã

³⁰ Este compunha a corrente radical da social-democracia, juntamente com Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht Clara Zetkin e o próprio Kautsky.

³¹ Ainda para Salvadori (1984), a Rússia czarista e seu regime monarca significava o atraso em relação ao restante da Europa Ocidental, já despossuída de monarquias.

se reúne em Jena num momento extraordinariamente sério e grandioso. Ela realiza o seu congresso sob o signo de um dos eventos mais grandiosos da história mundial: a revolução russa (RRSDP , 1961 *apud* SALVADORI, 1984, p. 252)” E continua com a argumentação, vislumbrando na greve de massas e na experiência russa o exemplo para todo o proletariado:

Os eventos russos despertam e reforçam a consciência da própria força revolucionária no proletariado; eles o tornam consciente de que a revolução é um momento inevitável do desenvolvimento histórico (...); eles dirigem a sua atenção para a greve política de massa enquanto método de luta (HSDH *apud* SALVADORI, 1984, p. 252).

Bebel, no entanto, agiu como mediador entre as alas que compunham o partido. Atesta Salvadori (1984) que, com os radicais, defendeu-se o recurso da greve de massa, porém, com os reformistas, recusou-se a aplicação do modelo russo para exemplo na Alemanha. Na ala reformista, o autor cita o papel de Eduard David, que acreditou serem as condições para a greve de massa na Alemanha dotadas de determinada irreducibilidade às condições da Rússia, acreditando estar na democracia parlamentar o caminho a ser seguido pela Alemanha. Acabou-se por deliberar que o Congresso adotara a proposição de Bebel, segundo o qual o Partido reconhecia que a greve política de massas era uma arma para defender o direito de associação e o sufrágio universal e para conquistar um “importante direito fundamental” para o proletariado, incentivando, assim, uma propaganda aberta para uma possível greve de massa (SALVADORI, 1984, p. 254-255). Já o órgão central dos sindicatos em relação à essa deliberação foi firme e oposto, pois os sindicatos não tolerariam “uma propaganda da greve política de massa” (SALVADORI, 1984, p. 255).

Em todo caso, após o Congresso, foram suficientes as situações para incandescer uma enormidade de manifestações e, com as agitações de massa, afinou-se ainda mais o debate entre a situação alemã e russa, elevando-se, também, nos órgãos de imprensa do partido que adotavam postura mais radical, como, por exemplo, quando Rosa escreve, em 11 de novembro, no *Vonwärts*³², dizendo que, com os acontecimentos russos, o marxismo voltava a ribalta e, três dias depois, o *Leipziger Volkszeitung* faz a afirmação de que os mesmos acontecimentos enterraram o revisionismo alemão, ao passo que o proletariado também reconheceu que a “greve revolucionária de massa” era a sua arma de luta.³³

O ano de 1906 cria condições para uma virada em um sentido moderado entre o movimento operário na Alemanha, mas, sobretudo, consolida um confronto decisivo entre os

³² “Revolutionslehren”, in *Volkstimme*, 10 de novembro de 1905 (RRSDP *apud* SALVADORI, 1984, p. 255).

³³ “Nachdem Bankrott des Absolutismus”, in *Vorwärts*, 11 de novembro de 1905 (RRSDP *apud* SALVADORI, 1984, p. 255).

dirigentes do Partido e os dirigentes sindicais, sendo que os segundos, de fato, impuseram sua vontade aos primeiros.

A radicalização do Partido, por um lado, e, por outro, as abertas ameaças dos conservadores, induziram os dirigentes sindicais a uma ação decidida em relação ao próprio Partido. Eles não tinham a menor intenção de pôr em risco a sorte da organização sindical num confronto com o aparelho de poder das classes altas alemãs. A ofensiva sindical foi decidida; e o Partido se dobrou. Em 16 de fevereiro, encontraram-se secretamente as comissões executivas do Partido e dos sindicatos; e o Partido foi induzido a: 1) assumir o compromisso de impedir uma greve política de massa; 2) assumir a responsabilidade de dirigi-la, no caso de que ela não pudesse ser impedida. Os sindicatos manifestariam o seu apoio de modo subordinado. Poucos dias depois, entre 19 e 23 de fevereiro, seguiu-se uma conferência dos dirigentes sindicais, no curso da qual foram discutidas as relações entre o Partido e os sindicatos. Expressou-se plenamente nela a hostilidade a qualquer pretensão do Partido de dirigir os sindicatos, bem como a recusa de aceitar sob qualquer forma o exemplo das lutas russas (SALVADORI, 1984, p. 258).

O movimento radical sai derrotado e, posteriormente, instaura-se, no interior da organização, as ideias reformistas, fazendo com que a II Internacional

(...) entre 1906 e 1914, ainda que não se formulasse claramente devido a uma vasta e divergente concepção dos rumos para o socialismo, além de decisões de cúpula, a II Internacional começou a atuar com um ponto de vista diferente. Esse novo ponto de vista era a perspectiva reformista (SAGRA, 2010, p. 29)

O reformismo passa a ser usado como sendo um programa mínimo, pelos partidos que, claramente e ideologicamente, propunham o fortalecimento dos sindicatos para a conquista de direitos econômicos, cooperativas e partidos políticos com cada vez mais representantes parlamentares. Já o programa máximo, que se baseava na luta revolucionária, passou a ser usado somente nos discursos do dia do trabalho (SAGRA, 2010). Com a I Guerra Mundial, a maioria dos partidos votou pelos créditos da guerra, cada qual defendendo o seu imperialismo e, por conseguinte, não se revoltando contra o governo de seu território. A regra não escapou a II Internacional, que, com a chegada da guerra e a conversão total dos moldes revolucionários para os moldes reformistas, entrou no processo de falência.

Ainda à despeito da luta travada pelos trabalhadores, não cabe aqui definir se foram, na totalidade, anarquistas, comunistas, socialistas ou social-democratas, mesmo porque a pluralidade que existia entre os teóricos do socialismo, tanto no partido quanto no sindicato, também existiu na base dos trabalhadores, o que colaborou para que não houvesse uma unidade nas formas de luta que se protagonizaram durante a existência da II Internacional.

É importante lembrar que o movimento operário, mesmo que estivesse assumindo posturas reformistas, assumiu em partes o caráter classista, como em uma breve análise da

Revolução Russa de 1917. Com o slogan de “paz, pão e terra e todo o poder aos soviets”, mesmo que Lavr Kornilov tenha tentado configurar um golpe de Estado sem sucesso, forjou-se ainda mais o processo de fortalecimento dos trabalhadores no interior das massas populares e conclamando o processo revolucionário que desencadeou em outubro de 1917 na Rússia, decretando a paz e o fim da guerra, a expropriação das terras pelo capital e sua devolução ao povo camponês, a separação entre Igreja e Estado, o controle operário, a nacionalização dos bancos, o divórcio e etc.³⁴, influenciando a organização dos trabalhadores em todo o mundo e culminando no desenvolvimento da III AIT, em março de 1919 (ARRIZABALO, 2014). É importante destacar que a Rússia foi um dos últimos países do continente Europeu a abolir a aristocracia agrária, iniciando o processo de industrialização no século XX, enquanto os outros iniciaram o processo entre os séculos XVIII e XIX.

Sobre o processo revolucionário de 1917, algumas reflexões ainda que incipientes são profícuas, sendo exemplo as ideias leninistas que muito contribuíram para a análise do marxismo naquele período. O autor e líder revolucionário, ao analisar as greves, reflete que estas acontecem por razões que são próprias ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo – analisando o exemplo Russo, versando sobre o seu acontecimento ser concomitante com os locais onde existem operários. Suas palavras indagam e afirmam:

Por que a grande produção fabril leva sempre às greves? Isso se deve ao fato de que o capitalismo leva, necessariamente, à luta dos operários contra os patrões, e quando a produção se transforma numa produção em grande escala, essa luta se converte necessariamente em luta grevista (LÊNIN, 2008, p. 99).

Mirando as greves, o autor diz que, “a princípio, é comum que os operários não tenham uma ideia clara do que procuram conseguir, não compreendem porque atuam assim” (LÊNIN, 2008, p. 101). Vale destacar que, para o autor, a ideia da greve “infunde vigorosamente no operário a ideia do socialismo” (LÊNIN, 2008, p. 104), o que nos leva a considerar a sua influência no papel da formação de consciência de classe. Arbia (2010, p. 39) considera que:

Os textos de Lênin permitem a conclusão: não há formação de consciência de classe possível que abdique do sindicalismo e de sua forma de luta mais genuína, as greves. Não poderá haver salto direto do cotidiano proletário para a consciência de classe mais

³⁴ Em uma tradução dinâmica de Arrizabalo (2010, p. 197) onde se lê: “Los bolcheves lanzanla consigna “pan, tierra, paz” (y todo el poder a los soviets) [...] En agosto, el comandante en jefe de las fuerzas armadas, Lavr Kornilov, intenta un golpe de Estado, derrotado a la respuesta de sectores obreros dirigidos por los bolcheviques, lo que amplía su influencia, [...] y, finalmente, el 25 de octubre (7 de noviembre) culmina el proceso revolucionario, el poder pasa a estar inequívocamente en manos de los soviets, lo que se plasma en los primeros decretos: el “decreto de la paz” para detener la guerra, y el “decreto de la tierra”, para expropiar los grandes terratenientes y dársela a los campesinos (em seguida vendrá notros sobre las nacionalidades, la igualdad de los ciudadanos, la separación del Estado y la Iglesia, el control obrero, la nacionalización de la banca, el divorcio, etc.)”.

acabada (expressa na organização do partido). A passagem pelo sindicalismo e pelas lutas que pressupõe é indispensável ao correto acabamento da consciência de classe.

Levando em consideração as explanações acima, ainda de acordo com Arbia, é possível fazer a elucidação de que, pelo pensamento de Lênin, as greves são preparações para a “guerra” e não propriamente a “guerra”. A questão fundamental é que, na luta de maior amplitude e tendo em vista a emancipação humana dos trabalhadores, as greves apresentam suas potencialidades e também os seus desafios e limites. Dito isto, é impossível um acabamento completo da consciência de classe mais acabada (os partidos) sem passar pelos quadros de luta do sindicalismo, relegando à sua atuação servir como “correias de transmissão” entre os partidos políticos e os operários (ARBIA, 2010, 39).

Em *O que fazer*, Lênin (2008b) descreve um passo importante em relação à espontaneidade das massas, entretanto, alerta em relação aos papéis de atuação onde tal consciência avançasse pela união soviética, considerando como um “erro” da nova tendência da social democracia não compreender que se exige consciência mais elevada por parte dos integrantes da social democracia para “ir” até o operário mediante denúncias políticas, como para educa-lo diante de sua atividade revolucionária. Neste aspecto, sua opinião difere um pouco da de Rosa Luxemburgo, que via na espontaneidade das massas um importante processo para a construção de uma consciência educativa e, ao mesmo tempo, de luta, não concebendo, em si, a revolução (ARBIA, 2010).

Destaca Salvadori (1984), que entre os anos de 1905 e 1906, Rosa centralizou o papel de massas e o papel da organização em suas reflexões teóricas. Segundo os estudos do autor, polemiza-se que a greve de massa é uma expressão mais acabada da luta de classes em um processo revolucionário, bem como os seus objetivos internacionais – muito embora se desenvolvesse em uma situação nacional –, e que, além disso, o objetivo “não é representado pelas lutas democráticas, mas pelo socialismo”, não consistindo em si a greve de massas um fim, mas, sim, um meio (SALVADORI, 1984, p. 270). Continuando, o autor diz que a natureza da revolução na Rússia, para Rosa, consistiu em ter objetivos transitórios do tipo democrático-burguês, com a propulsão de sua força de luta concentrada no proletariado, cuja posição política nacional se mescla com os destinos internacionais dos países já desenvolvidos em que se objetiva construção do socialismo.

Decerto, não se deve pensar que a greve de massa pudesse coincidir com o processo revolucionário. Para Rosa, nas análises de Salvadori (1984), a greve de massa tem seu caráter delimitado. Neste sentido, destaca que o papel da greve de massas tem três características: “expressar uma vasta unidade de organizados e desorganizados, pôr em crise a frente

económico-política adversária, permitir uma crescente organização das massas.” (SALVADORI, 1984, p. 274). No congresso do Partido em 1905, o autor destaca que Rosa dirigiu-se aos “supersticiosos” da organização do alto, convidando-os a aprender com o a revolução russa e dizendo que as massas, na Rússia, entraram no processo de revolução quase que sem nenhum traço de organização sindical, ao passo que, com a luta, iriam reforçando a organização. Via, portanto, como único fim necessário para o proletariado da Alemanha, com influência do Oriente, a “ditadura do proletariado”, mesmo porque concebia a democracia burguesa e o liberalismo como fenômenos esgotados.

Em relação ao caráter contraditório dos sindicatos na ditadura do proletariado, o Comitê Central do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia (2008)³⁵ considerou que não basta que os sindicatos conheçam suas tarefas, mas, para além dessa questão, merece um tato peculiar, porque deveria “saber aproximar da massa de modo concreto, conseguindo, com um mínimo de resistência, elevá-las à um grau mais alto no aspecto cultural, econômico e político” (SALVADORI, 1984, p. 188). Ademais, em relação às contradições de tal instituição, engendrarão certamente desacordos e conflitos. Diante de tal fato, conclui-se que é preciso uma instância com maior autoridade para que se resolva no momento as suas particularidades conflituosas e antagônicas. A instância referida para tal resolução é o próprio Partido Comunista e a sua união internacional: A Internacional Comunista.

Leon Trotsky, também integrante do partido, escreve sobre o tema. No ensaio *Os sindicatos na época da decadência imperialista* (2008), descreve que não se escolhe as condições que a luta se dá, muito menos a sua abdicação. Deve-se, então, lutar na particularidade de cada contexto criado em condições anteriores. Em seguida, descreve que as palavras de ordem devem ser a de “independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado” (TROTSKY, 2008a, p. 201) para que a instituição não recaia sobre controle da aristocracia operária, mas, sim, das massas exploradas; e “democracia sindical” que deduz diretamente do primeiro termo. Ademais, não lhes cabe mais serem “órgãos da democracia, como na época do capitalismo concorrencial” (TROTSKY, 2008a, p. 202), nem neutros, nem anarquistas que desconsideram a ação do Estado na vida dos povos e das classes, nem reformistas, tendo em vista que, dado o contexto histórico, nenhuma reforma nas condições objetivas pode ser séria e duradoura. Nestas condições, elenca que ou os sindicatos seriam “ferramentas secundárias do capitalismo” ou deveriam “transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado” (TROTSKY, 2008a, p. 202).

³⁵ Uma das contradições que se expressa é a de defender os interesses da classe trabalhadora e ao mesmo tempo fazer parte da burocracia do Estado.

Em suas análises, Trotsky não desassocia a ação sindical da ação partidária. Vejamos que em *Comunismo e Sindicalismo* (2008b, p. 208), essa posição se clarifica:

(...) O partido comunista é a ferramenta fundamental para a ação revolucionária do proletariado, a organização de combate de sua vanguarda deve erigir-se em direção à classe operária em todos os âmbitos de sua luta, **sem exceção**, e portanto **também** no campo sindical.

A imbricação da luta entre partido e sindicato, tanto para Lênin quanto para Rosa e Trotsky – considerando seus momentos específicos –, consiste na unidade que pode levar a um processo revolucionário. Entende-se, então, que a esfera “econômica” não pode se separar da esfera “política”. Ademais, a luta econômica e a luta política partem das mesmas relações concretas e materiais da sociedade capitalista, tendo no partido o papel de proletariado mais esclarecido: a vanguarda. Mesmo que os sindicatos possam ter a compreensão da sua tarefa transformadora e, porque não revolucionária, ele não é o partido.

Com a morte de Lênin, a direção da revolução Russa passou a ser conduzida por Stalin, porém, não sem discordâncias com os posicionamentos de Trotsky. Trotsky desenvolve a Teoria da Revolução Permanente e Stalin, a Teoria do Socialismo em um só país. Em relação à teoria da revolução permanente, Sagra (2010) analisa que ela se desenvolve sobre o conceito de, primeiro, a burguesia nacional utilizar a revolução para seu benefício próprio e, tal qual avança o processo, ela se desloca para o lado das classes feudais e do imperialismo; em seguida, o campesinato (pequena burguesia) “não pode jogar um papel dirigente na revolução burguesa do proletariado e do campesinato” (SAGRA, 2010, p. 67). Tal rechaço, para a autora em questão, “consigna de ditadura democrático-burguesa do proletariado e do campesinato”, o que levaria, sob a ditadura do proletariado, onde a ditadura democrático-burguesa transformar-se-á na revolução socialista, triunfando como uma parte da revolução se expandindo em escala mundial (SAGRA, 2010, p. 67). Em relação à condição internacional da revolução, “nunca houve diferença entre Lênin e Trotsky”, enfatizando que, para Lênin, a ditadura do proletariado deveria ser implantada imediatamente ou o mais rápido que fosse possível, iniciando um processo revolucionário nos outros países de capitalismo desenvolvido (SAGRA, 2010, p. 67).

Tal processo, como já dissemos, foi marcado por questões não puramente afinadas entre os integrantes do partido. Alicia Sagra (2010, p. 68) atesta que,

Em síntese, a teoria de Stalin dizia que era possível construir o socialismo na URSS sem levar em conta o curso da revolução europeia. E para explicar essa aberração, dizia que existiam países maduros para o socialismo e outros que ainda não estavam – e a URSS era a única que estava madura.

Tal política, na opinião da autora, serviu para justificar os interesses da revolução à imediaticidade dos interesses da burocracia soviética.

1.3 O movimento sindical e suas configurações no cenário atual

A crise de 1929, nos EUA, foi um elemento importante para pensar a organização política dos trabalhadores. Os impactos econômicos desta crise, como o desemprego, a baixa produção do setor automobilístico, a falência de pequenos e médios empresários e a baixa exportação para países europeus refletiu-se internacionalmente na quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. A saída para a crise veio com o New Deal, ou “novo trato”, em uma tradução livre do inglês, trazendo como consequência o expurgo de quase toda a produção agrícola no país com vistas a maior produtividade para maior lucratividade; os magníficos investimentos bélicos que fizeram com que EUA se tornasse uma das maiores potências armadas do mundo; a construção de obras estatais incentivando a indústria da construção civil e criando novos postos de trabalho, etc. (ARRIZABALO, 2010). O grande proponente desse plano foi o presidente Roosevelt, eleito em 1933. Destaca-se que o período foi fecundo para que o presidente eleito sancionasse leis que regulavam a jornada de trabalho, salário mínimo, seguro-desemprego e outros direitos (HERLING, 1965), o que ocasionou, outrora, o amortecimento do processo ofensivo das lutas sindicais em prol da reconstrução nacional.

No mesmo terreno histórico, se instaura, na Europa, uma grande onda conservadora. Aqui, falamos do surgimento de figuras como Adolf Hitler, na Alemanha, e Benito Mussolini, na Itália, com objetivos claros de liquidação e de caça aos dirigentes e militantes comunistas. Essas lideranças surgem com o intuito de combater o comunismo e a luta dos trabalhadores, muito embora, por exemplo, no caso alemão, se use a premissa antissemita para levar milhares de judeus às câmaras de gás e campos de concentração (ARRIZABALO, 2010). A guerra declarada pela França contra a Alemanha repercutiu no mundo todo, em especial nos setores econômicos, políticos e sociais, sobretudo porque a então República Soviética declara apoio à França, fazendo com que Hitler tome atitudes cada vez mais drásticas de invasão de países fronteiriços e contra-ataque através do Exército Alemão.

Na Itália de Mussolini, o fascismo toma conta das ruas e começa uma verdadeira caça aos blocos de esquerda.³⁶ Uma das atitudes mais emblemáticas tomadas por Mussolini foi a

³⁶ Uma análise sobre o conservadorismo e a aproximação do movimento sindical italiano com a igreja católica pode ser conferido em Oliveira (2017).

publicação da Carta Del Lavoro, ou em uma tradução literal da língua italiana significa “Carta do Trabalho”. Ali estão contidas as formas pela qual se molda a organização sindical, retirando sua autonomia enquanto instrumento e colocando suas ações à mercê da legislação italiana, nos moldes corporativistas e desmobilizando uma massa considerável de trabalhadores, incentivando fortemente a acumulação capitalista, conciliando o capital e o trabalho, expressando uma política de paz social (ANTUNES, 1985).

Na Alemanha nazista, qualquer agremiação de trabalhadores que ousasse sair às ruas e denunciar o regime de Hitler era fuzilada pelas armas do governo nazista. Em um primeiro momento, parece apenas mais uma página da história, porém, se atentarmos ao fato de que todas as manifestações contrárias eram proibidas, tem-se um número gigantesco de mortes e a liquidação quase que completa dos trabalhadores alemães insatisfeitos com o nazismo e com a guerra, principalmente os revolucionários e os mais radicais. Diante de tal fato, não restava alternativas ao sindicalismo senão adequar-se ao modelo nazista e, conseqüentemente, colaborar com a burguesia, mesmo porque os que se manifestaram no sentido oposto foram liquidados, assim como a liberdade sindical, a liberdade de reunião e as demais liberdades democráticas (APÓSTOLOS, 2015).

Pari Passu, compete aqui tecer considerações sobre as frentes populares³⁷ que se planejava consolidar como antagonismo à ofensiva nazifascista, inclusive uma possibilidade vista pelos comunistas que atuavam no interior da Internacional Comunista (IC), de que as frentes antifascistas poderiam reestabelecer um novo salto organizativo nas massas em suas diferentes localidades. O clima de desconfiança e de (re)estabelecimento de alianças entre nações causado pela segunda guerra, bem como a conseqüente invasão por parte da Alemanha a outros territórios concomitante ao período que o bolchevismo stalinista necessitava estabelecer sua doutrina de modelo de “socialismo em um só país” – e conseqüentemente a sua sobrevivência diante do novo cenário internacional – foi fecundo para que fosse assinado o pacto germânico-soviético (1939-1941) entre Alemanha e URSS a fim de evitar um confronto bélico entre as potências. O fato é que, em 1941, Hitler invade a União Soviética, descumprindo o pacto, acarretando um giro político-ideológico no qual a URSS buscou aliança com potências capitalistas democráticas, à exemplo dos Estados Unidos Da América – e seu poder bélico –, para, por um lado, garantir a sobrevivência do seu modelo de socialismo e, por outro, para derrotar o nazismo, o que aconteceu na decisiva *Batalha de Staligrado* (BRAZ, 2011).

³⁷ Maior compreensão pode ser encontrada em Sagra (2016).

Derrotado saiu também parcela significativa do movimento revolucionário, que, com o fim da Internacional Comunista, em 1943, consagrou determinado divisionismo no seio do movimento operário, sobretudo com as políticas intransigentes de Stalin para os que não concordassem com as orientações do partido. Para Braz (2011), há que se considerar também o confronto sino-soviético em 1956, a intervenção armada sobre os comunistas que divergiam de Stalin na Tchecoslováquia, em 1968, mas não só: mesmo antes do fim da Internacional Comunista, já se observavam rupturas entre Moscou e os demais países, como, por exemplo, a Iugoslávia, que, em 1941, já se distanciava da Internacional, e também o caso da China, que seguia linha diferente de Moscou desde a década de 1930, conjugando o processo revolucionário ao campo e à cidade. O resultado também foi sentido com o distanciamento “da classe operária, que, ao longo dos anos de 1950 e 1960, tendeu fortemente para o reformismo sob os auspícios da social-democracia europeia, revitalizada a partir de 1945” (BRAZ, 2011, p. 176-177).

Voltando aos estudos de Przeworski (1988), o autor destaca que a social-democracia, enquanto um fenômeno histórico, abandonou o reformismo, tendo em vista que, quando estão no poder, atribuindo as reformas para alcançar o socialismo, o partido volta a sua atuação como qualquer outro partido, na situação de assegurar a taxa de lucratividade e capacidade de investimento do setor privado, mesmo porque a nacionalização de empresas se tornou ineficiente. A ideia das reformas que, conseqüentemente, resultariam na revolução social foi analisada como insatisfatória, uma vez que basta deixar o mercado operar para que o emprego volte a flutuar e a desigualdade volte a crescer. O autor em discussão ainda faz uma analogia da social-democracia com o que Marx atribuiu a Louis Bonaparte, à saber: Ao mesmo tempo em que a política opera para o alavancar da produtividade do capital, faz, também, o papel de contra-atacar os seus efeitos.

Braz (2011) ressalta que, ainda que a organização política se modifique ao sabor dos tempos históricos, nos contextos e conjunturas políticas pertinentes à cada processo do movimento revolucionário, é sempre pertinente a discussão do uso de armas por parte dos partidos revolucionários, considerando as estratégias militares assumidas pelo partido dos bolcheviques.

(...) Mesmo que se defenda a posição de que a luta armada só pode ser cogitada em contextos autocráticos, ou aspecto pode e deve ser levantado, que diz respeito à necessidade ou não de se articular setores militares para as fileiras revolucionárias. Ainda que o partido revolucionário não necessariamente organizasse uma estrutura armada, ele pode manter laços com os setores militares das Forças Armadas como

forma de garantir meios de defesa de uma eventual insurreição e inclusive da revolução (BRAZ, 2011, p. 114).

Em uma nota de rodapé, o autor explica que a atribuição ou não do uso de armas tem sido residual no interior das discussões dos partidos, não sendo uma temática central, devendo à isso ser atribuída, mas não só, à “sofisticação que caracteriza os meios repressivos erguidos no conjunto dos Estados burgueses contemporâneos” (BRAZ, 2011, p. 114).

Passado o período da Segunda Grande Guerra (1939-1945) no ocidente – sobretudo nos países de capitalismo central –, houve a necessidade de reconstruir a economia. A receita consistiu na implementação do modelo fordista de produção, que, iniciado no pós Segunda Guerra, combina o processo de produção em massa e o consumo também em massa. O criador desse modelo foi o antissemita Henri Ford, que instalou, nas fábricas de Detroit, nos EUA, o modelo de produção nas linhas de montagem automobilística.³⁸ Este modelo baseado na mecanização do processo produtivo trouxe ganhos reais para os trabalhadores no aumento salarial e também na redução da jornada de trabalho, corroborando para que o trabalhador melhor remunerado tivesse tempo para gastar. Inaugura-se a seguridade social como forma de salário indireto para os trabalhadores formais que, conseqüentemente, interferindo em uma substancial melhora na qualidade de vida, fez com que estes abdicuem da sua trajetória revolucionária, podendo, assim, ser tal ato traduzido como uma imensa barganha ou acordo entre o capital e o trabalho (BIHR, 2010).

O Estado, por sua vez, atua como juiz mediador tendencial entre o processo de produção fordista e o proletariado, como sempre o fez desde o surgimento do modo de produção capitalista. A inclinação tendencial por parte do Estado volta-se para o lado de quem possui os meios privados de produção. Evidencia-se que, com o compromisso fordista, no termo de Alain Bihr (2010), realiza-se a neutralização das forças revolucionárias, incapazes, no pós guerra, de fazer oposição ao capital. Para se ter uma ideia, a classe trabalhadora apresentou-se por demais fragmentada em suas lutas e tão empobrecida no pós guerra que foi readmitida a inserção das crianças e das mulheres nas fábricas, advindo daí o termo *neoproletariado*. Data deste período também a consolidação material dos estudos de Keynes, no que diz respeito ao investimento estatal na economia com intenção de resguardar a acumulação. A materialização desse pensamento é percebida com a construção dos estados de bem estar social nos países

³⁸ Embora o fordismo se apresente inicialmente na linha de construção de automóveis, vale salientar que a sua ideologia de produção em massa, consumo em massa, esteira e linhas de montagem se alastra pela produção de outras mercadorias, como, por exemplo, os eletrodomésticos.

européus³⁹, sobretudo pós 1945 e influenciadas pelo *Relatório de Beveridge*, com a ampliação de alguns direitos sociais, viabilizado pelas políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Durante o período de vigência do fordismo, surge em cena o operariado massa. Tal camada do operariado massa era formada, sobretudo, por aqueles marginalizados⁴⁰ pelo processo produtivo e que, por conseguinte, não estavam satisfeitos com o compromisso fordista, nem produziam em massa, muito menos consumiam. Este sujeito trouxe reivindicações no âmbito econômico, muito embora não tenha conseguido aliar-se ao movimento sindical e reivindicar pautas imediatas. Lembramos aqui que o fordismo foi uma época fértil para que os acordos coletivos feitos entre trabalhadores e patrões vigorassem no plano imediato do consumo e da produção, sem questionar a ordem social, tal como o sindicalismo do início do século XX. Parte das revoltas que ocorriam se atrelavam, também, ao surgimento dos novos movimentos sociais, sem bandeira partidária, com lutas ainda mais imediatistas, culturais e por identidade, negando a luta de classes e fortalecendo a colaboração entre as classes, ao passo que alavanca, também, o processo produtivo, o que falaremos a frente (BIHR, 2010).

Evidentemente, para que o sistema de metabolismo social continue operando em escala crescente de acumulação, tem-se a necessidade de superação de sua própria crise, o que entendemos como uma ofensiva à classe trabalhadora. A crise agora é o que Mandel (1985) nomeia como crise de superprodução, ou crise estrutural do capital, principalmente causada pelo excesso de mercadorias que estavam em estoque e que ainda eram continuamente produzidas em massa pelo modelo de produção fordista. Vale lembrar que a crise possui um caráter antagônico frente ao próprio sistema que a constitui, porque, na sociedade de classes, a crise é a *conditio sine qua non* da sobrevivência do capital e poderá ser também condição da sua falência. Por essa configuração e, ao mesmo tempo, para dar uma sobrevida ao capital, tem-se a necessidade de se adequar a produção para produzir na mesma escala em que se consome, substituindo a produção “em massa” pela produção “por demanda” e o trabalho padronizado pelo trabalho personalizado.

Para que houvesse alteração no padrão de produção, foi preciso substituir o modelo fordista por um novo paradigma de produção. Tal substituição se deu em face do esgotamento do modelo fordista/taylorista, que entrou em profunda crise nos anos de 1970, o que fez com

³⁹ Para Behring e Boschetti (2008), a presença de uma ou outra política social não é suficiente para afirmar que houve a consolidação de um Estado de Bem-Estar Social. Mesmo que não haja um *modelo puro* de *Welfare State*, o ensaio de Esping-Andersen (1991) identifica três tipos deste Estado Social em seus respectivos países.

⁴⁰ Consideramos que o operariado massa se constituiu, sobretudo, pela massa de trabalhadores excedentes para o mercado, que não conseguiam nos moldes do fordismo se enquadrar no mercado ‘formal’. Destacamos também que, apesar da produção ser em massa, como, também, o consumo, não significou que a concorrência entre os trabalhadores fosse abolida, nem mesmo entre os que não se inseriam no âmbito do emprego formal.

que o capital tivesse uma queda na acumulação, apresentando o desemprego de forma estrutural, além de uma centralização e hipertrofia do capital financeiro e especulativo. Remonta desse período a *lean production* ou “produção enxuta”, “sob medida”. O molde desse novo regime de acumulação que salvaguarda o capital da atual crise é intitulado *toyotismo*, por ter suas origens nas montadoras asiáticas, em especial a Toyota. Antunes (2009) considera que esse processo exige um menor número de trabalhadores nas fábricas, dispõe de um processo de trabalho mais flexível e com demandas flexíveis de mercado e de consumo. Alves (2010) afirma que o complexo de reestruturação produtiva em resposta a crise estrutural do capital, traz, também, formas corporativistas da luta de classes em que, no mesmo patamar da produção flexível, encontra-se um sindicalismo fragmentado, principalmente pelo déficit ideo-político que se apresenta na consciência de classe, que, em nossa análise, é caracterizada, sobretudo, pela “crise do marxismo” e pelo “surgimento” da “agenda pós-moderna”, sobre o que falaremos adiante.

Concomitante à crise do padrão de produção fordista no final de 1960, observaram-se outros acontecimentos mundiais que configuraram a atuação da esquerda. Braz (2011) desenvolve o argumento de que, na década de 1960, o *monolito* foi dissolvido e o PCUS perdeu consideravelmente a sua condição de guiar os rumos da revolução dos trabalhadores⁴¹. Tal fato se deve a uma gama de fatos, como, por exemplo, a Revolução Chinesa direcionada por Mao Tse-Tung e a da Iugoslávia, direcionada por Tito, terem seguido linhas heterodoxas ao do Partido Comunista da União Soviética, conjugando determinado êxito. O autor destaca que, na década citada, as sociedades socialistas construídas até então

(...) praticamente encerravam as possibilidades de expansão e ingressavam numa etapa histórica em que passariam a viver com crescentes dificuldades econômicas e sociais, a sociedade capitalista inicia a entrada num novo estágio, cujas estratégias políticas e produtivas trariam enormes modificações no perfil das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, nas suas organizações políticas que se deparavam com novas situações no curso das lutas de classes (BRAZ, 2011, p. 237).

Tem-se que a consequência desta combinação de situações resultou em uma “progressiva crise da forma de partido como organização política revolucionária”, sobretudo porque se esgotavam continuamente as “possibilidades subjetivas de revolução que exigiam o protagonismo político do partido” observadas durante as experiências revolucionárias no século XX (BRAZ, 2011, p. 237). Na atualidade, consumam-se condições desfavoráveis para a luta de classes e abre-se também aos nossos olhos uma época contrarrevolucionária que se

⁴¹ Não podemos deixar de mencionar o discurso secreto de Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS, quando (e, presume-se ter sido possível somente após a morte de Stalin) foram reveladas as atrocidades cometidas por Stalin enquanto comandante da URSS.

prolonga até os dias atuais, destacando Braz (2011, p. 238) que a crise do partido é “antes, uma crise fundada na objetividade da realidade social do que uma crise teórico-analítica”.

Observações feitas, cabe pontuar que *pari passu* às repressões sofridas pelo movimento revolucionário – em suas épocas e localidades específicas –, evidencia-se o amortecimento da luta, os novos padrões de produção (e reprodução!) capitalistas, bem como o “consenso” entre o capital e o trabalho obtido através das políticas sociais em conjunto com os salários indiretos, a própria “crise do partido” e a “crise do marxismo”.⁴²

Evangelista (1992) afirma que, em certos setores intelectuais, tem se tornado corriqueira uma crise teórica sem precedentes. O autor afirma que é

(...) nesse quadro das grandes teorias sociais que estaria situada a “crise do marxismo”. É como se o modo de olhar as relações sociais em seu conjunto, que caracterizou o desenvolvimento das ciências sociais até pouco tempo, tivesse se esgotado (EVANGELISTA, 1992, p. 12).

As razões históricas colocam o marxismo como teoria que compreende o conjunto dos acontecimentos históricos que marcam o surgimento e o desenvolvimento da sociedade burguesa contemporânea – da Revolução Industrial, passando pelas revoluções de 1848, Comuna de Paris e a Revolução Francesa – onde, no processo descrito, o movimento operário se fortaleceu com a criação de instituições sindicais e partidos de orientação social-democrata, “que resultaram na fusão dos movimentos operário e socialista, sendo expressões institucionais de vigorosos movimentos de massa nas sociedades capitalistas” (EVANGELISTA, 1992, p. 13-14). O autor argumenta, através da leitura de Sader, que o processo revolucionário, em si, acarretaria no futuro a missão histórica da revolução socialista pelo proletariado. Entretanto, afirma que o que se viu foi o abandono gradativo dos propósitos revolucionários por parte das organizações operárias em face das reformas sociais. As observações feitas por Netto (1995) colocam parte significativa da “crise do marxismo” à escassa socialização do poder político e da economia nos processos de transição entre os modos de produção em sociedade.⁴³

Ellen Wood (1999) mostra-nos que, após as “revoluções” da década de 1960, o surto da prosperidade econômica se esgotou, porém, a herança intelectual de que a classe operária não existe mais como uma força de oposição persiste ainda nos dias atuais. Havia, na época, indivíduos que, embora se considerassem marxistas e acreditassem nesta opinião – que revelou-

⁴² Para maior aprofundamento, indicamos a obra de Netto (1995). O termo se apresenta entre aspas porque, segundo o autor, para Hobsbawm (*apud* NETTO, 1995), não há propriamente uma “crise do marxismo”, mas, sim, uma crise no *interior* do marxismo

⁴³ Maior compreensão do conjunto dos fundamentos pode ser encontrada na obra do autor, citada nas referências deste trabalho.

se dominante nas “revoluções” de 1960” –, viam no radicalismo estudantil e conseqüentemente em versões que atribuíam importância aos estudantes e aos intelectuais, como os principais agentes da resistência, bem como viam a “revolução cultural” em substituição à luta da classe operária.

A configuração pós-moderna que remete ao período em questão é “produto da consciência formada na idade áurea do capitalismo” (WOOD, 1999, p. 09), por mais que ainda persista e insista em uma nova forma de capitalismo, citados pela autora como “pós-fordista”, “desorganizada” e “flexível”. Para a autora em discussão, não é possível que se permita uma análise histórica do novo pós-modernismo, porém, se, para os pós-modernos, esta época subjaz uma época histórica, seu tempo de “erupção” data-se no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970.

Destarte, reverberam questões intrínsecas no interior do próprio pós-modernismo que dizem respeito à cientificidade da sua explicação histórico-temporal e o relativismo de seu método. Há paradigmas consensuais de que a *linguagem* subjaz parcela expressiva das explicações pós-modernas para os acontecimentos sociais, bem como a explicação de que fenômenos da natureza são construções sociais de suas épocas particulares e de seus descobrimentos. Contudo, há de se considerar que nem todos os pós-modernos subscreveriam o relativismo de seu método. No mínimo, o pós-modernismo implica uma recusa das categorias do conhecimento “totalizante” e “universais” da teoria marxista e também a sua emancipação humana e, ao invés disto, dá-se o lugar para que seja enfatizada a “diferença”, as identidades particulares, suas lutas variadas e distintas e o “conhecimento” particular incluindo ciências específicas de alguns grupos (WOOD, 1999).

A crença da “nova esquerda”⁴⁴, que se embebe das concepções do movimento pós-moderno, sustenta-se na ideia de que o marxismo reduz a diversificada experiência da

⁴⁴ Em uma nota de rodapé, Braz (2011, p. 247-248) conceitua que o movimento “surge nos Estados Unidos com Mills ainda nos anos 60 e ganha expressividade política na França em maio de 68. O universo constituinte do que se pode chamar de “nova esquerda” é relativamente amplo. Envolveu tanto os *segmentos comunistas do mundo ocidental que se descolavam da dogmática marxista-leninista* com a desestalinização, quanto os setores que dela já haviam se distanciado, formados por *intelectuais de esquerda organicamente vinculados aos centros universitários ocidentais*. Açambarcava também as *novas gerações de esquerda* que já nasciam *órfãs de qualquer ortodoxia* e, ainda, *grupos sociais oriundos das camadas médias das sociedades capitalistas desenvolvidas*, vinculados às novas lutas sociais surgidas ao longo dos anos 60 e 70, atuantes fundamentalmente no âmbito das demandas circunscritas ao *universo da reprodução social*. Em comum, tinha dois aspectos: a) expressavam idéias, noções e formas de organização política muito diferentes da esquerda clássica, ou seja, dos movimentos revolucionários afeitos às tradições socialista e comunista, cuja trajetória remonta ao século XIX e cobre toda a primeira metade do século XX; b) tiveram no *Mai de 68* francês o seu epicentro sócio-histórico, assumindo a partir dali formas que marcariam o conjunto diverso dos movimentos revolucionários nas décadas seguintes. Deve-se enaltecer que, nesse processo extremamente diversificado, a *germinação da chamada “nova esquerda”* residia, antes de tudo, na *dissolução do monolitismo* político-ideológico do período stalinista. *Seu berço foi o Maio de 68*, depositário dos acontecimentos que sacudiram o mundo entre a segunda metade dos anos 50 e toda a década de

humanidade, trazendo uma visão monolítica do mundo e privilegiando o modo de produção como determinante da história, a identidade de classe ao invés das “identidades”, e o privilégio dos determinantes econômicos e materiais no lugar da “construção discursiva” da realidade, ancorando esta premissa pós-moderna para a explicação de qualquer relação de causalidade (WOOD, 1999). O fio condutor do pós-modernismo dá na ênfase da fragmentação do mundo e do conhecimento humano. Por si só, a ótica de análise do pós-modernismo já afirma que o ser humano é fragmentado, bem como as identidades tão variáveis e frágeis que coadunam com o argumento de que não pode haver uma base para solidariedade que seja fundamentada na “identidade” de classe. O fato então é que o pós-modernismo que combina diagnóstico de declínio das épocas anteriores é, na verdade, inconsciente de sua própria história (WOOD, 1999).

Antunes (2001) diz que a queda do bloco soviético e a queda do muro de Berlim em 1989 que separava a Alemanha Oriental da Ocidental trouxeram ao mundo a ideia de que o socialismo e o comunismo estariam vencidos e que a bandeira da esquerda é uma bandeira derrotada.

Como consequência do fim do chamado “bloco socialista”, os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a “inexistência”, segundo o capital, do perigo socialista hoje. Portanto, o desmoronamento da União Soviética e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado (ANTUNES, 2001, p. 40).

Neste contexto de crise, emerge um campo fértil para a introdução de um ideário neoliberal da reestruturação produtiva, da acumulação flexível e o produto não poderia ser diferente: Os trabalhadores são polivalentes, isto é, desempenham várias funções nos mais variados tempos e turnos, a jornada de trabalho aumentou e, em conjunto, soma-se a intensificação do uso da robótica nas fábricas. Entendemos, pelo estudo de Antunes (2001), que com esse complexo de processos aumentou a extração da taxa de mais-valia absoluta e relativa e expulsou também um contingente gigantesco de trabalhadores dos locais de produção, que, dificilmente, vão procurar eliminar a concorrência entre eles através do sindicato – quando sequer compreendem que a concorrência faz parte de um mecanismo do capitalismo para

60. Não se pode compreendê-lo como fenômeno, sem relacioná-lo às determinações históricas que o possibilitaram: “do ponto de vista social, seus pais [dos sujeitos sociais de 68] foram contemporâneos da Revolução de Outubro, emergem à vida consciente ao amanhecer do 20o Congresso e aos problemas novos que ele colocou. Têm também a idade dos grandes movimentos de libertação nacional e das revoluções socialistas da Ásia e da América Latina”.

acumulação de capital e produção de desemprego, logo, socialmente produzida. Já este último apresenta o de afrouxamento das perspectivas revolucionárias, a pulverização e a fragmentação e, com um grau que tende a se elevar, apresenta o fenômeno que faz com que o sindicalismo – e seu dever – possa ser o de representar não só os trabalhadores formais, mas, também, os trabalhadores desorganizados e fora dos postos formais de trabalho.

É preciso ter em mente que existe um debate que coloca fim à centralidade do trabalho, inclusive apresentando índices de que o proletariado está desaparecido, sobretudo pelas novas formas de organização do trabalho dada pela reestruturação produtiva, principalmente nos países do norte, em evidência para os EUA e parcela significativa da União Europeia. Por outro lado, os dados trazidos por Mattos (2009) revelam que, nos países do sul do mundo, incluindo-se aí o Brasil, o trabalho industrial e o proletariado tem aumentado consideravelmente e cresce em números relativos e absolutos: tem-se como exemplo as lojas de *fast-food*, como o Mc Donald's, e o serviço de telecomunicações e tele atendimento, em que se observa o crescente parcelamento de tarefas, as linhas de montagem, o tempo cronometrado e as escalas de horário e turnos.

Tais fatos dão-se pela reprodução ampliada do capital de mover-se não somente onde está o germe da extração da mais valia, a produção, mas também em todas as outras esferas, incluindo as esferas sociais e a circulação comercial (MATTOS, 2009). Algumas teses trazem o pensamento de que a classe perdeu, ou vem perdendo consideravelmente o seu potencial de realizar a emancipação, ao mesmo tempo que traz a negação de um sujeito revolucionário, partindo da ideia de um descenso dos movimentos organizados. Afirmam que basta que se observe a queda no número de sindicalizados ou a atuação sindical em conformidade com o contexto para evidenciar que não há alternativas e esgotaram-se os espaços de atuação, reafirmando, também, que, na atualidade, os sindicatos não representam a ordem da maioria daqueles que trabalham.

De outro lado, tais teses são refutadas, sobressaindo o argumento de Mattos (2009, p. 71) de que o sindicato tem o seu “potencial limitado pela lógica do capital”. Lembra, portanto, que o sindicato tem por horizonte o atendimento imediato das necessidades econômicas e que dela derivam. Daí, encontra-se um grande dilema do sindicalismo: ao mesmo tempo que partem das lutas econômicas corporativas, também fazem parte delas, porque

(...) eles partem das lutas econômico-corporativas e podem delas fazer um instrumento de conscientização e aglutinação de lutas mais ferais da classe, ou permanecer neste patamar limitado e frearem com isso tal potencial de luta. Isso não depende apenas da vontade ou da ideologia dos dirigentes e ativistas sindicais, mas também as formas de ação do capital, nas empresas e através do Estado, para tentar dominar e restringir a

atuação sindical aos limites da ordem. Por isso, a organização sindical precisa de complementos para além desta ordem, da “legalidade industrial” de que falava Gramsci, para vencer a pressão institucionalista (MATTOS, 2009, p. 71).

Por conseguinte, nesse complexo da reestruturação produtiva em resposta à crise estrutural, a luta é configurada nos moldes corporativistas, com o sindicato fragmentado e sem uma ideologia de classe, ou melhor dizendo, com uma ideologia conservadora e que compactua com os moldes da estrutura do capitalismo.⁴⁵ Nesse período, assiste-se a um novo patamar de acumulação entre os capitais industrial e o capital bancário, gerando o capital financeiro, introduzindo uma modalidade nova para o capitalismo: a era da financeirização⁴⁶, trazendo mudanças profundas no seio da sociedade moderna, tanto no que diz respeito as formas de produção quanto de resistência, moldadas pela inserção de novas tecnologias, nomeada revolução informacional.

Então, diante das teses do fim da centralidade do trabalho, no nosso entendimento, é impossível concordar com elas, afinal, acreditamos que o capitalismo encontra-se em sua fase mais próspera de sua força produtiva e de acumulação, o que evidencia, ao mesmo tempo, uma grande crise de representatividade do movimento operário, sobretudo porque os trabalhadores, nas últimas décadas, tem desenvolvido majoritariamente a luta no campo da identidade, fragmentando a luta revolucionária, colocando o capitalismo como um inimigo “à parte” e não a “raiz”, com enorme dificuldade – ou mesmo por falta de vontade e por acreditar em métodos relativistas e não totalizantes – de relacionar suas bandeiras com a origem do problema: o modo de produção capitalista.

Concomitante, observou-se a mudança do Estado em relação às concessões do período de bem estar, justificando-se aí mais um dos ataques da instauração da hegemonia neoliberal, extinguindo, focalizando e remodelando os benefícios sociais e, ao mesmo tempo, privatizando empresas estatais, desregulamentando ainda mais as relações trabalhistas e dando sobrevida ao capital que, em crise, segue forte. A sua origem está intrinsecamente ligada aos governos de Pinochet, no Chile, Reagan, nos EUA, e Thatcher, na Inglaterra (ANDERSON, 1995). Hobsbawm (2000, p. 387), em uma análise do cenário inglês da década de 1970, acredita que o sindicalismo quase revolucionário da sua gênese histórica, no seu sentido literal, hoje, “se encontra morto e enterrado”. Numa análise concisa de alguns períodos, o historiador egípcio descreve que poucas foram as vezes em que os sindicatos e os partidos estiveram na mesma

⁴⁵ Detalhes do processo podem ser conferidos em Alves (2010).

⁴⁶ Cf. HARVEY, D. **Condição pós moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

cadência de lutas, salvo em curtos períodos de tempo. Se a Inglaterra já teve melhores experiências de luta para libertação do trabalhador, destaca o autor que a atual não deixa de ser uma tentativa e que não adianta demonizá-la, tampouco ignorar suas limitações.

Em uma prospecção sobre a renovação do sindicalismo revolucionário, Bihl (2010) analisa que, hoje, as organizações operárias têm uma má reputação, tanto do ponto de vista de ideólogos burgueses, como também por parte crescente dos trabalhadores. Afirma, no entanto, que patronato e governos puderam se felicitar com o enfraquecimento das organizações em face de uma valorização mais satisfatória do capital. Parece ser de extrema importância que as instituições do capital ainda tentem salvaguardar as organizações, que giram na órbita do Estado, sobretudo porque, neste contexto de ofensiva aos trabalhadores, o capital tem, ainda e sempre, a necessidade de seu funcionamento. No ponto de vista do proletariado, apresenta contradições que remarcam o período herdado da social-democracia, isto porque vislumbra-se a necessidade do atendimento dos seus interesses *imediatos* sem deixar – estrategicamente – de defender os seus interesses *históricos* – na égide do trabalho organizado e fora dele (BIHL, 2010).

Avançando ainda mais na perspectiva da dominação do capital, foram criados mecanismos como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), conjunto com o acordo de Bretton Woods, que coloca em linhas gerais a regulação de um mercado mundial e pacífico – pro capital. O sindicalismo fragmentado transformou-se em um sindicalismo de empresa, articulado com as autoridades, diretores e chefes da empresa. O Estado, por sua vez, se afasta do papel de regulação do mundo do emprego e a relação entre as forças antagônicas se dão pelos acordos desiguais entre as partes, bem como as leis que tendem a ser desmontadas em serviço do grande capital (MONTANO; DURIGUETTO, 2011), determinando ainda mais a “colaboração” entre as classes, fazendo crer que os novos tempos neoliberais são um caminho sem volta, que chegamos ao “último homem e o fim da história”, conforme dito por Francis Fukuyama, o que veementemente discordamos. Discordamos porque homens e mulheres continua(ra)m a história, como vemos. Parece oportuno concordar com Hobsbawm (1992), quando diz que poucas foram as profecias que tiveram uma vida tão curta quanto esta do “fim da história.”

2 A LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL

2.1 Da longa escravidão à industrialização tardia

Iniciar uma discussão sobre o desenvolvimento sindical no Brasil requer, antes de tudo, situar que o capitalismo e a própria luta de classes no país se desenvolvem de forma bastante particular. Temos, por conseguinte, que considerar que, inclusive, o próprio regime escravista que perdurou por longos 388 anos foi decisivo para condicionar as características tão particulares da nossa formação sócio histórica, incluindo-se aí a formação da classe trabalhadora brasileira.

A herança colonial deixa como legado o atraso social, econômico e político, que, na época em questão, tem na figura do “colono” a imagem do “empresário”. Se a condição do empresariado da época era a sua personificação na imagem do colono, temos, por sua vez, que a condição do trabalhador da época é personificada na figura do escravo. A dominação dos escravos pelos colonos não abdicou da violência como forma de se obter obediência e servidão para se garantir o trabalho forçado, a produção em si e, conseqüentemente, o envio de matérias primas ao capital mercantil estrangeiro, neste caso, a Coroa Portuguesa. Uma análise bastante profícua pode ser encontrada na obra de Caio Prado Júnior (1981). Para o autor, a formação das colônias tropicais mercantis são a marca da dependência do Brasil ao capitalismo externo, através da produção de pau-brasil, açúcar, tabaco, algodão, pedras preciosas e, posteriormente, o café. Pelas vias agrárias, o trabalhador escravo se vinculou à terra privada, ou melhor, ao colono, dispondo apenas da força de trabalho não remunerada. Destaca-se, portanto, a base da formação do país que vai se constituindo nação pelo mandonismo, patriarcalismo, violência e pelo trabalho escravo.

Continuando no mesmo autor, assinala-se aí a origem do grande latifúndio que, como modelo de produção, foi totalmente funcional para o desenvolvimento do capitalismo no âmbito internacional, visto que, de um lado, produz mercadorias para exportação oriundas da terra e, ao mesmo tempo, fomenta e alimenta o grande comércio de escravos trazidos da África. Esse movimento da dependência é trazido por Fernandes (2006), elucidando que, nos países colonizados, o capitalismo foi introduzido antes da ordem social, com fins claros de salvaguardar a dominação do capital estrangeiro, o caso típico do Brasil.

Ademais, no início do período colonial, vigorou o regime das capitânias hereditárias em um momento, passando de geração em geração a propriedade da terra e que, por conseguinte, conjugou também regime de sesmarias, cabendo à monarquia a doação da terra para aqueles

que colaboravam e que mantinham relações com a política implementada pelo regime da Coroa (FAUSTO, 2006). Para além disso, nessa relação agrária entre possuidores e despossuídos, existiu, também, a imagem do coronel que tem por função comandar as suas tropas. À este, por indicação dos colonos, é atribuído poder e cargo nas instâncias legislativas, religiosas e sociais, o que – tanto para a época e arriscando dizer que ainda para os dias hoje – denotam traços da cultura do favor e da política de compadrio⁴⁷.

Podemos afirmar que o modelo de produção escravista forneceu a marca determinante da formação social no Brasil, que, por um lado, manteve a economia estacionária, trazendo as consequências para o mercado interno, subjogado também as consequências prussianas de que o modo escravista conduziria à transição para o modo de produção capitalista; e, por outro lado, o mesmo modo de produção escravista consolida a estrutura de classe no cenário nacional (COUTINHO, 2011).

O fato da nossa formação econômica mirar e ter como exemplo o exterior trouxe consequências também no âmbito da cultura. No caso da cultura europeia, que tem por conseguinte seu caráter ocidental universal, não se encontra obstáculos e fronteiras aqui nas terras tupiniquins. No Brasil Colônia, mesmo tendo uma subordinação formal ao capital, como explica Coutinho (2011), as classes fundamentais encontram expressões ideológicas e culturais na Europa. Um exemplo bastante ilustrativo é não se resgatar a história dos trabalhadores pelos territórios africanos, uma vez que o trabalho no Brasil se assenta na forma escravista.

O processo de Independência do Brasil, ou seja, a passagem da condição de colônia para a condição de nação também é bastante curiosa e particular: foi necessário que o país internalizasse suas economias e conseqüentemente voltasse a sua participação para o mercado mundial, com vistas a sua entrada na competição com outras nações. Essa interpretação, para Fernandes (2006, p. 113) trouxe a noção de “capitalismo dependente”, porque, por um lado, obtivera a experiência de consolidar-se enquanto nação econômica – com a ressalva de que isso se inicia nas regiões centrais de exportação e importação: as metrópoles – e, de outro lado, mantiveram a estrutura heteronômica dos períodos estamentais. Verificou-se também que “as relações econômicas com o exterior não se alteraram” (FERNANDES, 2006, p. 116), quando muito, dentro dos pequenos núcleos comerciais, até mesmo porque somente o exterior dispunha de técnicas e equipamentos para a aceleração da economia nacional, o que evidencia o domínio do “de fora” em transposição ao “de dentro”.

⁴⁷ Sobre o favor, ver Coutinho (2011)

Fernandes (2006) também aponta que a independência do Brasil por si só já traz dois traços importantes e que merecem ser destacados por caracterizarem-se, ao mesmo tempo, como revolucionário e conservador. Revolucionário porque, de alguma forma, permitiu a entrada dos preceitos liberais no Brasil, influenciado, sobretudo, pelo clima liberal que se instaura também no exterior, principalmente na França, Inglaterra e Portugal. Conservador porque a elite nacional não se abstém de manter a estrutura patriarcal e patrimonial herdada dos tempos coloniais. Ainda para o autor em discussão, encontramos, no livro de Oliveira (2017), a ideia de que a cidadania nascia no país de forma bastante restrita, uma vez que quem obteve o título de cidadão foi o possuidor de terras. Por razões enraizadas no colonialismo, estiveram ausentes desse processo de construção da cidadania o escravo, o negro e trabalhadores rurais. Pelo exposto, ficam claras as evidências que Florestan Fernandes traz da conjunção do arcaico e do moderno na formação sócio-histórica do país.

Na conjuntura que se apresentou, a elite não abriu mão do mecanismo de ancorar-se no Estado para tornarem legítimos os seus privilégios, até mesmo porque o Estado vai garantir pelas vias legais as condições que asseguraram a formação do país, tanto em sua forma econômica, como, também, na forma social e cultural. Carlos Nelson Coutinho (2011) analisa através desta conjuntura que as *ideias vão entrando no lugar*, isto é, com passagem da subordinação formal – enquanto colônia – para a subordinação real – enquanto nação – ao passo que o capitalismo vai tomando novas formas, por exemplo, com o início da industrialização.

Nas contribuições de Prado Júnior (1981), a luta pela abolição da escravidão ocorreu por uma imposição interna, conjugando a introdução do capitalismo bancário e industrial no Brasil. Salientamos que a abolição ocorre no ano de 1888, porém, cerca de 50 anos antes já era proibido o tráfico de negros da África para o Brasil, e que, com o passar dos anos, na segunda metade do século XIX, vão se criando leis e mecanismos para que o trabalho escravo pudesse ser, por vezes, substituído pelo assalariado, como, por exemplo, pela alforria que era concedidas por meio da lei do ventre livre e pela lei do sexagenário, ou seja, uma legislação específica que libertava da escravidão os filhos de escravas nascidos a partir daquela época, e também a liberdade para o escravo que completasse mais de 60 anos de idade – muito embora a expectativa de vida de um escravo não avançasse para além dos 35 anos. Obviamente, aqui, a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada trouxe um período ímpar para o entendimento dos processos de acumulação de capital, uma vez que o trabalho se torna livre e, ao mesmo tempo, assalariado, alavancando o contingente de produção, criando um exército de reserva e, também, pelo mesmo mecanismo, produz e reproduz no capitalismo brasileiro as taxas de mais valia.

Ianni (2002) traz em “tipos e mitos” do pensamento Brasileiro que a abolição da escravidão incorporou no processo produtivo a força de trabalho imigrante, europeia, assalariada, que já dominava, em certa medida, as máquinas e técnicas de um processo produtivo no modo de produção capitalista, ainda incipiente no Brasil. Neste contexto, urge a pretensão de recriar a massa trabalhadora, inventar o trabalho digno, branquear a população e, ao mesmo tempo, acumular capital, sobretudo pelo já exposto: O regime escravocrata, arruinado pelo novo regime de produção capitalista, deveria deixar de existir. Conforme o autor,

Ocorre que o escravismo entra em declínio e termina como regime de trabalho escravo, forçado, compulsório, subordinado, totalmente alienante. Simultaneamente intensifica-se a migração de europeus, enquanto “braços para a lavoura”, destinados a substituir o escravo e, simultaneamente, “branquear”, “europeizar” ou “arianizar” a população, a sociedade, a cultura, a civilização. De repente, toda uma cultura do trabalho como atividade do “trabalhador escravo” precisa ser abandonada ou redefinida em termos de trabalho como atividade do “trabalhador livre”. De repente, todos são desafiados a redefinir a ética no trabalho. Desenvolve-se um vasto e complicado processo sociocultural, psicossocial e ideológico destinado a conferir dignidade ao trabalho e ao trabalhador (IANNI, 2002, p. 183-184).

O clima abolicionista, em face da indústria manufatureira, passa a ser questionado, ganhando adesão de setores da classe média e de intelectuais (OLIVEIRA, 2017), tendo como pano de fundo a modernização do país e também o atendimento das demandas crescente de matérias primas e de alimentação por parte de países colonizadores e industrializados (PRADO JR., 1981). Seguindo o mesmo raciocínio, levantamos um elemento chave para se discutir a questão do capitalismo no Brasil, tendo seus fundamentos meticulosamente costurados à questão agrária. Este elemento é a promulgação da Lei de Terras, de 1850, que estabelece que a compra de terras só poderia ser feita por aquele que possuía dinheiro e estava disposto a emprega-lo nessa aquisição. Para lembrar, nessa época, o trabalho ainda se apresentava como não remunerado para a maioria dos trabalhadores (escravos), que, por sua vez, estiveram, de novo, excluídos da principal forma de renda até então: a posse/propriedade da terra.

Podemos dizer que esse processo, combinado com o pensamento conservador que reina(va) no Brasil principalmente por ter a sua cultura enraizada voltada aos tempos coloniais, foi de fundamental importância para que se consolidasse, dentro de determinadas particularidades, o capitalismo brasileiro. Um exemplo dessa particularidade da formação do capitalismo nacional pode ser encontrada em Fernandes (2006), ao analisar o surgimento classe média no cenário nacional. Para o autor em discussão, a classe média forma-se por alguns grupos dos setores mais liberais e, por conseguinte, por funcionários burocratas do Estado, que, em sua própria conformação, não permite que sua atuação se vincule aos projetos da classe

trabalhadora assalariada, ainda muito frágil e nascente. A classe média incorporou, portanto, o ideário que permeou pelas mentes da elite nacional, porque vincular-se aos mesmos interesses que lhes são tão particulares no âmbito da luta de classes foi condição para que não fosse diminuído o seu *status*.

Coutinho (2011) assinala que, para discutirmos o nacional popular sem cair nas armadilhas de um falso nacionalismo cultural, devemos nos ater aos aspectos que influenciaram a cultura brasileira tendo como ponto de referência a cultura universal. O autor leva em consideração as transformações que ocorreram no seio da sociedade brasileira, como, por exemplo, o fato da modernização nacional ter se dado por vias prussianas ou pela revolução passiva, no primeiro caso, atribuindo autoria do termo a Lênin e, no segundo, a Gramsci. Tais transformações não podem ser tratadas como autênticas revoluções, sobretudo porque não começam de baixo pra cima, ou seja, com a participação popular, mas o contrário, sempre de cima pra baixo, como forma de conter movimentos e revoltas.

Ainda na análise do autor, a via prussiana ou a revolução passiva também detém algumas particularidades, dado que o Estado sempre foi o local e o agente conciliador das classes. Nesse sentido, verificou-se um fortalecimento da sociedade política, que, nos termos gramscianos, são aparelhos burocráticos, militares, que exercem determinada dominação através do governo, em declínio de uma sociedade civil, ou seja, dos organismos de classe que, na luta pela hegemonia, aspiram por dirigir o conjunto da sociedade (COUTINHO, 2011).

Em suma, pode-se dizer que a modernização capitalista ocorreu de forma gradual e lenta no país, sem ser, de fato, pelas vias clássicas de uma revolução burguesa. A conjugação de determinados elementos nos esclarece que, por esse processo modernizador, o campo comporta-se como uma empresa do capital na agroindústria, ao passo que o mercado interno nacional somente vai se consolidando sob influência do capital externo, e que, por conseguinte têm-se tudo comandado pelo Estado, que não se manifesta neutro sob a égide das participações populares, ou seja, sem o povo, o maior interessado (OLIVEIRA, 2017). Continuando na análise, o Estado, por sua vez, não abdicou de usar a forma repressiva para conter algumas ameaças que estavam postas, sobretudo pelos descontentes com a política adotada.

Ainda pra Oliveira (2017), a modernização ocorre *à maneira brasileira*, mesmo porque a burguesia brasileira não lutou pelo fim do latifúndio com vistas sua extinção. O que fez foi abrir mão dessa luta pelo poder político em nome lucro. Portanto, destacamos que modernização aconteceu acompanhada de velhos e enraizados traços coloniais, ainda de regime escravocrata, com ações políticas voltadas violentamente contra o trabalhador, baseada na

cultura do mandonismo, da dependência e do medo, constituindo traços marcantes da formação da classe trabalhadora no Brasil.

A divisão entre campo e cidade na formação geográfica e econômica do país, além da influência da classe média perante os setores dominantes, favoreceu a consolidação do Estado como um agente poderoso de garantia dos preceitos burgueses, evidenciando a formação particular e combinada do caso brasileiro. Podemos dizer também que, para Florestan Fernandes (2006), o advento da indústria detém fundamental importância, ao passo que sua intensificação vai trazendo consequências históricas para o capitalismo e para a formação social, política e econômica. Desse momento, acentuam-se relações de paradoxo conjugando, de um lado, certa ruptura, porque, concomitante com a industrialização, já no início do século XX, introduzem-se os preceitos liberais na formação do estado nacional; e, de outro lado, o conservadorismo, porque as relações que são determinantes – nesse processo histórico em que trabalhadores, patrões e Estado encontram-se em consequente efervescência política pelo desembolar de um grande e emaranhado processo colonial –, não se alteram, porque, como vimos, as relações de dependência e de subordinação ao jugo do grande capital externo continuam prevalecendo.

Oliveira (2017) considerou que a relação do campo e cidade trouxe uma consequência direta na função social do Estado, em dois níveis: No primeiro deles, vai continuar na convivência da manutenção de privilégios para as elites conservadoras e, conseqüentemente, a manutenção de uma estrutura social, subjugada em níveis hierárquicos e subdivididos entre campo e cidade, trabalhador rural e urbano. No segundo nível, o Estado condensa em sua forma a estrutura que permite o crescimento de uma formação nacional, nos âmbitos sociais, econômicos, culturais e políticos. Para a autora, os dois níveis acima mencionados colaboraram para que a extensão do capitalismo tenha se configurado mais no campo sociocultural do que econômico, isto porque a produção era voltada para o atendimento das demandas externas, abdicando da formação de um capitalismo clássico, como nos países Europeus.

As consequências desse desenvolvimento desigual interno, com especificidades em regiões distintas geograficamente e, ao mesmo tempo, dependente do capital externo, trazem a ideia de um movimento contrarrevolucionário, sobretudo no âmbito trabalhista, o qual não consta com uma legislação consistente, concordando com Oliveira (2017). Ao mesmo tempo, apresenta tal contrarrevolução interesses particulares, de uma classe bem específica, maquiados como se fossem interesses gerais, permitindo uma integração horizontal que não abdicou da coerção e do consenso, como mostram os mais diversos fatos históricos, remodelados também no período do Brasil oligárquico.

Pari passu, vão chegando no Brasil os primeiros imigrantes, sobretudo para as indústrias de café. Por conseguinte, para Oliveira (2017), os imigrantes, principalmente os italianos, chegavam no Brasil com a ideia de que iriam construir a América. É importante destacar que estes imigrantes já haviam participado ativamente de algumas organizações do trabalho – sindicato e/ou partido – em seus países originários e, ao mesmo tempo, faziam parte daqueles trabalhadores que estavam saindo de seus países de origem, sobretudo, por imposição do regime de produção capitalista que já caminhava para sua fase imperialista em suas respectivas nações. Ainda para a autora, que faz uma análise que pode ser encontrada em Behring (2003), tais imigrantes iriam trazer, por conseguinte, uma alteração na estrutura social no Brasil, por toda sua influência e experiência nas organizações do trabalho que já experimentaram, afinal, já chegavam ao país com uma “mente capitalizada” e, por isso mesmo, já estavam por pressuposto inseridos no âmbito da mundialização do mercado e das formas de luta.

De toda forma, não podemos falar que a transformação das bases materiais de produção no país não enfrentou resistência por parte dos trabalhadores. Antunes (1985) salienta que as primeiras greves ocorreram no início do século XX, sobretudo em setores prioritários e fundamentais para o fortalecimento da economia interna e também pelo alavancar dos processos externos. Tais greves ocorreram, principalmente, em Santos, zona portuária de São Paulo, e no Rio de Janeiro, pela categoria dos tipógrafos, inaugurando, a priori, o desencadeamento de diversas greves que eclodiam pelo país afora.

Ainda para o autor em discussão, podemos datar que, no ano de 1906, organizou-se o Congresso Operário Brasileiro (COB), lançando as bases para uma luta sindical, em âmbito nacional. O congresso contou com a participação de 43 delegados de diversas categorias profissionais, mas, sobretudo, dos setores tidos como prioritários. Na época, as correntes que influenciavam o movimento operário se valiam de duas vertentes: da anarco-sindicalista, que negava a luta política e, concomitantemente, a criação de um partido para direcionar tais lutas para a defesa da classe e dos direitos. Esta corrente restringia as lutas às fábricas e tinham a convicção de que esse modelo serviria para objetivar uma sociedade anarquista em sua totalidade. Outra vertente, a do socialismo reformista, buscava reformas gradativas no interior da sociedade e do mundo do trabalho, tendo na arena político-burguesa, via parlamento, a condição ancorada pelo Estado das suas mais diversas pautas e reivindicações.

No ano de 1912, aconteceu outro Congresso Operário Brasileiro e, na data, o então presidente da República, Hermes da Fonseca, não somente estava presente como era também o presidente da mesa no referido congresso, evidenciando claramente que autoridades ligadas ao governo e ao Estado coagiram os presentes na maneira de organização do congresso e no

acuamento do movimento operário. Na análise do autor, embora a luta se apresentasse de maneira mais efervescente nos setores prioritários da economia, ela não se fazia somente nesses lugares, até mesmo porque se presenciou, no futuro, as diversas greves gerais por todos os cantos do país. Ao mesmo tempo, ainda para o autor, não se pode desconsiderar a presença de pessoas ligadas ao governo e à burguesia nesse período, limitando a luta a patamares imediatistas, com pouco atrito e com demandas pontuais que pudessem ser alcançadas, bastante aquém de um movimento revolucionário. Disto, resulta o peleguismo e o sindicalismo amarelo, que têm, *grosso modo*, por característica o pacto entre capital e trabalho, desde o início (ANTUNES, 1985).

O clima internacional, outrora, obrigava o país a entrar em um ritmo de aceleração constante da sua produção. Uma data histórica importante para o período é a eclosão da grande primeira guerra. Com a necessidade do capitalismo de expandir as suas fronteiras e, conseqüentemente, acumular mais capital, têm-se datado historicamente o conflito que modifica a dinâmica global. No caso do Brasil, por eclosão da guerra, o país necessita entrar na nova dinâmica de crescimento, o que denota dessa época o um crescimento vertiginoso dos itens mais complexos em detrimento das produções maciçamente artesanais. Gianotti (2009) confirma que setores da mobília, da química, e produtos que já começavam a se inserir no rol de produtos industrializados tomaram o espaço daqueles manufaturados.

Com a organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, para que se pudesse alcançar objetivos mais específicos de âmbito parlamentar, criou-se, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, para Oliveira (2017), influenciado por Moscou e pelo recente clima da Revolução Russa de 1917, pretendeu ser o partido que representaria as massas, passando por períodos de legalidade e ilegalidade, organizando trabalhadores de diversas partes e enfrentando a dificuldade de agrupamento e organização devido, justamente, ao processo de (i)legalidade perante o Estado, este que não abriu mão de criar mecanismos para inibir e reprimir as forças sociais e políticas da época⁴⁸, como, por exemplo, a criação da Lei de Greve, em 1907, e o Conselho Nacional do Trabalho, em 1921 (OLIVEIRA, 2017).

No tocante aos anos de 1930 é que podemos afirmar que, incipientemente, se consolidam as bases industriais brasileiras, sobretudo pelo fato de o país passar da situação de exportador de matérias primas para produtor de mercadorias, além de se consolidar incipientemente as forças tecnológicas. Como demonstrado, as lutas operárias brasileiras e a construção político-organizativa não se iniciam no ano de 1930, mas é sobretudo nessa época

⁴⁸ Um exemplo típico desse período foi a da repressão ao movimento tenentista, que, à sua época, angariou setores médios, dos tenentes, insatisfeitos com o regime adotado pela burguesia para solucionar os problemas da república.

que será criada a estrutura sindical brasileira⁴⁹, trazendo obstáculos cruciais para a classe trabalhadora em um âmbito revolucionário, sendo a subordinação ao Estado uma das características mais expressivas. Estrutura esta que, positivada pelo Decreto 19.770, em março de 1931, estabeleceu que os sindicatos deveriam se organizar por ramos da produção econômica, ao passo que “só poderia haver uma associação para cada profissão e todas deveriam ser reconhecidas pelo Estado” (FRANÇA, 2013, p. 92-93). O autor constata que, embora a filiação aos sindicatos fosse facultativa, um número expressivo de trabalhadores se filiou às instituições, sobretudo, porque só se beneficiava com os decretos que previam uma legislação social no Brasil aqueles que estavam inseridos no sindicato – que, por sua vez, “veio junto com o monopólio da representação e com a tutela estatal” (FRANÇA, 2013, p. 94).

Data também desta época o surgimento do nome de Vargas, que, ligado às oligarquias agrárias e setores da burguesia, coloca fim no eixo “Minas Gerais – São Paulo” da República “Café com Leite”, ao mesmo tempo que responde também como reação repressiva às ofensivas anarquistas que agitavam o cenário político. No campo da força de trabalho, os trabalhadores que vêm de uma base maciçamente agrária e estrangeira agora viam-se na necessidade de inserirem-se na indústria, na vida urbana. Salientamos que tal condição de inserção de trabalhadores rurais nas indústrias e, conseqüentemente, o processo gradual de afastamento do trabalho agrícola foi a *conditio sine qua non* para que acarretasse na formação de um exército de reserva nos polos mais industrializados do país, até então, significando que a criação desse exército salvaguardaria o pagamento dos baixos salários aos trabalhadores, ao mesmo tempo que garantiria que o processo de acumulação ocorresse sem demasiados problemas.⁵⁰ Em relação aos negros e ex-escravos, estes estiveram praticamente à margem do processo de industrialização, restando, para essa parcela da população, o subemprego e o trabalho subalterno, configurando uma maior precariedade em relação aos imigrantes que vinham atrás de emprego no Brasil, inclusive, com reflexos nos dias atuais.

A revolução de 1930 alterou papéis que podem ser considerados primordiais no âmbito da relação do Estado com a força de trabalho. O Estado passa a ser economicamente interventor na economia liberal e, ao mesmo tempo, adotara uma política centralizadora, que, nessa perspectiva, conjugou o papel de conciliador entre as classes (MATOS, 2003). Observou-se que o discurso dos dirigentes caminhou claramente para o caminho da conciliação, inclusive no

⁴⁹ Um estudo bastante profícuo pode ser encontrado na obra de Armando Boito Jr. (1991).

⁵⁰ Sobre como o exército de reserva garante os baixos salários e a acumulação, pode-se verificar uma análise aprofundada em Marx, n’*O Capital*, especialmente no capítulo XXIII.

próprio governo de Getúlio Vargas, pregando a convivência harmônica entre trabalhadores e patrões, arbitradas pelo Estado, que atuou como regulador, protetor e mediador.

Podemos dizer que o Estado condensava quatro núcleos básicos de leis, sendo elas a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que, mais tarde, tornam-se os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Esses segmentos visavam direitos sociais para garantir o mínimo da reprodução da força de trabalho em situação de desemprego, além de ser contributivo por parte dos empregados e dos patrões. Outro núcleo garantia que fossem criadas legislações específicas em relação ao emprego, como, por exemplo as férias, salário mínimo, descanso semanal, etc. É importante destacar que estas medidas não foram implementadas para todos os trabalhadores brasileiros, mas para aqueles trabalhadores que encontravam-se inseridos nos setores chaves da economia, como os setores industriais, gerando uma forma corporativa de sindicatos, como vemos até hoje. Alguns serviços oferecidos, como saúde, transporte e educação, por exemplo, exigiam a formalidade do vínculo empregatício – carteira assinada –, limitando a ideia de cidadania no Brasil vinculada à lógica do trabalho (OLIVEIRA, 2017). O terceiro núcleo regulamentava acerca da legislação sindical, constituindo os sindicatos únicos por categoria e região, regulamentava, também, sobre a estrutura vertical e a tutela dos sindicatos perante o Ministério do Trabalho, sob as atividades sindicais e com poder de intervenção, inclusive nas instâncias diretoras. Por fim, o último núcleo dizia respeito à criação da Justiça do Trabalho para que fossem arbitradas nessa instância os conflitos oriundos da regulação da força de trabalho (MATOS, 2013).

A partir deste quadro que se formava, criou-se os sindicatos oficiais, que tinham claros objetivos de servir como interlocutor do governo nas organizações dos trabalhadores e vice-versa, ao passo que o sindicato oficial funciona como um elo entre governo e a classe trabalhadora, sobretudo por estarem vinculados, ainda que indiretamente, à esfera pública e governamental. Um fato é que uma parcela bastante significativa não estava disposta a fazer a troca de seus organismos representativos sindicais “de base” pelos novos sindicatos oficiais, hierarquizados e corporativista. O governo, por sua vez, além de criar mecanismos de divulgar e fortalecer os sindicatos oficiais, criou, também, a estratégia de vincular os benefícios sociais somente aos sindicatos reconhecidos, tencionando as lideranças mais combativas e as suas bases que, no anseio por benefícios sociais, acabou por pressionar o sindicalismo combativo à filiação e tutela do Ministério do Trabalho (MATOS, 2013).

Tal pressão ocasionada pelos trabalhadores que visavam benefícios fez com que houvesse uma crescente filiação sindical ao Ministério do Trabalho, demonstrando que foram oficializados 115 sindicatos entre 1931 e 1932, além de outros 141 sindicatos oficializados

somente em 1933. Entretanto, não podemos dizer que não houve resistência. Alguns sindicatos combativos, como foi o caso da Federação Operária de São Paulo, publicou um manifesto denunciando a “fascistização” do movimento sindical, bem similar ao regime fascista de Mussolini, na Itália. Outro sindicato, do ramo hoteleiro e dirigido por militantes do PCB, disseram claramente em seu jornal *Nossa Voz* que esse mecanismo de vinculação sindical aos direitos sociais é, senão, uma reprodução fiel da Carta del Lavoro (MATOS, 2013).

Em 1934, a pressão das bases soma-se à possibilidade para participar da Assembleia Nacional Constituinte, levando os sindicatos mais combativos a vincularem-se ao modelo de sindicato oficial, por acreditarem ser uma estratégia em que, nessa nova Constituinte, deputados seriam escolhidos pelos associados aos sindicatos e empresários. Nessa assembleia, questionam o modelo de liberdade sindical, onde conseguem determinada autonomia, porém, por pouco tempo. A constituição de 1934 inaugurou um breve período histórico com novas mobilizações sindicais, sobretudo em busca da redemocratização do país, fortemente representada e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), chamada por muitos opositores de “Intentona Comunista”. As lutas giravam contra o regime fascista de Vargas e contra a marca registrada do governo, o Integralismo. A força dos movimentos pode ser medida pela criação da Frente Única Sindical (FUS), liderada por comunistas. O governo não abriu mão da repressão, criando mecanismos com a Lei da Segurança Nacional, criação de tribunais especiais para julgar presos políticos, a cassação de alguns direitos civis e as prisões de líderes comunistas.

Entre os anos de 1935 e 1937, presenciou-se uma desmobilização sindical em decorrência de fatores punitivos e severos por parte do Estado, denominando um período praticamente sem greves e sem mobilizações. A ditadura do Estado Novo, em 1937, trouxe de volta formas de conter mobilizações e, ao mesmo tempo, manter a ordem, impossibilitando que novas reivindicações surgissem.

Com a entrada do país na Segunda Guerra, tendo como estopim o naufrágio de navios brasileiros supostamente pelos alemães⁵¹, o governo getulista se vê obrigado a afrouxar as medidas repressivas, afinal, parte do exército nacional estava desembarcando na Europa para aliar-se à URSS, inimigo do governo de Hitler. Isso influenciou, também, em um crescimento de opositores ao regime ditatorial e, para os que estavam à frente do governo, parecia uma possibilidade de redemocratização. O discurso trabalhista é forjado na ideia do Estado como protetor dos trabalhadores, configurando reformas na legislação trabalhista, apresentada como

⁵¹ Giannotti (2007) desconfia da autoria dos ataques atribuído ao governo alemão.

concessão aos trabalhadores com vistas a antecipar reivindicações populares e, ao mesmo tempo, tentando-se apagar da memória a história de lutas passadas (MATOS, 2003).

Já em 1942, em decorrência dos esforços da guerra, da falta de acesso aos gêneros alimentícios e de um dos maiores arrochos salariais, surgem diversos movimentos grevistas, quase sempre nas empresas, pelas comissões de fábrica que remavam contra a maré das direções sindicais atreladas à burocracia do Estado, além de enfrentarem também a polícia política. Nos percursos do ano de 1944, pouco tempo antes da anistia dos sindicatos, registraram-se greves significativas que, já no ano de 1945, aumentam de tamanho, sobretudo pela diminuição da repressão policial (MATOS, 2003).

No ano de 1943, em 1º de maio, foi decretada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como forma de regular as relações laborais entre patrões e empregados, em todo caso, tentar conter *pari passu* as manifestações dos trabalhadores. No decreto 5.452 estabeleceu-se a jornada normal de trabalho de oito horas diárias, dispôs sobre a contribuição e o que cabe a cada parte no processo de trabalho. Oliveira (2017), na análise de Santos (1979), concorda que se estabeleceu uma forma regulada de cidadania no Brasil, porque era considerada cidadã portadora de direitos a pessoa que tinha o “vínculo empregatício”.

Entre os anos de 1945 e 1964, o país viveu uma breve experiência democrática, sendo a luta apresentada de forma aglutinada em lugares onde já se contava com a presença de algumas indústrias. As classes dominantes reconhecem a organização do PCB concedendo anistia para alguns presos políticos, além de, pela efervescência do momento, convocar-se uma nova constituinte. Grande parte da população, incluindo setores conservadores, queria a volta de Vargas ao poder: o famoso “queremismo”. Na arena política, disputam Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN), e o general Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), influenciado pelo frenesi do queremismo, acaba apoiando Dutra, que consegue se eleger (MATOS, 2003).

A ditadura do Estado Novo entra em declínio e o movimento sindical apresenta, no período, uma maior organização pela defesa de direitos. Em 1946, ocorre o Congresso Sindical dos Trabalhadores no Brasil (CSTB), defendendo a autonomia sindical e apoiando a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), podendo dizer que, de certa forma, queriam ajustes sem ter que, necessariamente, romper com a ordem e reafirmar a luta pro campo dos direitos (MATOS, 2003).

Nos meandros de 1947, em consequência do clima mundial de combate ao comunismo, o Brasil corta as relações diplomáticas com União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que, para o PCB, que recebia influências de Moscou, acarretou em sua ilegalidade,

mas não só, começou-se uma caça aos mandatos dos líderes comunistas, sendo que, no período, foram fichados nos departamentos de polícia mais de trezentos militantes sob a acusação de arruaceiros, baderneiros e perturbadores da ordem pública. Nos dois meses do governo do Dutra, ocorreram mais de sessenta greves, sendo que, em São Paulo, foi percebido um dos maiores movimentos grevistas, com cerca de cem mil pessoas (GIANOTTI, 2007). Pelo apassivamento dos sindicatos combativos, que eram acusados de conspiração contra a ordem, as comissões de fábrica organizaram diversas greves fora do sindicato e, conseqüentemente, fora do partido (MATOS, 2003).

Em 1950, Vargas retorna à presidência pelo voto. No poder, prosseguiu com a legislação trabalhista que deu início na década de 1930, sem, contanto, prometer o que cumpriu em campanha, como aumento salarial e novo sistema de previdência, acarretando em mais de duzentas greves no ano seguinte, influenciadas pelos comunistas nos comandos de fábrica e que defendiam a atuação fora do sindicato, justamente porque o embate entre os ideais da direção dos sindicatos oficiais era contrária à dos mais combativos naquela época.

O descontentamento com Getúlio pelo alto custo de vida era evidente e mesmo os aumentos paliativos nos salários e pouco incentivo no consumo não foram suficientes para que ocorressem greves, entre as quais a das 300 mil pessoas, além de organismos como o Pacto de Unidade Sindical (PUS). Getúlio enfrenta constantes embates no seu governo, inclusive internamente pelos anti-getulistas, assumindo Juscelino Kubitschek (JK), que, para Oliveira (2017), construiu mecanismos para a inserção do capital estrangeiro no país e, ao mesmo tempo, solidificou as bases para a consolidação do capitalismo brasileiro. O lema de JK era o desenvolvimentismo, que, no cenário econômico nacional, combina a força de trabalho extremamente explorada e mal remunerada, além da introdução de empresas multinacionais estrangeiras. Com o fim do governo de Juscelino e a eleição de Jânio Quadros, o governo enfrenta um endividamento externo deixado por JK, sobretudo por razão dos empréstimos realizados pelo então ex-presidente, agravando ainda mais o quadro de dependência econômica externa do país, recessiva e dependente.

Fatores externos fizeram com que Jânio Quadros fosse deposto e, conseqüentemente, assumisse seu vice, João Goulart, ligado ao PTB, que contava com apoio dos comunistas. A posse de Jango, como era chamado, trouxe a fúria dos setores militar e burguês, sobretudo pelo discurso favorável à reforma agrária; questão fundiária de suma importância no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. Em 1962, com o clima de greves ainda em ascensão, muitas delas comandadas pelo Comando Geral de Trabalhadores (CGT), derrotam o parlamentarismo e instauram o presidencialismo, cujas pautas imediatas

foram a revogação da Lei de Segurança Nacional, que o sufrágio fosse estendido para os analfabetos e soldados, o congelamento do preço dos alimentos e organização sindical camponesa. Em 1963, surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA), com respaldo e influências da CGT.

Entretanto, as reações contrárias às manifestações grevistas já aconteciam, inclusive por parte dos civis que, influenciados pela opinião dos setores médios, vão se organizando, como ficou explícito na típica “marcha pela família com deus e pela liberdade” (MONTANO; DURIGUETTO, 2011), conformando, ainda em maior escala, a ascensão de um golpe civil-militar no Brasil. O golpe contou com setores políticos e conservadores, caracterizando, para Antunes (1985, p. 75), “a longa noite do sindicalismo brasileiro”, colocando o aparelho Estatal a serviço da burguesia nacional e também internacional, como também o controle dos complexos militares para reprimir o movimento sindical que poderia ameaçar a consolidação da ordem burguesa. Criou-se a lei anti greve, que proibiu as manifestações e paralisações.

É preciso destacar que o período do regime militar (1964-1985) foi o grande responsável pela passagem de um capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no país (FERNANDES, 1987; OLIVEIRA, 2017). Este governo, amplamente apoiado pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela ala conservadora da Igreja Católica, atuou na contenção e na repressão de qualquer movimento que pudesse ameaçar a ordem capitalista, para resguardar e garantir a sobrevivência do mercado financeiro.

Assistiu-se, durante o regime militar, a ampliação de algumas políticas que, para Gomes (2000 *apud* OLIVEIRA, 2017), tendeu por manter velhas ideias de seguro e alterar algumas medidas que já existiam na esfera do trabalho e com fins de favorecer o capital. Alguns exemplos são as políticas de educação e de saúde, que, em ambos os casos, eram oferecidas aos trabalhadores formais e sua prole, e não como direito universal. Destaca a autora que foi incentivada a criação de residências através do programa de habitação criado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), ficando uma grande parcela da população – aquela que possuía renda menor que três salários mínimos por família – à mercê do programa, tendo em vista que, das 4,5 milhões de habitações criadas entre 1965 e 1984, somente 723 mil foram destinadas à população supracitada.

Não obstante, criou-se, também, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS. A adoção desta medida é de suma importância para entender como o consenso foi obtido pelos trabalhadores que, se, antes, possuíam a estabilidade no emprego garantida pela CLT em 1943, agora, com o FGTS, recebem uma indenização pelos anos trabalhados quando ocorre a sua demissão sem justa causa, deixando de existir a estabilidade no emprego após dez anos no setor

privado, permanecendo, ainda, em alguns regimes de contratação do setor público. Tal medida, além de não beneficiar o trabalhador, foi substancial para garantir uma injeção de crédito no mercado através do consumo que as indenizações geraram, principalmente na indústria da construção civil (GOMES, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2017).

O período da ditadura civil-militar também foi fecundo para que o regime se legitimasse pelo povo através de algumas políticas sociais. Apresentaram-se, neste período, o alargamento de medidas, como a previdência para as domésticas, para os jogadores de futebol os ambulantes e os autônomos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Não se pode esquecer em momento algum que a formação de uma identidade nacional e cultural sofreu forte impacto neste período da história, porque as artes, de forma geral, sofreram repressão em todas as esferas, bem como a mídia alternativa e contrária ao regime, que teve sua atuação encerrada pelas forças militares, podendo veicular somente o que o que era permitido pelo regime. Data do período do regime militar a criação da TV Globo, que amplamente contribuiu para a difusão de uma cultura antinacional no país, principalmente a do consumo de entretenimento tipicamente baseado nos modelos norte-americanos e, ao mesmo tempo, sendo a emissora “oficial” do governo militar⁵² (OLIVEIRA, 2017).

Na perspectiva econômica, o regime militar começa a dar seu sinal de esgotamento em meados de 1970. Isto porque a política de preços que se aplicou foi superinflacionária e oscilante, variando em muito o custo gêneros alimentícios e dos itens da cesta básica. As condições de vida e de sobrevivência da população estavam comprometidas e, assim, permaneceram por quase toda a década que antecede a ruína do regime ditatorial. Deveras, deve-se destacar que as condições de vida, bem como a falta de liberdade de expressão, de manifestação, de agremiação partidária e sindical fizeram com que, na prática, a população e os trabalhadores desafiassem o regime ocupando as ruas, fazendo greves e pedindo a volta da democracia, eleições diretas para presidente e o fim do regime militar.

Devido às crescentes prisões, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), pedindo anistia ampla e irrestrita e o fim da ditadura. O comitê foi impulsionado por amigos e parentes de presos políticos, indignados com as atrocidades cometidas pelo Estado

⁵² Aqui, não pretendemos de forma alguma esgotar o debate que se faz necessário sobre a forma de dominação ideológica imposta pela grande mídia à serviço do capital. Com a expressão gramsciana de aparelho privado de hegemonia, a mídia é um instrumento importante para manter e influenciar opiniões sobre os mais diversos assuntos, sendo que 50% de todo conteúdo que circula na mídia nacional é controlado por apenas cinco famílias (CAPITAL, 2017), contrariando o parágrafo 5 do art. 220 da Constituição de 1988, que reza sobre o oligopólio midiático, artigo até então desregulamentado.

(ANTUNES, 1985), dando sequência a uma série de manifestações que ocorriam em território nacional, redimensionando a amplitude da luta por direitos e pela redemocratização do país.

2.2 Da ascensão das lutas no novo sindicalismo ao triunfo neoliberal no Brasil

No final dos anos 1970, atos de maior amplitude começam a surgir no Brasil, como é um caso evidente das greves do ABC paulista que desencadeia no surgimento do Partido dos Trabalhadores, o PT, servindo como forte oposição tanto pelas medidas autoritárias do regime militar e ao mesmo tempo surgindo como um possível partido combativo, das massas e para as massas. Luís Inácio Lula Da Silva, enquanto líder sindical dos metalúrgicos, cresce e ganha visibilidade como principal candidato à presidência deste partido político⁵³, que agrupou uma massa de trabalhadores e trabalhadoras pela redemocratização brasileira. No que tange à questão sindical, um número significativo de autores considerou que a intensa onda de manifestações que se voltava tanto para a organização dos trabalhadores quanto para o processo de redemocratização brasileira foi chamado de *novo* sindicalismo. Apesar do termo *novo* sindicalismo ter sido empregado para evidenciar que o sindicalismo, na conjuntura, se apresentou como um movimento mais forte do que na ditadura, França (2013) considera que o *novo* sindicalismo não conseguiu superar em sua integralidade a estrutura sindical herdada da Era Vargas e do Estado Novo. No nosso entendimento, foi possível evidenciar o crescimento da organização de trabalhadores em aspectos que vão desde o número de sindicalizados até o aumento do número de greves – considerando também o período pós-ditatorial que favoreceu tais circunstâncias –, entretanto, ainda permaneceu de forma subordinada à esfera político-estatal.

Um panorama do crescimento das grandes greves gerais pode ser acompanhado a partir de 1979, de acordo com os estudos de Gianotti (2007). Destaca-se que, por exemplo, no ano de 1979, mesmo contra a vontade da ditadura e com os aparelhos ideológicos propagando a

⁵³ Lançado recentemente, o livro *A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam*, organizado por Ivana Jinkings (2018), trouxe entrevistas que o ex-presidente Lula concedeu a alguns jornalistas, em especial ao Juca Kfourri, perguntado sobre a possibilidade de estar preparado para ser preso. O ex-presidente afirma que sim, o que não está preparado é para uma revolução, afinal, o PT não nasceu para ser revolucionário, mas, sim, para levar a democracia até o fim. Transcrevo: “**Juca Kfourri** – Presidente, eu lhe perguntei sobre prisão e exílio. Mas queria voltar a esse assunto, porque é um dos temas mais urgentes do momento, ao lado da sua candidatura. O senhor está cogitando a hipótese de ser preso? **Lula** – Estou. O que não estou é preparado para a resistência armada, nem tenho mais idade. Como sou um democrata, nem aprender a atirar eu aprendi. Então, isso tá fora. *O PT não nasceu para ser um partido revolucionário, nasceu para ser um partido democrático e levar a democracia até as últimas consequências*” (negritos do autor e itálicos meus).

discrepante ideia de estabilidade financeira que poderia ser desmentida no cotidiano, foram registradas 430 greves, com três milhões e duzentos mil grevistas das mais variadas categorias profissionais, chegando a atingir a marca de 20 milhões em um ou dois dias de greve geral.

A reivindicação girava em torno de salário, jornada de trabalho e estabilidade no emprego, no âmbito econômico; e, no âmbito político, pediam o direito da livre manifestação, da associação, o fim da ditadura e liberdade e autonomia sindical, que enraizou-se no getulismo, floresceu e deu bons frutos para o capital nas décadas subsequentes. Isto revela a participação ativa de um tipo de sindicalismo combativo, fortalecido por pautas para além da imediatividade econômica.

Diante do quadro que se apresentou de intensa mobilização em torno do processo de redemocratização brasileira e da saída da ditadura como forma de governo nacional, ocorreu, em fevereiro de 1980, em João Monlevade, estado de Minas Gerais, um encontro entre os sindicalistas mais ativos e autênticos, evidenciando determinado avanço em suas pautas, como, por exemplo, o fim da CLT e⁵⁴ a democratização da estrutura sindical. Diversos militantes voltam a se reunir em São Bernardo e, nesse encontro, deliberaram pela imbricação de movimentos sociais com os sindicais, além da necessidade da criação de uma central única que representasse os trabalhadores. Em 1981, reúnem-se em Vitória, contando com a presença de alguns sindicalistas ligados ao PCB. Em julho de 1982, em Goiânia, focando na necessidade de se garantir o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e, em 1982, a luta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (RODRIGUES, 1990 *apud* GONÇALVES, 2014).

Em 1983, funda-se, de fato, a CUT, porém, não sem tensões. A partir de sua fundação, a entidade se declara como uma central sindical classista para dirigir a luta dos trabalhadores.⁵⁵ Pela sua fundação e os ideais que defendia, a central afirmou-se combativa e classista e propôs a sua construção pela base, com a maioria da central composta pelas direções sindicais, com influências dentro do Partido dos Trabalhadores. O fim da ditadura militar, a eleição direta e as grandes manifestações que chegavam a quantidade de 20 milhões de pessoas paralisadas – mesmo que em um ou dois dias – foram o cenário para que houvesse adesão da organização com as massas populares. Ecoava de norte a sul o grito de quem pagava pela alta concentração de dívidas assumidas pelo governo: o povo.

⁵⁴ Consideramos que o pedido de revogação da CLT pela organização visava aspectos como a volta da estabilidade no emprego e da universalização de direitos, alguns ainda “segurados” pelo vínculo empregatício do regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

⁵⁵ A concepção classista observada nos marcos do surgimento da central pode ser conferida na dissertação de Arbia (2010).

Este movimento de maior combate gerou, também, a organização de alguns setores conservadores e da Unicidade Sindical (US), composta por sindicatos que mantinham laços com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundando, em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). No interior da central se desenvolveu o “sindicalismo de resultado”, que, contrário à CUT, defendia, sobretudo, o abandono da luta partidária e ideológica no interior dos movimentos sindicais, e, em primeiro plano, a negociação com a classe patronal para que o sindicato crescesse, concomitantemente. Propagava-se o discurso de que atender os interesses da classe trabalhadora é compatível com a manutenção do capitalismo, cabendo aos sindicatos acordos diretos com empregados e patrões, sem intermédio do Estado, que culminava em melhor acordo da venda da força de trabalho (RIBEIRO, 2014).

Concomitante ao cenário que se apresentava nos países de capitalismo central e de uma “retirada dos direitos sociais (in)existentes”, Oliveira (2017) afirma que a ideologia neoliberal no país seguiu, à sua maneira, o ideário e o receituário da ideologia neoliberal que se apresentava para além da fronteira. Gianotti (2007) considerou que três eleições foram primordiais para que se enterrasse em definitivo as ideias do socialismo e se inaugurasse uma nova forma de produção: A eleição do papa João Paulo II, que culminou em uma completa demonização do comunismo e do socialismo, de uma forma genérica; a de Margareth Thatcher, conhecida como a “Dama de Ferro”, sobretudo por manter “punhos de ferro” quanto a grandes greves que ocorreram quando primeira ministra do Reino Unido impulsionou a privatização e a flexibilização do trabalho no território da Inglaterra, piorando *pari passu* as condições de emprego, criando desemprego e conseqüentemente abaixando a taxa sindicalização, gerando lucratividade para o capital e amortecendo e pulverizando as lutas dos trabalhadores no âmbito político e econômico. Na mesma toada, a eleição de Ronald Reagan para presidente da maior potência bélica mundial, os Estados Unidos da América (EUA) também acrescentaram elementos no que concerne a não legitimação do socialismo enquanto modelo de produção da sociedade e aprofundou, também, medidas neoliberais no país, espelho para outras nações. No Brasil, a eleição importante se deu para a presidência da república, quando da vitória de Fernando Collor, em 1989, impondo os seus planos para salvar a economia (Collor I e Collor II), que, no âmbito prático, não obtiveram sucesso. A sua forma de governo, embora tenha feito determinado equilíbrio nas finanças e no aumento de reservas do país, a abertura comercial irrestrita e a reforma administrativa provocaram a passos largos o endividamento nacional e recolocaram o Brasil na recessão. Ocorreu uma queda de mais de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) logo no primeiro ano de governo, além de desconfiança por parte das elites nacionais e a

falência de pequenos e médios empresários, desfavorecidos com a grande importação de mercadorias estrangeiras (OLIVEIRA, 2017).

Ajustando-se à ideologia neoliberal que entrara no Brasil, criou-se, em oposição à CUT, em 1991, a Força Sindical (FS)⁵⁶. A central sindical declaradamente “de resultados” e afinada com os interesses puramente capitalistas (MATOS, 2009; ANTUNES, 2005; RIBEIRO, 2014) se apresenta como alternativa para representar parcela dos trabalhadores sindicalizados em sua base. Para Patrícia Vieira Trópia (2004), diversas centrais sindicais no mundo já estavam, grosso modo, aderindo à perspectiva neoliberal na aceitação e na propugnação que os interesses neoliberais estariam em acordo com os interesses, também, dos trabalhadores. Com todas as questões particulares pelas quais originam a sua fundação, a FS teve/tem uma atuação decisiva ao lado dos empresários e capitalistas, no que diz respeito à propagação do neoliberalismo.

(...) Diferentemente da Inglaterra, onde o neoliberalismo tinha no sindicalismo seu inimigo principal, no Brasil, desde que chegou ao poder em 1989, Collor pode contar com o apoio de uma corrente sindical que vinha convergindo para o neoliberalismo. Esta corrente, aliada aos setores pelegos, criou, sob o patrocínio do presidente Collor de Mello, a Força Sindical, central cujas orientações e atuação evidenciam, ao longo da década de 1990, um apoio ativo e militante em favor das privatizações e da desregulamentação do mercado de trabalho. A atuação da central, por exemplo, foi decisiva na privatização da USIMINAS, da Mafersa e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Implantou, extra-oficialmente, contratos "flexíveis" na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), para depois propô-los ao governo federal. Defendeu a desregulamentação das relações de trabalho na Reforma da Previdência e na Reforma Administrativa e militou pela aprovação do Projeto de Lei 5.483/01 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 2002. A Força Sindical também tem difundido para os trabalhadores alguns aspectos da ideologia neoliberal: a superioridade e as vantagens do "sindicalismo de serviços" – na realidade um eufemismo que oculta a função capitalista dos sindicatos – em relação ao sindicalismo de confronto; a empregabilidade – um discurso meramente ideológico, baseado na falácia de que o desemprego atual resulta do despreparo profissional dos trabalhadores frente à qualificação exigida pelas indústrias de ponta – que responsabiliza os trabalhadores pelo próprio desemprego; o incremento de uma concepção individualista e privatista, segundo a qual os trabalhadores são investidores e empreendedores; a concepção de que o desmonte da função produtiva e social do Estado é a resolução dos problemas sociais (fim das desigualdades socio-econômicas, fim da corrupção) e econômicos (desemprego, crescimento econômico) (TRÓPIA, 2004, p. 18-20).

⁵⁶ A articulação para a criação da FS vem de Antônio Medeiros e Antônio de Rogerio Magri, do Sindicato de metalúrgicos de São Paulo (SMSP), onde, em 1990, mesmo ano em que derrota o Movimento da Oposição Metalúrgica de São Paulo (MONSP), Medeiros, tendo como principal aglutinador de sindicatos conservadores o SMPS, deu “vida” à Central que, conformada com apoio político de Collor e de setores do empresariado, pretendeu ser a central que faz oposição à CUT na disputa da hegemonia (RIBEIRO, 2014).

Alves (2002) considera que a década neoliberal⁵⁷ trouxe alterações que degradam ainda mais o caráter precário do trabalho, sobretudo no Brasil. A década se apresentou como um terreno fértil para a valorização capitalista, com alterações subjetivas e objetivas na dinâmica do trabalho. Apresentou consigo um novo complexo de reestruturação produtiva, tendo como um dos seus elementos a extração de mais-valia absoluta com o incentivo aos empregados para fazerem “hora extra” para acrescentar renda e salário.

O desemprego também foi um fator de enorme importância para se analisar a precarização do cenário trabalhista. Para se ter uma ideia, o setor de serviços cresceu em relação ao setor da produção e somente nos bancos foram evidenciadas mais de 140.000 demissões, recontratadas agora com as mesmas funcionalidades de forma *terceirizada* (ALVES, 2002). Tal fato nos leva a analisar que, se, no seu nascedouro, o movimento sindical baseou a sua luta na redução da jornada, na diminuição da concorrência entre trabalhadores e na substancial melhoria da qualidade de vida, podendo ir para além das questões econômicas, na década neoliberal, para Alves (2000), o governo, escolas e sindicatos “incorporam” a lógica da pedagogia empresarial, além da necessidade de se adequar à nova dinâmica capitalista e da supressão da memória de classe.

A “década” trouxe consigo a “síndrome do medo” (ALVES, 2002, p. 82), em que se evidencia a consciência de classe tendendo a comportar-se acomodada e consentida em seus sujeitos, sobretudo no que diz respeito à luta. Vejamos:

A busca do consentimento ativo da subjetividade do “trabalho vivo” passou a constituir-se, em última instância, através da síndrome do medo cujo substrato objetivo é dado pela constituição de um precário mundo do trabalho. Essa é, portanto, a função sócio-ontológica da nova precarização heteróclita sob a mundialização do capital: constituir o consentimento ativo necessário para o desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo e produzir uma subjetividade regressiva, avessa às atitudes antagônicas de classe diante da lógica do capital (ALVES, 2002, p. 82).

A precarização do trabalho, ainda para o autor em discussão, atinge também os “protegidos” assalariados, ou seja, aqueles que possuem carteira de trabalho assinada. A síndrome do medo acarretou a precarização ainda maior das questões salariais no Brasil. Embora tenha se evidenciado o crescimento dos empregos formais no Brasil nos anos 2000, a os dados revelam que houve a expulsão de adultos em substituição de pessoas mais jovens e com maior escolaridade para ocupar estes postos. A realidade salarial destes jovens limitou-se,

⁵⁷ Para citar, o autor toma como anos base para análise da década o período que circunscreve entre 1990 e 2000. Isto porque, no Brasil, o neoliberalismo se apresentou tardiamente, frente suas medidas “clássicas” na Inglaterra com Thatcher, Estados Unidos com Reagan, e Chile, com Pinochet.

em geral, à três salários mínimos (A DETERIORAÇÃO DO EMPREGO, 2001 *apud* ALVES, 2002). A nova geração para o trabalho posicionou-se diante do novo quadro de medo com postura mais colaborativa e pró-ativa, com pouca agressividade ao capital.

No tocante ao precário mundo do trabalho, Alves (2002) constata que cresceu também o número de empresas que oferecem trabalho temporário, do tipo *freelancer*, nas quais não existem os direitos trabalhistas, sobretudo os que ainda restaram das (contra)reformas na CLT. Também aumentou o número de ambulantes nos grandes centros urbanos, constando-se uma piora nas condições de precarização do trabalho e no modo de vida.

A condição objetiva que se coloca para a classe trabalhadora é a da dificuldade de conseguir lidar com as novas transformações do mundo do trabalho e da ofensiva do capital. Ela se apresenta tanto nos partidos quanto no sindicato, colocando que

Os limites estruturais do sindicalismo e a debilidade política (e ideológica) do partido de classe tornaram-se manifesta. Os sindicatos demonstraram sua dificuldade histórica de lidar com o precário mundo do trabalho, com o trabalho precarizado, parcelado e informal, instalado na maioria das vezes nas pequenas e médias empresas e nos domicílios (ALVES, 2002, p. 88).

Concomitantemente, o autor afirma que a práxis sindical se esbarra na burocracia que persiste das décadas anteriores. Não por acaso apresenta-se como um sindicalismo propositivo e participativo. Relembramos a criação da Força Sindical, uma nova central sindical que se coloca no campo da direita e apresenta ainda mais as práticas defensivas (BOITO, 1999 *apud* ALVES, 2002). Tal situação leva a concordar com o autor, que considera que a crise do sindicalismo, observando-se também os fatos externos⁵⁸, deu-se tanto pela baixo índice de filiação quanto pela baixa eficácia de contraposição à hegemonia capitalista, mas não por um mero “acaso”.

No decorrer dos anos de 1990, grande parte dos “atritos” e questões inerentes ao mundo do trabalho baseou-se em negociatas individuais fora dos sindicatos, sobretudo porque observou-se, no plano prático, e vivencia-se o contexto de uma completa desregulação do trabalho. Ademais, com o aumento do desemprego e por uma maior ofensiva do capital em um novo regime de acumulação, as negociações têm ocorrido na própria empresa, dificultando o processo de construção e de consolidação de maiores greves gerais e, conseqüentemente, lançam mão de estratégias para que os trabalhadores reafirmem o sentimento coletivo de categoria e classe, privilegiando sobremaneira a concorrência entre estes. Tudo isto relacionado

⁵⁸ Como, por exemplo, a derrocada do “socialismo real”, a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS (ALVES, 2002).

a um toyotismo sistêmico que se coloca não só como uma forma de produção, mas de uma “ideologia orgânica capitalista” (ALVES, 2002, p. 89). Se as dificuldades apresentadas pelo novo regime de acumulação são, de certa forma, previsíveis, a adesão à forma institucional por parte das centrais também não surpreende. Um dado a se considerar é o uso do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) por meio de projetos de “promoção ao trabalho”.

Além disso, o acesso das centrais sindicais (CUT, CGT e Força Sindical) a fundos público estatais, como o FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), por meio de elaboração de projetos de qualificação profissional de acordo com a lógica do toyotismo sistêmico, tendeu a contribuir para a preservação da burocracia sindical num contexto de crise do sindicalismo (em 2000, a Força Sindical, por exemplo, consumiu 40% das verbas do FAT) (ALVES, 2002, p., p. 90).

A condição que se apresenta é a de um toyotismo sistêmico que tende a mascarar e desconsiderar as lutas coletivas, pois a lógica neoliberal:

[...] **pressupõe a derrota política (e ideológica) dos “intelectuais orgânicos” da classe (sindicatos classistas e partido)** – o que ocorreu, de fato, no decorrer da década de 1980 – e nos anos 1990 – nos principais países capitalistas, por conta da ofensiva do capital na produção e das políticas de neoliberalismo selvagem *à la Thatcher*. Foi nesse contexto depressivo de militância antagonista à lógica do capital que tenderam a predominar as políticas do sindicalismo propositivo de cariz neocorporativo e de participação (ALVES, 2002, p. 89. Grifos meus).

O sindicalismo “sem ideologia” e “apartidário” conseguia crescer vertiginosamente na oferta de serviços aos seus filiados. Isto fez com que a CUT, a partir do IV Congresso Nacional da CUT (CONCUT) já apresentasse pontos de inflexão em sua proposta, o que culminou no repartimento das ideologias cutistas em duas correntes internas, de um lado, a Articulação Sindical (AS), diante da eleição de Collor de Melo, passa a acreditar e defender que o sindicalismo deveria se apresentar como um organismo propositivo, muito embora no governo Collor tenha se intensificado ainda mais a retirada dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora (ARBIA, 2010).⁵⁹

A CUT que lutou nos anos de 1980 contra a subordinação ao Ministério do Trabalho, agora, passa a defender o sindicalismo propositivo, nos fóruns tripartite, em debates com o governo e setores da sociedade civil. Boito (1999), por sua vez, afirma que, nessa concepção, priorizou-se nos interesses do capitalismo financeiro internacional e do capitalismo bancário nacional, podendo a central, naquele momento, ter explorado as condições dadas e ter lutado

⁵⁹ Muito aquém de se configurar como desmonte de um Estado Social, afinal, o Brasil é um país em que o Estado de Bem-Estar não foi experimentado (OLIVEIRA, 2015).

contra o desemprego. Gonçalves (1999, p. 73) analisou que este movimento observado na CUT, a partir do seu IV Congresso,

[...] acaba por consolidar a divisão da CUT em blocos internos, a partir da defesa da Articulação Sindical de que, diante da vitória de Fernando Collor e da implementação de políticas neoliberais, haveria menos espaço para a ação sindical tal qual se praticava na década de 1980 e, portanto, era necessária uma atitude mais propositiva por parte do movimento sindical, defendendo e disputando suas ideias nos fóruns tripartites. Segundo Rodrigues, a partir dessa divisão, na CUT “(...) de um lado se encontra a esquerda contratualista, representada pela Articulação Sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista, cujos principais pilares são: a Alternativa Sindical Socialista, o setor sindical do PSTU e a Corrente Sindical Classista, entre outros”.

No debate encontrado em Galvão (2003 *apud* GONÇALVES, 2014), a CUT, já no governo de Fernando Henrique Cardoso⁶⁰, apresentou uma inflexão importante: A Central passou a executar serviços que giram na égide da responsabilidade do Estado, oferecendo serviços aos cidadãos⁶¹. A atuação sindical voltou-se, também, para a participação em fóruns tripartite. Evidenciou-se que, durante o governo Fernando Henrique, os sindicatos conseguiram imenso poder de barganha nos setores que cresciam economicamente. Entretanto, a pauta de reivindicações tem se dado na defesa dos postos de trabalho assalariado (e não o fim do assalariamento), pela Participação nos Lucros e Resultados (PLR) no trabalho flexível, com o incentivo ao “banco de horas” (ALVES, 2002).

Decerto, apresenta-se como um dos maiores desafios para as organizações “clássicas” o desenlace ou o rompimento com os vieses burocráticos-corporativos, bem como a organização de trabalhadores jovens, desempregados, e os “por conta própria”, verificando uma “regressão relativa do sindicalismo no Brasil, principalmente no tocante à sua capacidade de agitação social e de militância política” (ALVES, 2002, p. 92).

A política adotada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que elegeu FHC e que lançou José Serra como candidato ao cargo de chefe de Estado não saiu vitoriosa para reeleição nesta legenda – o que não significa dizer que não saiu vitoriosa. Com a eleição de Lula, pela legenda do Partido dos Trabalhadores, o partido que então fazia oposição às medidas antipopulares pelo governo anterior passa agora a exercer tais medidas, como, por

⁶⁰ Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil depois de, estrategicamente, ter sido Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, após este ter assumido a presidência com a queda do ex-presidente Collor, por ser seu vice. Durante o tempo em que FHC governou o país, foi responsável por guiar uma política de estabilização financeira, continuando com as intensas privatizações do patrimônio público e em setores primários, como as telecomunicações, a energia elétrica, o transporte, etc., na falácia de equilibrar as contas públicas, mas não só: permitiu e incentivou as “reformas” na previdência e na legislação trabalhista, só fazendo piorar a qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2017).

⁶¹ Um exemplo destes de serviços foi a criação de agências de emprego e o incentivo a ações de cooperativas e ONGs.

exemplo, o processo de privatização de empresas de capital nacional e a contrarreforma da previdência social, afetando todos os trabalhadores, sem exceção.

Lula faz a nomeação de Henrique Meirelles, antigo ex-deputado pelo PSDB, para ocupar a presidência do Banco Central, já indicando, nesse momento, uma certa tendência de manter a política econômica de Fernando Henrique, indicando que seu governo não entraria em contrapontos ou em choque com a acumulação capitalista. Outra característica bastante peculiar do governo PT dá-se em relação à alguns dirigentes da CUT, os quais passam a ocupar posições estratégicas no governo, passando de um quadro combativo frente ao governo, para um quadro colaborativo, sem atritos e maiores tensões. O PT, no governo Lula, segundo Singer (2012), manteve os cortes públicos e o aumento de juros, além de uma continuidade com o pacote FHC para que pudesse manter a economia e a inflação sobre controle, incentivando ainda mais as receitas neoliberais, combinando, também, políticas e programas sociais focalizados. Uma breve análise das políticas sociais no governo Lula pode ser encontrada em Marques e Mendes (2007), ao afirmarem que o governo petista tem servido, sobretudo, ao capital estrangeiro. O descontentamento de alguns militantes em relação ao PT fez com que, nas datas de 5 e 6 de junho de 2004, eles se organizassem para que surgisse o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), agregando antigos nomes do PT, como Luciana Genro e Babá, que foram expulsos do partido por posicionarem-se contrários às contrarreformas. Sobre o processo de criação do PSOL, afirma-se que ocorreu de forma bastante fragmentada e particular, com a saída de militantes descontentes, políticos e ex-simpatizantes do/com PT, muito diferente do que foi o processo de criação do PT, por exemplo, com uma grande base de trabalhadores (GONÇALVES, 2014). Nesta concepção, o partido apresenta em sua gênese uma composição diferente das concepções leninistas de partido de massas, ou seja, reúne agrupamento de alguns intelectuais e descontentes, mas em minoria de filiação.

A década de 1990 no Brasil não fugiu à regra da ideologia neoliberal dos outros países de capitalismo central. Ideologicamente, a crise do partido afetou (e ainda afeta) consideravelmente os partidos brasileiros e as suas correntes internas e heterogêneas. Evidentemente, se falamos de uma fragmentação dos organismos que representam os trabalhadores, não podemos desconsiderar que a mesma fragmentação afeta, antes de tudo, a sua base, ou seja, os próprios trabalhadores. A partir desta reflexão e das tensões que ocorrem no interior das organizações, destacamos o surgimento do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).⁶²

⁶² Em uma análise encontrada em Silva (1998), o autor confirma que, entre os dias 3, 4 e 5 de 1994, ocorreu o congresso de fundação do partido, com participação de 195 delegados e, em média, 75 convidados, onde aprovou-

Através da análise do jornal *Opinião Socialista* (2003), Gonçalves (2014, p. 61) afirma que, na concepção do PSTU, o PT já “nasce com seu verdadeiro significado orquestrado pela burguesia e pelo imperialismo, ou seja, um governo de conciliação de classes (...)”.

No seu sítio da internet, o PSTU afirma que:

Os que fundaram o PSTU estavam corretos ao apontar que as escolhas que fez o PT o levaria à traição aos trabalhadora. A escolha do PT por governar nos limites do capitalismo, de priorizar as eleições em detrimento das lutas, de não adotar uma estratégia de revolução, mas de um capitalismo com distribuição de renda, em aliança com partidos da burguesia e com o empresariado, banqueiros e multinacionais, deu no que deu (PSTU, S/D).⁶³

Na contemporaneidade, o partido afirma que o PSOL segue a mesma linha do PT, qual seja elevar o partido à eleição e não para a revolução:

(...) Hoje, no Brasil, depois da traição e do desastre do PT, pensamos que a classe operária não pode construir outro PT. Essa é a diferença que temos, por exemplo, com o PSOL, que repete os mesmos vícios e erros que levaram o PT aonde levaram: um partido para as eleições e não para a revolução, que não defende a independência dos trabalhadores frente aos patrões e governos, fazendo alianças com a burguesia (PSTU, S/D).

Diante disto, protagoniza-se, no cenário nacional, a diversificação da “esquerda” em partidos e sindicatos. A diversidade se apresenta tanto numericamente quanto em orientações e concepções políticas, à exemplo do PT, PSTU e PSOL. Destarte, correntes e blocos que compõem os partidos e sindicatos também podem divergir e apresentarem internamente suas posições.

A convicção de que o movimento sindical protagonizou lutas de maior intensidade entre a década de 2000 é sustentada por Boito e Marcelino (2010). Na leitura que fazem de Rodrigues (2002), os autores consideram que o declínio histórico do sindicalismo nos anos de 1990, se comparado com as intensas atividades das décadas de 70 e 80 em cada contexto específico, se apresenta através de alguns fatos, como a descentralização da barganha causada pela organização de trabalhadores em diversos locais de trabalho, a incapacidade de mobilizar os desempregados, a flexibilização da força de trabalho e contratação da mão de obra temporária e com direitos reduzidos, a perda de referência socialista, o individualismo crescente, etc. Para

se o programa do partido, seu estatuto e composição da sua direção nacional. Das correntes que formaram o partido, há um destaque para a Convergência Socialista (CS), que tomou iniciativa de aglutinar as organizações em torno da proposta de criação e também constituir a força principal no interior do movimento, em termos de influência política e de militância.

⁶³ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca/>. Acesso em 11/04/2018.

os autores em discussão), Rodrigues foi feliz em evidenciar alguns pontos importantes, embora com poucos dados. Sua imprecisão maior foi afirmar que o declínio foi *histórico* (BOITO; MARCELINO, 2010).

Na avaliação dos autores, viu-se, no Brasil, uma recuperação da atividade sindical, que se expressou com a manutenção de uma base grevista e o acirramento da disputa política nas cúpulas, sobretudo com o surgimento de novas centrais sindicais⁶⁴, conforme explicita uma nota de rodapé:

Entre 2004 e 2007, cinco novas centrais sindicais foram criadas: Conlutas, criada em 2004 como dissidência da Central única dos Trabalhadores (CUT) e fortemente vinculada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Intersindical, de 2006, também dissidência da CUT e com forte presença do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Nova Central Sindical (NCST), formalizada em 2005 por um grupo de sindicatos, federações e confederações que se consideraram isolados durante o Fórum Nacional do Trabalho; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), formada por antigas correntes da CUT, uma ligada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outra ao Partido Socialista Brasileiro (PSB); e, por fim, União Geral dos Trabalhadores (UGT), criada em 2007 como resultado da fusão da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Social Democracia Sindical (SDS) e da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT). É certo que essa onda de novas centrais sindicais não pode ser vista, em sua totalidade, como expressão de pujança do sindicalismo na década de 2000. A NCST e a UGT representam, fundamentalmente, a parte mais conservadora do sindicalismo brasileiro – conhecida, tradicionalmente, pela designação de “pelegos”. Contudo, a criação da Conlutas, da Intersindical e da CTB expressa a luta entre correntes socialistas e democráticas pela hegemonia no movimento sindical brasileiro (BOITO; MARCELINO, 2010, p. 328).

Os autores acreditam que a origem do novo ciclo de greves se deu por alguns fatores, colocando o sindicalismo em “plena fase de recuperação” (BOITO; MARCELINO, 2010, p. 330), considerando que algumas causas para isso se apresentem como sendo: o tímido crescimento econômico, a ligeira recuperação de empregos, a alta taxa inflacionária sobre a cesta básica em relação à inflação média, o regime democrático, o desgaste da ideologia neoliberal que aparece com a eleição de Lula e de regimes similares no mesmo período na América Latina, pluralidade de vieses políticos entre as centrais, dentre outras, sugerindo que houve uma mudança na conjuntura política e econômica, favorecendo uma “ascensão” do movimento sindical no Brasil.

Os dados do DIEESE utilizados pelos autores trazem que o número se manteve entre 300 greves e 1,5 milhão de grevistas por ano, até 2007, e, no ano da *crise econômica* de 2008,

⁶⁴ Apenas para mencionar que está intrinsecamente relacionado ao surgimento das novas centrais sindicais com a conjuntura que se apresenta. Insere-se, nesta conjuntura, o rompimento de correntes e blocos no interior dos partidos e também as divergências nas cúpulas sindicais.

saltou-se para 411 greves e 2 milhões de grevistas.⁶⁵ Uma interessante análise que os autores fazem em relação aos dados é de que, para o DIEESE, a maioria das greves foi de caráter propositivo, no que os autores preferem usar o termo “ofensivas”. A razão se dá porque acreditam que o termo “propositivo” sugerido pelo órgão pode estar muito associado, em primeiro lugar,

[...] no cotidiano sindical e nos estudos acadêmicos sobre o assunto, a uma determinada estratégia: aquela do sindicalismo metalúrgico do ABC paulista. As estratégias desse sindicalismo, boa parte das vezes, incluem negociações que estão longe da luta por melhores condições de trabalho, novos direitos e melhorias salariais (Galvão, 1996), ao contrário do que observamos nesse novo ciclo de greves da década de 2000 (BOITO; MARCELINO, 2010, p. 331).

Em segundo lugar, os autores acrescentam que soa inadequada a oposição entre os termos “propositivo” e “defensivo”, usado pelo DIEESE, porque o oposto de “propositivo” seria não fazer propostas, “o que não parece ser o caso de quase nenhuma atividade sindical” (BOITO; MARCELINO, p. 330). Acreditam que o oposto de “defensivo” é, na semântica e na prática, “ofensivo”, advindo daí o termo. Os autores acreditam que as greves que são “ofensivas”, no quinquênio observado (2004-2008), têm por característica requererem “ganho real de salário e por conquista ou majoração nos Planos de Lucros e Resultados (PLR)” (BOITO; MARCELINO, p. 330-331), e, de uma forma geral, as greves na década de 2000 tem pautado novas conquistas, enquanto as da década anterior, as “defensivas”, reivindicavam permanecer no mesmo lugar.⁶⁶ Diante disto, parece-nos importante tecer alguns comentários: o primeiro é o que os próprios autores consideram ao final do texto: a necessidade de se analisar o contexto ideológico, econômico e político destas ações. Outro comentário se dá em relação a real “ofensividade” que as greves por salário e por PLR significam: Nos parece, *grosso modo*, abrir o caminho para duas interpretações que em nada são ofensivas ao capital, primeiro porque a luta por salário, em si, não fere a essência da acumulação capitalista; em segundo que a luta por PLR pode indicar dentre tantas análises, também a luta pela “equiparação” com as condições de outros trabalhadores em outras empresas que recebem a PLR, e que nos mostrou Alves (2002) a possibilidade que sua criação pode ser interpretada como de grande utilidade

⁶⁵ “Nota-se a participação majoritária do setor público – funcionalismo público e empregados de empresas estatais. Apenas o ano de 2008 registrou um número de greves maior na esfera privada (224) que na esfera pública (184). Observa-se, porém, que a participação dos trabalhadores do setor privado, mesmo antes de 2008, foi elevada e crescente ao longo do quinquênio 2004-2008, quer consideremos o número de greves ou o número de grevistas” (BOITO; MARCELINO, 2010, p. 330).

⁶⁶ Os autores consideram outras vertentes da vitalidade do sindicato na década, como, por exemplo, o crescimento de greves com atos públicos e que trazem visibilidade social à causa, como, também, o atendimento parcial das pautas das mais diversas categorias e do crescimento das greves no setor público.

para o próprio sistema como forma de alavancar a produtividade e implantar a ideia de trabalhador-sócio, que veste a camisa da empresa e que, quanto mais produz e a empresa lucra, maior poderá ser a sua PLR. Em todo caso, os estudos indicam que a atividade sindical da década de 2000 pode ter crescido, abrindo novas lutas e possibilitando outras, contrapondo-se à tese de que o sindicalismo somente vegeta na era da financeirização.

Diante de uma guinada no movimento sindical e também de frente com as particularidades, convergências e divergências no cenário econômico e político – da grande política e da pequena política, lembrando Gramsci –, surgem, no país, novas centrais sindicais, conforme mencionamos mais acima. É por este motivo que analisaremos, muito incipientemente, algumas questões relativas à CSP-Conlutas, em especial os “caminhos” para a luta que foram debatidos e aprovados como Resoluções.

3 UMA REFLEXÃO SOBRE AS RESOLUÇÕES DA CSP-CONLUTAS: UMA VIA PARA O SOCIALISMO?

Pelo descontentamento à ação governista de caráter neoliberal exercido pelo PT, que desconsiderou a luta dos trabalhadores e várias das reivindicações que se faziam, protagonizou-se o surgimento de novas centrais para fazerem oposição à CUT, como, foi por exemplo, o caso da Conlutas.⁶⁷ A inspiração para se consolidar a Conlutas surge a partir da intenção do PSTU, que, dentro da CUT, atuava através do Movimento Por Uma Tendência Socialista (MTS). Destaca-se que, desde o VIII CONCUR, havia uma luta por parte de alguns militantes combativos para a construção de um Encontro Sindical Nacional para que se fizesse oposição ao governo Lula e, conseqüentemente, à CUT, com meios de articular, nesse encontro, uma coordenação de lutas, dando origem à Conlutas.

Neste Encontro Sindical Nacional proposto pelo PSTU, objetivou-se a construção de uma nova central sindical, com viés combativo, pois acreditou-se que a CUT já não representava mais os interesses das bases e dos seus compromissos com a classe trabalhadora na década de 80. Pela divergência, tensões e opiniões contrárias dos militantes que compunham o Encontro, a Coordenação Nacional de Lutas que se posicionava contra as reformas reuniu-se pouco depois para reafirmar as suas deliberações e, ao mesmo tempo, incluir uma novidade: A nova entidade, a CSP-Conlutas, que é formalizada somente no ano de 2010, em um CONCLAT (CSP-CONLUTAS, 2011a), impulsionada pelo PSTU e por alguns setores do PSOL, como o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTTL), o Movimento de Esquerda Socialista (MES) e o Movimento Avançado Sindical (MAS) (GONÇALVES, 2014), todos descontentes com as práticas exercidas pela CUT.

Segundo suas próprias palavras, a CSP-Conlutas pauta-se na defesa imediata e dos interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão (CSP-CONLUTAS, 2011a). Defende a autonomia frente ao Estado, governos e partidos políticos, ao mesmo tempo que afirma não possuírem um programa acabado, perfeito. Sinaliza em seu Programa – ainda que inacabado –, a superação do capitalismo e a construção do socialismo. Os tempos neoliberais vêm trazendo cada vez mais a superexploração do

⁶⁷ Não irei recuperar no teor desta dissertação, de forma aprofundada, as concepções que nortearam o surgimento da Conlutas. Sugiro a leitura de: CARVALHO, Priscila Souza de. **O neoliberalismo confrontado**: um estudo sobre as concepções e a experiência da Conlutas na organização da classe trabalhadora. Uberlândia: UFU, 2012; GUIMARAES JUNIOR, Mário C. D. P. **Resistência e adaptação do movimento sindical no Brasil à lógica do capital**: reflexões sobre a trajetória da Central única dos Trabalhadores (CUT) e da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS). Uberlândia: UFU, 2012; GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no governo Lula**: um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical. Campinas: UNICAMP, 2014.

trabalho, no nível em que as lutas têm se dado na ampla defesa pelo direito ao emprego (ANTUNES, 2008), ou o direito à exploração. Nesse cenário, onde impera o economicismo e o corporativismo, a Central afirma que estes “devem ser, portanto, combatidos na ação da Central, pois levam a uma prática reformista e esse tipo de ação não é capaz de defender sequer as reivindicações e direitos básicos dos trabalhadores” (CSP-CONLUTAS, 2011b). Aqui, destacamos que o reformismo *pode* defender reivindicações dos trabalhadores, como foi o caso da Social-democracia Alemã, no início do século XX, que reivindicou espaço nos parlamentos⁶⁸. Isto, de antemão, nos mostra que a central pode crer que defender o direito básico, em si, não é ser reformista.

Por algumas razões que fazem-se esclarecer, propomos que este capítulo tem por objetivo fazer algumas análises – ainda que incipientes – a partir das Resoluções dos 1º e 2º Congressos Nacionais da CSP-Conlutas sobre como ela têm direcionado a luta para uma sociedade *socialista*⁶⁹ – tendo por fundamentação teórica a concepção marxista de que os sindicatos podem ir além das suas questões imediatas e avançar com o debate sobre o modo de produção capitalista, a *causa* do aprofundamento das diversas expressões da questão social. Contudo, não é possível prosseguir com isso sem que, antes, recuperemos algumas questões que vêm se apresentando de algumas décadas até aqui.

É pertinente destacar que não encontraremos *apenas* nas Resoluções uma concepção acabada sobre o tema que se propõe. Muito mais do que elas, a Central dispõe de diversas outras fontes de análise, como as teses congressuais, os boletins das Secretarias e Coordenações, o site, as organizações que a compõe, as redes sociais, as ações diretas etc. Entretanto, privilegiamos as Resoluções por entendermos serem uma das fontes em que estariam *resolvidas* questões que poderiam nortear a luta dos militantes.⁷⁰ Portanto, esta pesquisa não se aproximou de diversas outras variantes que podem também representar as ideias, embates, pontos de acordo e de conflito na Central, como, por exemplo, através da participação nas Assembleias e os Congressos; e nos desculpamos perante a/o leitor/a de não poder adentrar nestes pormenores, que são extremamente importantes. Outrossim, cremos que as Resoluções podem, nestas circunstâncias, apresentar dados da Central por ela mesma.

Uma das premissas que consideramos nas análises é a condição pela qual as lutas têm se apresentado, de nítida desassimilação com a sua “causa”, ou seja, a contradição entre trabalho

⁶⁸ Não iremos aqui resgatar a discussão. Escrevemos brevemente sobre a hipótese no capítulo 1.

⁶⁹ Seria por demais pretencioso apresentar todas as formas de socialismo. Cabe mencionar de forma simples que Marx e Engels, no *Manifesto*, descrevem três tipos. Já nos cursos do século XX, Hobsbawm mencionou em uma de suas pesquisas que houveram mais de 50 tipos.

⁷⁰ Como exemplifica a Apresentação no Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas.

socialmente criado e apropriação privada destes frutos, isto sem considerar o baixo número de filiação sindical. Fragmentação esta que não pode ser atribuída a um ou outro personagem (militante, direção sindical/partidária, movimento), senão pela lógica neoliberal que (re)coloca todos como sendo concorrentes uns dos outros. Portanto, afirma-se aqui a necessidade e a urgência de se debater a condição da fragmentação (e a sua superação), vinculada à origem das contradições do sistema de assalariamento – o que se coloca como um dos grandes desafios da cena contemporânea, haja vista a concepção pós-moderna que tem sido munição de muitos movimentos que não veem no âmbito das relações de classe a condição de sua opressão, limitando-se à mais direitos, mais punição, mais espaço nos espaços de gerenciamento da barbárie.

Outra questão são as transformações inerentes ao mundo do trabalho. Este que, hoje, apresenta uma nova *morfologia* (ANTUNES, 2018) desafia os sindicatos a lutarem (ou a iniciarem uma luta) que pense em uma nova forma de vida. Consideramos que, na atual conjuntura contrarrevolucionária, algumas formas de desvelar a luta e a relação entre causa e efeito são ainda mais urgentes para as entidades clássicas, se é que ainda se comprometem com a luta dos trabalhadores ao propugnar a luta por emancipação não só *política*, mas também *humana*. Isto requer não cair nas armadilhas que colocam o capitalismo como consequência, mas na certeza de ser a causa.

Não podemos esquecer da conjuntura brasileira que surge a CSP-Conlutas, a qual já fizemos um breve resgate teórico no capítulo 2. Com as eleições de Lula, em 2003, a hegemonia neoliberal segue o seu curso sem empecilhos, o que, inclusive, culmina alguns anos depois na condição de submissão das centrais sindicais brasileiras a completa estrutura sindical pela via do recebimento dos impostos sindicais. O seu modelo *neodesenvolvimentista* de gestão culminou em um estado de *contrarrevolução permanente* em que se aliançou o período fecundo para o capital e alguma melhoria de vida do povo, este que teve mais acesso a produtos, não necessariamente acesso ao valor socialmente produzido (POLESE, 2017). Estaria a CSP-Conlutas propondo em suas resoluções alguma forma de se combater este *projeto* em curso? A resposta é sim. Estaria a Central *resolvendo* por uma nova sociedade? Em certa medida podemos dizer que sim, porém, existem algumas considerações à serem feitas sobre esta passagem, o que tentaremos demonstrar nas páginas que seguem.

3.1 A composição da base social da CSP-Conlutas

Diante de algumas destas reflexões, nos interessa conhecer melhor a central através da pesquisa feita por Galvão, Marcelino e Trópia (2015) e Galvão e Trópia (2014).⁷¹ Estes dados são importantes porque revelam, em alguma medida, a composição social da central, cujas resoluções e alguns documentos poderão nos fornecer dados mais aproximativos sobre a perspectiva de classe na central e as lutas que propõem que podem contribuir (ou não) com o rompimento da ordem. Comparando os dados obtidos, uma variante interessante que chamou a atenção foi a participação das mulheres nos congressos

(...) oriundas do movimento sindical e dos movimentos populares foi significativa e crescente. No congresso de 2008, 35,4% do total dos participantes eram do sexo feminino, Nos congressos realizados em 2008 e 2012 a presença de mulheres enquanto, em 2012, as mulheres representaram 37,4% (GAVÃO; TRÓPIA, 2014).

As mulheres corresponderam no congresso do ano de 2012 à 35,6% do total de delegados/as do movimento sindical⁷² e à 49,2% das/os delegadas/os dos movimentos sociais, demonstrando que a participação feminina na central é maior nos movimentos do que em sindicatos (GALVÃO; TRÓPIA, 2014). Cabe destacar que foi aprovada uma resolução sobre a abertura do debate “acerca da concepção de luta contra as opressões e o critério de representação das mulheres” na CSP-CONLUTAS no 3º Congresso Nacional (2017, s/p), inclusive, com a aprovação da cota de 50% para mulheres na Secretaria Nacional (SN), que possa, segundo a central, respeitar seu caráter de independência de classe e ao mesmo tempo se “contraponha às influências pós-modernas na Central”. Embora não seja possível, no momento, privilegiar as resoluções do terceiro congresso da CSP-Conlutas que ocorreu em 2017, nos é interessante apontar para questões que podem soar opostas no interior da central: Uma delas é que a ideia da representação de mulheres que não desrespeite caráter de independência de classe merece melhor atenção, sobretudo porque não se antagonizam os termos mulher e classe. Outra questão é sobre a concepção de se combater o pós-modernismo na central, o que, já de imediato, pressupõe sua presença. Ainda neste tópico, pode parecer curioso que o pós modernismo seja

⁷¹ O estudo de Galvão e Trópia (2014) apresenta, *grosso modo*, uma comparação entre os dados obtidos através da aplicação do questionário aos delegados/as do primeiro Congresso nacional da Conlutas, em 2008 – que se encontra publicado na íntegra em Galvão, Marcelino e Trópia (2015) –, e do primeiro Congresso Nacional da CSP-Conlutas, em 2012.

⁷² Deste total, “77,2% estavam ocupadas no serviço público” (GALVAO, TROPIA, 2014, p. 128). Ainda que, de forma simples, seja necessário considerar que estas estatísticas são intrínsecas à divisão sexual do trabalho. Para uma aproximação ao tema, indicamos as obras de Helena Hirata e Cisne e Santos (2018).

combatido sem explicar a sua origem que nega o materialismo histórico e afirma a *linguagem*. (WOOD, 1999).

Outro dado interessante de se observar é o nível de escolaridade entre os delegados, que pode ser considerado alto se comparado com as demais centrais sindicais (GALVÃO; MARCELINO; TROPIA, 2015). Ademais, considera-se pequeno o número de analfabetos na central sindical, que, em 2012, revelou ser de 0,7%, mas que cresceu se comparado aos dados de 2008 que eram de 0,3% (GALVÃO, TRPOIA, 2014). Chama mais atenção o alto percentual de delegados/as com nível superior e pós graduação na central, onde, no mesmo ano, o número chega a 40,9% do total. Destaca-se, contudo, que este percentual pode ser explicado pela presença de sindicatos de professores da rede pública brasileira, com um destaque para a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional, o ANDES – SN, que, para as autoras, “tem destaque na construção e direção da CSP-Conlutas” (GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015, p. 129). Concordamos que este percentual é alto também se comparado à taxa de escolaridade da População Economicamente Ativa - PEA do Brasil.

Outra variável que as autoras consideram para identificar a composição social da Conlutas e CSP-Conlutas foi a da ocupação e do setor econômico dos pesquisados. Pode-se constatar que a Central encontra-se “enraizada no setor urbano, de serviços e que atrai majoritariamente funcionários públicos” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 131), sendo pouquíssimos os delegados que representaram o setor da “Agricultura, pecuária e mineração” e caindo o percentual de 4,2% dos/as delegados/as entrevistados/as, em 2008, para 3,6%, em 2012.⁷³

Tabela 1 - Setor econômico dos delegados pesquisados

Setor econômico dos delegados pesquisados	2008	2012
Agricultura, pecuária e mineração	4,2%	3,6%
Industria	14,6%	20,6%
Comércio	4,2%	5,6%
Serviços	66,7%	60,1%
Não respondeu	2,7%	10,1%
Outros	7,7%	--
Total	100%	100%

Fonte: Adaptada de Galvão; Trópia (2014, p. 133).

⁷³ Dos quais, 81,8% representavam movimentos do campo e 18,2%, delegados de entidades sindicais rurais em 2008, sendo que, em 2012, 61,9% deste percentual representava movimentos do campo e 38,1%, sindicatos rurais (GALVÃO; TRÓPIA, 2014).

Majoritariamente, a Central tem incorporado os trabalhadores urbanos, inseridos no setor de serviços, com a indústria ocupando o segundo lugar no *ranking*, com cerca de 1/3 do total de representantes dos delegados do setor de serviços. Concordamos com as autoras que, embora a Conlutas “ambicione representar e organizar todos os setores populares atuantes no movimento social e sindical – e, em certa medida, tem alcançado este objetivo – [...]” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 132), sua concentração majoritária se dá nos setores acima mencionados. A pesquisa realizada pelas autoras no último congresso da CSP-Conlutas revelou que, nesta variante importante que é a predominância do setor de serviço entre as ocupações dos delegados/as, a ocupação mais significativa entre eles/as é a do funcionalismo público.⁷⁴ Cabe analisar que, embora o estudo não traga o percentual da quantidade exata dos/as delegados/as ocupados/as como “empregado ou assalariado urbano”⁷⁵, nos parece pertinente observar que o número reduz de meados de 30% do total de delegados pesquisados em 2008 para cerca de 25% no congresso de 2012. Este percentual nos chama atenção, também, para comentar sobre alguns dados da tabela que as autoras apresentam:

Tabela 2 - Setor econômico dos delegados pesquisados por faixa salarial (2012)

2012	Até 1SM	Mais de 1 à 2 SM	Mais de 2 a 4 SM	Mais de 4 a 6 SM	Mais de 6 a 10 SM	Mais de 10 SM	Não tem renda
Trabalhador assalariado urbano setor privado	7,5	49,7	27,0	8,8	5,7	1,3	-
Trabalhador assalariado rural	18,2	18,2	36,4	9,1	-	-	18,2
Funcionário Público	2,0	14,9	31,3	23,2	17,9	10,3	-
Pequeno proprietário rural	58,3	8,3	8,3	-	-	-	25,0
Arrendatário, parceiro	-	-	-	-	-	50,0	50,0
Empregado domestico	50,0	50,0	-	-	-	-	-
Autônomo – conta própria	50,0	20,0	20,0	-	-	5,0	5,0
Profissional liberal	42,9	28,6	28,6	-	-	-	-
Total	8,1	24,9	26,7	16,0	12,2	7,3	4,9

Fonte: Galvão e Trópia (2014, p. 136)

Em relação à estabilidade e tomando por base o ano de 2012, sempre nos referenciado ao estudo das autoras, percebeu-se que os trabalhadores urbanos do setor privado e os

⁷⁴ “A ocupação dominante entre os pesquisados nos dois Congressos da Conlutas é a de funcionários públicos. Em 2008, os funcionários públicos correspondiam a 55,6% do total dos pesquisados [...] e, em 2012, a 62,8%, de tal modo que no último congresso praticamente 2/3 do total de pesquisados eram funcionários públicos” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 133).

⁷⁵ Disponível no “Gráfico 1: Ocupação dos delegados pesquisados” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 134).

funcionários públicos gozam de relativa estabilidade; no primeiro caso considerou-se estável 8,2 em cada 10 pesquisados e, no segundo caso, a estabilidade registrada foi de 7,8 delegados em 10 pesquisados, alertando ainda que embora a diferença se apresente como pequena ela é considerável, vez que as sucessivas perdas na carreira pública que se iniciam em 2003, com a Reforma da Previdência, podem ter influenciado estes setores à aderirem à Conlutas. Foi possível constatar, de forma generalizada, que a Conlutas possui “composição social heterogênea, caracterizada pelas baixas faixas de renda, maioria de pretos e pardos, e predomínio de empregados no setor público, 1/5 dos quais não estáveis” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 138).

Uma das variáveis que mais nos chamou a atenção no estudo diz respeito às concepções político-ideológicas da CSP-Conlutas. Esta pode ser uma variante que revela (ou não) a forma de como a central sindical *pode* se aproximar dos projetos e programas do(s) partido(s), mesmo porque, ainda que mantenha a sua autonomia/independência enquanto central, é pertinente não ignorar o fato histórico de que o partido emerge das lutas econômicas, propondo mudanças políticas e, em determinados momentos, o fim do modo de produção capitalista. À isto, embora não nos seja possível atentar aos programas dos partidos⁷⁶ identificados através da pesquisa com os delegados no primeiro congresso da central, nos interessa considerar que pouco mais da metade dos delegados da CSP-Conlutas (55,7%) militam em partidos de esquerda, além da inserção de militância no campo sindical.⁷⁷

Majoritariamente, o partido que concentra o maior percentual destes filiados é o PSTU, que saltou de 72,6%, em 2008, para 73,9%, em 2012. Em segunda colocação está o PSOL, porém, com um percentual bem abaixo do primeiro colocado, representando 17,4% dos delegados, em 2008, e 16,4%, em 2012. Estes dados são curiosos ao atentarmos que, de acordo com a pesquisa, a candidata à Presidência do Brasil, Heloisa Helena, coligação (PSOL, PSTU, PCB) recebeu quase 60% dos votos dos delegados que declararam voto na pesquisa, ficando Lula (PT, PRB, PCdoB) em segundo lugar. Se comparar os dados de filiação partidária dos delegados/as em relação ao voto declarado, percebe-se certa oscilação na relação, uma vez que

⁷⁶ Como veremos, é perceptível a presença do PSTU dentre os delegados da central. No momento em que procurávamos pelo seu programa, não o encontramos na página da internet do partido. Tentamos contato por telefone, sem sucesso. Enviamos o primeiro e-mail no dia 18/02/2018 em busca do programa; reenviamos no dia 04/03/2018; e só obtivemos resposta em 06/03/2018, informando-nos que o programa do partido está em debate, disponível na revista *Marxismo Vivo* nº 10. Optamos por não analisar o referido documento, uma vez que (supomos) ainda estar em debate – logo, passível de alterações -, mesmo porque voltamos a consultar o site do PSTU em 01 de julho de 2018 e o programa ainda não estava disponível; tampouco a informação que o atual programa em debate se encontra na revista mencionada.

⁷⁷ A porcentagem de filiação em partidos políticos caiu 3,3% se comparada entre um congresso e outro (GALVÃO; TRÓPIA, 2014).

cerca de 90% dos delegados/as são filiados ao PSOL e PSTU, revelando que há outras variáveis em escolhas políticas (GALVÃO; TRPOIA, 2014) e, ao nosso ver, indicou a presença – que consideramos de suma importância para análises futuras – de alguma forma de ilusão com as propostas neoliberais do PT. No que as autoras chamam de “segunda onda” da Conlutas, foi perguntado sobre o voto nas eleições de 2010, quando o PSTU e o PSOL não formaram uma aliança e os dois partidos apresentaram seus nomes à candidatura. José Maria, do PSTU, obteve 47,5% do total do voto dos/as delegadas/os pesquisadas, enquanto Dilma Rousseff, pelo PT, obteve 15,2% dos votos; ficando ainda à frente de Plínio, do PSOL, com o total de 12,3%. Destaca-se que, no segundo turno, 25% dos delegados/as entrevistados votaram no PT, enquanto 57% votou nulo, “seguindo, em grande medida, as orientações do PSTU para seus filiados e militantes”. Destes dados, apontamos algumas reflexões que ainda carecem mais pesquisa, como, por exemplo, o fato de ¼ dos delegados da central revelarem ter votado em Dilma. Partilhamos da concepção das autoras, de que

Todavia, posição e preferência partidárias não determinam, de forma simplista e epifenomênica, o comportamento eleitoral, nem a avaliação conjuntural realizada pelos delegados pesquisados. Militantes de uma central sindical que nasce de uma dissidência da CUT, em forte desacordo com as políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores quando ele chega ao poder, os delegados pesquisados – majoritariamente funcionários públicos – defendem bandeiras antineoliberais, votam naqueles candidatos que se colocam como oposição ao PT e ao neoliberalismo, mas podem, também, seja pelas opções políticas existentes, seja pelo reconhecimento de inflexões nas políticas estatais, avaliar diferentemente de suas direções partidárias os cenários políticos (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 140).

No que se refere à composição da Central, pode-se afirmar que é majoritariamente formada por organizações sindicais, totalizando 85,2% das entidades e 14,8% de movimentos sociais.⁷⁸ Evidencia-se ainda que a maioria das entidades sindicais está localizada no setor público – embora tenha diminuído 5,3% entre as respostas de um congresso à outro, totalizando 61,8%, permanecendo, em segundo lugar do *ranking*, o sindicato do setor privado, com 33,9% em 2012. Sindicatos de trabalhadores rurais, federações, confederações e associação somam 4,2% do total. Percebeu-se que o movimento estudantil, mesmo reduzindo praticamente à metade – de 61,7% para 32,6% –, continuou sendo majoritário dentre os movimentos sociais, embora seja muito próximo ao movimento de luta por moradia – 31,4%. Reproduzimos, a seguir, a tabela dos tipos de entidade dos delegados pesquisados.

⁷⁸ As razões para o aumento do número de entidades sindicais e a diminuição de movimentos sociais, em respostas válidas, acredita-se estar na tentativa de fusão com a Intersindical no congresso da CONCLAT, bem como na restrição de um máximo de 5% do movimento estudantil nas cláusulas estatutárias (GALVAO; LEMOS; GONÇALVES, 2012 *apud* GALVÃO; TROPIA, 2014).

Tabela 3 - Tipo de entidade dos delegados pesquisados

	2008	2012
Estudantil	61,7	32,2
De gênero-identidade sexual	0,9	2,3
Étnico-movimento negro	1,7	8,1
Luta por moradia	13	31,4
Luta pela terra	11,3	22,1
Outro	11,3	3,5

Fonte: Galvão e Trópia (2012, p. 142)

Há que se considerar que também foi registrada a participação de oposições sindicais nos congressos da Central, relacionando-se com o fato de que o Estatuto da Central (CSP-CONLUTAS, 2012) prevê a participação destes delegados, bem como outros, também nas instâncias superiores, que inicia sua redação no art. 15⁷⁹ na intenção de “combater a burocratização do sindicalismo” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 142). Vejamos o que diz o estatuto, disponível on-line:

A Coordenação Nacional será composta por representantes eleitos (as) nas instâncias das entidades e movimentos filiados à CSP-CONLUTAS, em dia com as suas contribuições financeiras à CSP-CONLUTAS, nas seguintes proporções: I) Entidades sindicais: Com até 4.999 trabalhadores na base: 1 voto; De 5.000 a 19.999 na base: 02 votos; De 20.000 a 39.999 na base: 03 votos; De 40.000 a 79.999 na base: 04 votos; De 80.000 trabalhadores na base, em diante: 05 votos, mais 1 a cada 20.000 ou fração de 10.000, limitado a 10 votos. I.A) A base das oposições sindicais e das minorias das entidades sindicais não filiadas à CSP-CONLUTAS deve ser definida a partir do percentual da categoria que representarem. I.B) Para as oposições sindicais deve se levar em conta o número de votos obtidos na última eleição e, no caso das minorias, a proporção que representam na diretoria da entidade. II) Movimentos populares: II.A) Acampamentos e ocupações (urbanos ou rurais): Até 500 famílias: 1 voto; De 501 a 1.000: 2 votos; de 1.001 a 2000 famílias: 3 votos; acima de 2.000 famílias: 1 voto a cada 1.000. II. b) Núcleos Comunitários: Até 125 famílias em assembleia: 1 voto; de 126 a 250 famílias representadas em assembleia: 2 votos; de 251 a 500 famílias representadas em assembleia: 3 votos; acima de 500 famílias representadas em assembleia: 1 voto a cada 250 famílias. II.B) Movimentos populares sem base de representação definida: 1 voto por entidade (ESTATUTO..., 2012, s/p).

Se, por um lado, este processo pode democratizar as estruturas da central, em outro, pode acabar por iniciar o processo de burocratização dos movimentos sociais em relação às estruturas superiores, ou ainda pode acabar por “criar” mais uma instância onde os movimentos

⁷⁹ Identificamos um erro nos documentos da Central, uma vez que no Estatuto que se encontra no site, as condições para composição da Coordenação Nacional se iniciam no artigo 15; e no estatuto aprovado no 1º Congresso da CSP-Conlutas, disponível no Caderno de Resoluções do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, as condições para composição da Coordenação Nacional se iniciam no artigo 13.

possam se expressar, contudo, no âmbito da sua vinculação estatutária. É pertinente lembrar que as condições estatutárias não significam, necessariamente, a incorporação destes movimentos e/ou que isto lhe garanta a fagocitose de seus princípios. Apenas para citar, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, possui um caráter típico de movimento social e, junto com a CUT – que não estabelece no seu estatuto que a sua composição é formada, também, por movimentos sociais –, atuaram “combativamente” nos meados de 1980. Neste caso, esteve sempre em evidência o PT como instância máxima no âmbito político partidário. Não se percebe, claramente, o nome do PSTU nos documentos da CSP-Conlutas.

Foi evidenciado que, em relação às bandeiras de luta da Central, existe uma enorme variedade de pautas, mas prevalece, dentre elas, a de questões salariais e direitos trabalhistas – aumentando de 37,7% para 38,7% de um congresso para o outro. Destacam-se outras bandeiras, como a que se posiciona contrária às reformas neoliberais, embora tenha sofrido uma queda de 11,6% para 10,7% entre os congressos. Estas bandeiras parecem curiosas e, decerto, várias das que se apresentam podem ser identificadas como sendo bandeiras também intrínsecas às transformações capitalistas, podendo, por exemplo, a bandeira da educação também pautar medidas anti neoliberais. Vale ressaltar que, em nossa opinião, para uma Central que se reconhece enquanto oposição às medidas neoliberais do governo Lula, esta bandeira poderia ser mais citada do que, por exemplo, as que pautam questão salarial – isto pode ser um indicador de como os/as delegados/as (não) enxergam as bandeiras e se são (ou não) correspondentes umas às outras.

As bandeiras em defesa do socialismo subiram de 5,6% para 9,9% dentre os delegados/as pesquisados/as nos congressos pelas autoras. Esta bandeira nos chama a atenção por algumas questões que já evidenciamos serem particulares, mas por outras que também pretendemos demonstrar ao discorrer desta análise preliminar. Porém, uma inquietação que se faz presente é: o socialismo defendido pela central será construído com o partido? Qual seria(m)? As outras bandeiras não seriam “resolvidas” com a construção do “socialismo” propugnado pela central? Reproduzimos a tabela a seguir que clarifica quanto as bandeiras de luta.

Tabela 4 - Bandeiras de lutas das entidades segundo a opinião dos delegados pesquisados

	2008	2012
Questões salariais, direitos trabalhistas e previdenciários	37,7	38,7
Questões de organização sindical	3,9	7,9
Contra as reformas neoliberais, as privatizações e a abertura comercial	11,6	10,7
Questões de saúde e proteção social	1,5	6,1
Direito à educação pública, gratuita e de qualidade	16,9	16,7
Questão ambiental	0,6	0,3
Questões de organização e permanência estudantil	-	1,0
Questão fundiária rural e urbana	5,9	2,6
Questões de gênero, raça e etnia	2,1	3,8
Em defesa do socialismo	5,6	9,9
Outras	8,9	2,3
Não respondeu	5,3	-
Total	100	100

Fonte: Galvão e Trópia (2014, p. 144)

Constituindo forte oposição ao governo Lula, evidenciado no primeiro congresso da CSP-Conlutas, a maioria dos delegados posicionou-se criticamente também em 2012, já no governo Rousseff. As autoras afirmam que, dentre os delegados/as pesquisados/as, 74,4% “fazem oposição incondicional ao governo” (GALVÃO; TRÓPIA, 2014, p. 145). Por outro lado, 12% apoiam o governo – 5,7% de forma incondicional e 6,3% de forma crítica –, o que, em nossa análise e de uma forma não conclusiva, pode ser entendida tanto como apoio de delegados/as pesquisados/as ao governo e as suas políticas neoliberais – evidenciando que, embora de forma minoritária, não pode ser descartada a hipótese de esperança neste partido –, como também, de alguma forma, depositam a “ilusão” de que o PT – talvez por ocasião de ter ido ao segundo turno – pode ser “menos pior” do que o PSDB⁸⁰.

O tempo entre um congresso e outro foi suficiente para que as autoras pudessem considerar que a central possui um caráter heterogêneo, revelando, também, que as entrevistas realizadas nos congressos com os delegados e as entidades que representam o combate ao desmonte de estruturas públicas, ao neoliberalismo e ao capitalismo têm sido pautadas pela central. Nos estudos de Galvão, Marcelino e Trópia (2014), pudemos observar a riqueza com

⁸⁰ Além disto, encontramos na pesquisa de Galvão, Marcelino e Trópia (2015) que o PMDB e PSDB somam 1,0% da preferência partidária dentre os/as delegados/as pesquisados/as.

que as autoras apresentam (e após atualizam) dados inéditos referentes à base social da central. Isto posto, questões levantadas pelas autoras ao final da primeira pesquisa, em certo grau, ainda trazem questionamentos e respostas por responder; dentre elas, se existe e quais seriam as razões para sindicatos de classe média apoiarem uma central sindical que se reivindica de esquerda; se bandeiras conjunturais (como a que unifica a Conlutas, que é a oposição ao governo Lula) podem continuar cimentando terreno para novas bases; se bandeiras que unificam as entidades tendem, ou não, a se comportar à gosto da conjuntura; se o discurso paradoxal que permanece entre contribuições sindicais compulsórias, de um lado, e o de crítica à estrutura sindical, de outro, pode representar limites para atuação e crescimento da central de esquerda. Ademais, reiteramos, com base na discussão das autoras, que é necessário levantar hipóteses acerca do programa socialista que uma central que representa - de certa forma – trabalhadores da classe média, pode construir; bem como as consequências para o movimento sindical que podem ser tomadas pela central, que também é composta por setores do movimento popular e estudantil.

3.2 As resoluções do Primeiro Congresso da CSP-Conlutas

Foi organizado entre os dias 27 a 30 de abril de 2012 o 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, contando com os seguintes dados de credenciamento:

Participantes – 1809 delegados plenos; 302 observadores/convidados; 96 crianças; 73 convidados de delegações internacionais. Total: 2280 participantes. Entidades participantes: Entidades e Movimentos Filiados – 114 Sindicatos; 02 Associações de Classe; 118 Oposições Sindicais e Minorias de diretorias Sindicais; 01 Movimento Popular Rural; 11 Movimentos Populares Urbanos; 04 Movimentos de Luta Contra as Opressões; 01 Movimento Estudantil. Total: 251 Entidades e Movimentos Filiados participantes. Entidades Observadoras: 15 Sindicatos e Federações; 03 Associações de Classe; 01 Movimento Popular Rural; 09 Movimentos Populares Urbanos; 01 Movimento de Luta contra as opressões. Total: 29 Entidades observadoras participantes (CSP-CONLUTAS, 2012, s/p).

Diante destas observações, nos compete uma preliminar de trazer alguns elementos que se forjaram na conjuntura para que possamos analisar a postura assumida pela central, que se apresenta, inicialmente, em seu estatuto. No plano nacional e no caráter governamental, a Central se colocou descrente no que diz respeito ao governo Dilma ainda representar os trabalhadores, que, segundo Antunes (2018), diante da grande popularidade do ex-presidente Lula no seu segundo mandato, em 2010, foi suficiente para a eleição desta. Nas palavras do

autor, “essa eleição presidencial se baseou na manutenção do projeto político do que já não se denominava *lulismo*, [...] que contou, mais uma vez, com forte apoio político de diversas frações burguesas, satisfeitas e plenamente representadas pelo bloco de poder então vigente” (ANTUNES, 2018, p. 229-230).

A central denunciou que a juventude e os trabalhadores não devem ter qualquer ilusão ou expectativa em relação ao governo Lula/Dilma, evidenciando a subalternidade nacional em contraposição à hegemonia internacional (CSP-CONLUTAS, 2012). Na conjuntura, consideram que, apesar de o Brasil sofrer de maneira limitada os efeitos da crise, no ano de 2011, foi possível evidenciar o crescimento do PIB aquém do esperado (2,75%). Preparando o terreno para uma possível desaceleração econômica que acontece em nível mundial, o governo e as patronais, segundo a central, realizaram uma série de ataques e já apresentam medidas que acarretarão perdas para os trabalhadores, destacando o corte no orçamento em 2012 na cifra de R\$ 55 bilhões para se garantir superávit primário, reduzindo em áreas já escassas de recursos, como saúde (5,5 bi), educação (1,9 bi) e reforma agrária (1,2 bi) (CSP-CONLUTAS, 2012).

Evidenciando o compromisso do governo com o capital externo, a central constata que somente a dívida pública engole quase metade no PIB nacional e, para completar, o processo de privatização do patrimônio nacional seguiu o mesmo curso do que foi com o PSDB. Não foi diferente com o ataque aos servidores públicos.

O governo compromete toda a economia brasileira ao destinar para o pagamento da dívida pública 49,15% de todo o orçamento do ano de 2011 e 48% do orçamento de 2012, muito mais do que com investimentos, pagamento do funcionalismo ou previdência social. O governo do PT, no mesmo estilo do PSDB, retomou o programa de privatização com a entrega dos aeroportos à iniciativa privada, a privatização do sistema público de Saúde, incentiva as PPPs (Parcerias Público Privada) em diversas áreas, como a de transporte urbano, e a abertura do capital das estatais, como a Petrobras e os Correios, além da manutenção dos leilões ao setor privado de petróleo e Gás. Segue com a política das reformas sindical, trabalhista e previdenciária. Tramitam ainda no Congresso Nacional diversos projetos de lei que atacam direitos dos servidores públicos e congelam salários (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 08).

Na mesma direção, denuncia, também, a situação do campo com o Novo Código Florestal no governo Dilma, a truculência militar com movimentos sociais, sobretudo com relação à violência exacerbada nos casos de desocupação, com destaque para Pinheirinho. É possível identificar, de acordo com a leitura desta conjuntura, que a central também faz a leitura como não sendo um caso isolado, posto que, na priorização da execução das obras dos megaeventos (Copa do Mundo FIFA de Futebol e os Jogos Olímpicos), diversas ações de desocupação da população que ocupa terrenos improdutivos foi realizada. Outra denúncia se dá com relação à higienização das comunidades/morros cariocas e em áreas de consumo de

psicoativos, comumente nomeada de “cracolândia”⁸¹, e também a violência (re)produzida cotidianamente através das Unidades de Polícia “Pacificadora”⁸². Também na análise do governo, a central considerou, dentre diversas outras situações, que Dilma, desde o primeiro momento compactuou com a política de colaboração de classes do governo de Lula, estabelecendo alianças com setores da burguesia e da burocracia sindical, de forma muito íntima com a CUT, e observa que, apesar disto, se assistiu a uma ascensão grevista que “conquistou vitórias econômicas importantes” (CSP-COLUTAS, 2012, p. 09).

Ainda nas resoluções do 1º congresso da central, foi possível identificar o mesma alerta para as desilusões no campo das eleições que se aproximavam em âmbito municipal. No Caderno de Resoluções a central, “respeitando a autonomia das organizações e movimentos filiados, [...] deve intervir junto aos trabalhadores de suas bases e apresentar a sua plataforma de reivindicações” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09). E continua, ininterruptamente:

Assim o 1º Congresso deve indicar aos trabalhadores e aos movimentos sociais a rejeição veemente dos candidatos da oposição burguesa (PSDB e seu bloco) e da base aliada do governo Dilma (PT/PMDB e aliados) e reafirmar a compreensão de que a única saída para que nossa classe seja vitoriosa é a conquista de uma nova sociedade, justa e igualitária, governada pelos trabalhadores, **uma sociedade socialista**. (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09. Grifos meus).

Parece-nos pertinente atentar a alguns fatos, não problematizando-os profundamente: A central resolve que a única saída é a conquista de uma sociedade socialista, ou seja, enquanto a conquista ainda não aconteceu, estamos subjugados ao acúmulo de derrotas – imediatas e mediatas. Oportuno registrar que a central direciona a resolução para que seja recusada a proposta de partidos burgueses e as referidas legendas, mas não revelou se a transição para a conquista da sociedade socialista será (ou não) pela via parlamentar burguesa, com um outro partido de esquerda ou outro programa da qual a sua condição de central sindical faça (ou não) parte. Parece-nos importante sinalizar, de maneira muito incipiente, que, no decorrer dos séculos, foi sendo forjado, no interior dos movimentos, diversos “tipos” de blocos que advinham do, ou que propugnava, o socialismo⁸³. Na mesma toada, almeja “construir uma

⁸¹ Alguns sufixos, como o “lândia” no final da palavra “cracolândia”, nos remete de imediato ao (pre)conceito de que o a palavra poderia se assemelhar à uma “disneylândia do crack”, o que aqui merece uma nota que desmistifique o conceito.

⁸² Indicamos a leitura da dissertação de mestrado de Marielle Franco: “UPP: A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: UFF, 2014.

⁸³ No intuito de demonstrar a grande diversidade dos grupos que reivindicavam uma herança original marxista-leninista pós 1956, quando o movimento comunista se desintegra de forma visível, Hobsbawm (1992) fala de 57 “tipos de trotskistas, maoístas, marxistas revolucionários, neo-anarquistas e outros [...]”. Isto demonstra de toda forma a enormidade de grupos, do qual a CSP-Conlutas pode(ria) reivindicar, ou não.

frente social e política na busca do poder dos trabalhadores e do povo” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09). Esta construção vislumbra um futuro em que a condição da revolução brasileira será feita por “milhões de sujeitos das mais variadas concepções filosóficas, ideológicas, religiosas e políticas” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09), de onde a central entende que a construção de tal revolução advirá do povo trabalhador organizado, diferenciando-a “das seitas, do sectarismo e intolerância” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09). Sem adentrar em muitos detalhes, porque não é o objetivo, é salutar destacar que este ponto resolutivo é por demais inocente, no que tange à pluralidade de concepções, seja elas quais forem, estarem afinadas com o propósito revolucionário. Caberia uma explicação um pouco mais detalhada sobre, inclusive, como diversas das concepções podem atuar em desserviço da tarefa de transformação societária, como foi o exemplo do reformismo da social democracia.

A construção da frente social justifica-se sendo imprescindível, afinal “[...] nenhuma organização isolada será capaz de aglutinar esta maioria”. A ideia da construção da frente, objetiva “conquistar o poder político e colocá-lo à serviço desta ampla maioria a qual ela será a expressão” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09). A CSP-Conlutas (2012, p. 09) afirma que é necessário apresentar a construção desta frente aos “partidos de esquerda e movimentos que expressem esses fenômenos”. Analisa que o tipo de organização que se propõe é superior, ainda que em fase de refluxo, levando a crer que “um instrumento como este em uma fase de ascensão pode ser determinante para nossas lutas” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 10). Apresentá-la aos partidos de esquerda (presumindo aqui serem o PSTU e o PSOL), em si, concebe a ideia de que, para o alcance de objetivos históricos, poderá depender do partido (aqui, os políticos eleitorais) que, na resolução, não foi nomeada como sendo este ou aquele. Se concebemos ainda a ideia de que a frente proposta pela CSP tem o caráter de fazer oposição à frente burguesa, cabe-nos o pressuposto de que, enquanto oposição de uma frente burguesa, ela corre o risco de cair na armadilha que luta contra: a burocracia.

Especialmente o Tema 2 do Caderno de Resoluções do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas trata do Balanço de Atividades e de Organização da Central. É necessário destacar o avanço significativo em termos de organização, inclusive, resgatados pela própria central: “A fundação da CSP-Conlutas, unificando movimentos populares, estudantis e de luta contra as opressões, além dos sindicatos, significou um passo à frente na reorganização dos setores combativos dos movimentos sindicais e populares brasileiros.” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 12).

Destarte, frente à diversas manifestações, atos, campanhas e mobilizações que a central têm realizado, considerou o balanço de atividades do período do seu nascimento até o referido

Congresso “bastante positivo”, sobretudo ao passo que, no cenário de grande apoio da população aos governos Lula e Dilma, lograr “manter e avançar na consolidação de uma pequena, mas muito útil ferramenta para as lutas dos trabalhadores e do povo pobre, não é pouca coisa” (CSO-CONLUTAS, 2012, p. 12).

Do que se observa, também aparece no balanço das atividades da central sindical o que concerne à sua necessidade de avançar. Acontece que a central reitera sua existência como algo novo no cenário nacional, o que, conseqüentemente, introduz os seus desafios e potencialidades. É importante mencionar que a novidade que a central manifesta ser protagonista se dá apenas nas formas jurídico-legais, mesmo porque não podemos desconsiderar a breve e intensa existência da Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), que foi o polo aglutinador das lutas sindicais/populares no anos de 1980 – 1981. De acordo com Gohn (1995), a Anampos foi pioneira ao unificar estas lutas e também potencializou a criação de diversos partidos políticos, como o PT, o PMDB o PTB e o PDT. Para a CSP-Conlutas (2012, p. 14) deve-se avançar

(...) seja na estruturação da Central, na plena incorporação dos movimentos populares, estudantis e de luta contra as opressões, no combate às práticas discriminatórias no interior de nossas entidades, ao machismo e ao preconceito, no combate à burocratização nas entidades sindicais e no fortalecimento de nossa organização de base. São deficiências que não hesitaremos em enfrentar.

A central considerou que fosse preciso avançar “na política de fortalecimento de nossa alternativa” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 14), observando, aí, um duplo movimento que pode fazer com que a central entre em contradição quanto à sua autonomia e, sobretudo, quanto ao seu plano final:

De um lado, precisamos fortalecer a organização da Central nos estados, consolidando as coordenações e secretarias estaduais, a incorporação de todos os setores que atuam na Central e **garantir a contribuição financeira regular**. De outro, temos o desafio de **alcançar o reconhecimento pleno como central sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego**. Trata-se de um direito que não podemos nem devemos abrir mão (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 14. Grifos meus).

Destaca-se, deste trecho, uma questão curiosa que trata justamente do seu reconhecimento como Central Sindical que pelas suas palavras pleiteia fazer parte da estrutura sindical hierarquizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego⁸⁴. O fato se apresenta como

⁸⁴ Sobre isto, de acordo com a central: “Embora organizemos quase duas centenas de sindicatos, uma parte muito grande dessas entidades não tem sua situação regularizada junto ao MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Parte desse problema deve ser debitada à burocracia e ao aparelhamento político do Ministério por setores do governo. Mas outra parte deve-se ao tratamento dado por nossos sindicatos aos problemas que envolvem a sua

curioso porque parece ser contraditória à ideia de lutar pela desburocratização/independência do aparato sindical ao reafirmar a necessidade de alcançar o reconhecimento legal. Esta condição pode ser interpretada inicialmente como uma maneira que a central encontrou de se validar, perante aos trabalhadores, o que nos remete à ideia de que as lutas propostas pela central sindical não teriam um caráter autônomo, para fora da institucionalidade. Mesmo que se proponha a independência frente ao Estado, é contraditória a proposição de também fazer parte dele.

Vale a pena tecer alguns comentários sobre o terceiro tema do Caderno de Resoluções do 1º Congresso, cujo tema é a “Organização de Base e Plano de Ação” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16). A concepção de organização pela base se apresenta significativamente pelo documento, tanto nas considerações quanto nas resoluções, propriamente dizendo, representando um tema em evidência, mesmo porque, se uma das configurações da realidade é a fragmentação, seus reflexos são percebidos justamente na (des)organização da base, que para a CSP (2012, p. 16) é

(...) entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos, e também para a educação da nossa classe para a sua autodeterminação, fundamental para o nosso projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores

Que, justamente por essa razão, a organização dos trabalhadores a partir da base é parte constitutiva e fundamental da concepção de organização na qual se baseia a construção da CSP-Conlutas.

A sua concepção de organização pela base, contudo, está muito distante da realidade. Isto fica claro quando a referida central reconhece este dado:

A realidade atual existente na base dos nossos sindicatos (principalmente, mas também das demais organizações que compõem a nossa central) está longe de corresponder a esta nossa concepção. Fruto de heranças e circunstâncias históricas que antecedem a construção da nossa Central, salvo exceções, os sindicatos e movimentos que compõem nossa Central também padecem com um processo de organização de base muito frágil, em muitos casos praticamente inexistente (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16).

situação legal. Ou seja, tem a ver com nossa compreensão ou incompreensão política da importância da legalidade como instrumento de defesa da nossa classe no estado burguês. Os patrões e governos, muitas vezes, têm se utilizado dos problemas burocráticos que envolvem a situação das entidades sindicais para atacar e criminalizar nossos movimentos, seja através do não reconhecimento dos sindicatos, da recusa à negociação coletiva, da retenção das contribuições dos associados ou da demissão de dirigentes sindicais” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 14).

Parece interessante apontar a maturidade política da central neste aspecto. É perceptível que esta consideração feita pela central confirma uma debilidade que é a fragilidade da base, o que diz respeito à formação da classe trabalhadora brasileira em si, não sendo exclusiva responsabilidade da Central. Fragilidade esta entendida, sobretudo, em termos de organização para uma pauta comum, que pode ser a pauta da construção de uma nova sociedade socialista.

Que esta situação ameaça objetivamente o projeto que estamos construindo. Não há projeto de organização para a luta dos trabalhadores, não há projeto de sociedade socialista, igualitária e libertária, que sobreviva na ausência de democracia operária e de autodeterminação dos trabalhadores (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16).

Diante das considerações, foi resolvido que se deve “tomar esta questão – fazer avançar a organização de base – como tarefa central, prioritária, de nossa Central, lutando para fazer com que os sindicatos e movimentos que fazem parte da CSP-Conlutas venham trabalhar com este mesmo critério” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16). Nota-se que existe determinada preocupação da central acerca do entrelaçamento dos sindicatos e dos movimentos que compõem⁸⁵, no que se refere à organização da base. Com isto, segue afirmando a necessidade de incentivar as organizações por locais de trabalho, posto que, para isto, a central pretende dar curso às possíveis iniciativas nos âmbitos dos poderes, “[...] no sentido de conquistar a proteção legal ao direito de organização de trabalho [...]”. Aqui, apontamos, mais uma vez, o forte apelo da central ao se dirigir estritamente para o âmbito parlamentar, jurídico e estrutural, ou seja, a convicção de que a manutenção na estrutura legal brasileira pode surtir efeito na luta dos trabalhadores, mas pouco foi enfatizado no aprofundamento da crise estrutural do capital, bem como a condição alienante do trabalho. A causa do problema não foi mencionada e as ações para combater os efeitos não necessariamente propõem a irrupção com a ordem burguesa, ao passo que a reafirma, mesmo que indiretamente.

A central traçou um plano de ação, composto por diversas bandeiras de lutas. Destaca-se que, dentro de algumas bandeiras entendidas aqui como majoritárias, são anexadas outras que podem ter similar importância. Dentre as bandeiras de luta, apresenta-se um item “Por um plano econômico dos trabalhadores”, colocando, logo abaixo, algumas das “reivindicações” desta “bandeira”, se é que podemos definir assim.

Aumento geral de salários e garantia de recomposição automática para evitar as perdas, salários dignos para todos, salário mínimo do DIEESE; pela redução e

⁸⁵ Para uma maior aproximação sobre o tema de movimentos na referida central, indicamos a dissertação de mestrado de FONSECA, Felipe de Freitas. **Um estudo sobre o campo popular na CSP-Conlutas**, defendida em 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF.

congelamento dos preços, tarifas públicas e aluguéis; estabilidade no emprego e fim da demissão imotivada; aplicação e ampliação da Convenção 158 da OIT, fim da informalidade do trabalho e emprego para todos e todas e unificação das campanhas salariais (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 17).

É perceptível que todas estas reivindicações giram na órbita do imediatismo, podendo haver, concomitantemente, alguma má interpretação ou falta de cadência na reivindicação em si, ao fato de que contribuir para ampliação salarial não é o mesmo que propor o fim do assalariamento. Em suma, cria as condições para a reprodução do sistema e também ignora o que Marx (2012) assinalara nas críticas ao programa de Gotha, qual seja a de que o direito para ser igual tem que ser desigual, desvelando a ideia de que o salário digno possa ser, de fato, um nivelador de igualdade ou algo do tipo. Entretanto, é necessário fazer-se um duplo movimento de análise, não só sob esta bandeira, mas como pelas outras que se apresentam, que é a sua possibilidade de dar visibilidade à outras lutas e reivindicações, mas, sobretudo, de se criar uma memória de lutas naqueles que são abrangidos. Resolveu-se, também, pela “Redução da Jornada de trabalho sem redução salarial – contra as privatizações – defesa do patrimônio e dos recursos naturais do Brasil” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16), abrindo a interpretação para uma louvável atitude que pode contribuir para o processo de reconhecimento de classe enquanto rebate em todos os trabalhadores o fruto da luta coletiva. Ainda assim, há que se considerar a premissa de que isto em si não redistribui *valor*.

Percebemos que foi resolvido, também como reivindicação, a bandeira do “nenhum direito a menos – contra a precarização do trabalho” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16), apontando para o óbito do que existe de revolucionário dentro do sindicalismo, reivindicando não mais perder direitos, não mencionando sequer reverter o que já foi perdido. Desta bandeira, a CSP-Conlutas se posiciona “contra a flexibilização da CLT, em defesa de ampliação dos direitos trabalhistas e sociais”. Diante disto, podemos afirmar, com um mínimo de certeza, que esta bandeira muito se difere da que foi pautada quando do surgimento da CUT, que, nos encontros em Joao Monlevade, pautou o fim da CLT. Parece, muito discretamente, apontar a central para uma remodelagem dos direitos garantidos – muitos já não mais garantidos – diga-se de passagem. Ademais, a sua proposta frentista muito tem parecido, até aqui, requerer a ampliação de um estado social, o que nos mostrou Oliveira (2015) ser totalmente compatível com o capitalismo.

Outra bandeira propõe a “organização sindical livre” como reivindicação “(Direito à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindical / Fim do imposto sindical)” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16). Parece-nos importante assinalar que há

alguma evidência contraditória neste movimento, mesmo porque foi dito na parte do “balanço e organização” que é uma perspectiva da central o alcance do seu reconhecimento por parte do MTE, pressupondo o contrário de uma autonomia sindical.

Outra bandeira, talvez uma das mais importantes, é a de “oposição de esquerda ao governo Dilma por um governo dos trabalhadores e por uma sociedade socialista”, porque justamente esta bandeira não apresenta, como as demais, uma “reivindicação”. De um lado, analisamos isto como uma forma de considerar que não há uma maneira clara de se fazer este movimento⁸⁶, abrindo inúmeras possibilidades no cotidiano de lutas econômicas e políticas. Por outro, não delimitar, diante do quadro que se apresenta, a afinidade que existe entre democracia e capitalismo⁸⁷ pode parecer ocultar a relação íntima que esta relação guarda, sendo completamente compatível com a acumulação de capital, que é, também, a condição do desemprego – um movimento pelo qual parece lutar. Ademais, poderia ser melhor apresentada algumas resoluções sobre a construção de um socialismo, se este passaria por um partido político ou não, por exemplo, visto que há uma vastidão de interpretações das suas correntes/blocos, etc.

3.3 Considerações preliminares sobre o Estatuto da CSP-Conlutas

No 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas foi aprovada a redação final do Estatuto após o debate contendo propostas e alterações. Analisaremos, aqui, o Estatuto disponível no site da Conlutas e, se possível, as alterações que constam nas Resoluções do 3º Congresso da CSP-Conlutas – tendo em vista que as resoluções que modificam alguns artigos estatutários ainda não foram atualizadas no site da Central⁸⁸. Outra menção importante a ser feita é que, após algumas observações no *programa* da CSP-Conlutas – que, embora mencione “Princípios, Estratégia e Programa” aprovados no 1º Congresso Nacional (2012) –, foram identificadas redações textuais idênticas ao Estatuto da CSP-Conlutas (S/D)⁸⁹, podendo ser a redação tecida

⁸⁶ Ou, pelo menos, a Central não quis se pronunciar, enquanto instituição, sobre o assunto.

⁸⁷ Cf. WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: A Renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 1995.

⁸⁸ Entendemos também ser interessante fazer a análise pelo estatuto que se apresenta no site, pelo fato de ser a “primeira fonte direta” onde o pesquisador encontrará, possivelmente, informações mais atualizadas – o que não foi o caso da CSP-Conlutas. Vale mencionar nesta singela nota que, no Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, foram identificados alguns impasses e debilidades no estatuto (CSP-CONLUTAS, 2015), não havendo modificações textuais nestas resoluções. Já nas Resoluções do 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, que até a presente data não conta com um “caderno”, teceu outras considerações e resolveu por modificações textuais (CSP-CONLUTAS, 2018b).

⁸⁹ Como, por exemplo, os pontos que relatam a independência da central e sobre o imposto sindical.

de forma proposital, pela central, para reforçar o que se sugere, mas, também, pode levar à imprecisões de análise do(s) próprio(s) documento(s), pelo conteúdo textual se apresentar em espaços diferentes. Em suma, priorizaremos no Estatuto os primeiros capítulos⁹⁰. Passemos para a análise de alguns de seus aspectos:

Iniciando pelo capítulo I, art. 1, §1, nos interessa destacar que a CSP-Conlutas se constitui com “personalidade jurídica própria e distinta das entidades a ela filiadas e não responde pelo atos praticados por seus filiados”. Este aspecto nos é de profunda importância, ao passo que constitui, ao nosso ver, a forma autônoma da central – que pode se manifestar na tomada de decisão política de forma a (não) (cor)responder a decisão dos filiados.⁹¹

O artigo 2º confirma o caráter classista reivindicado pela central, na defesa dos direitos imediatos e históricos dos trabalhadores consubstanciados em seu programa, que contém mais elementos para análise no capítulo 2 do Estatuto. Lá, é possível identificar que o Programa poderá ser alterado, sempre que necessário nos Congressos Nacionais, em cada fase da luta de classes (CSP-CONLUTAS, S/D), aparentando considerar cada aspecto da luta de classes como importante, de análise e ação. Um fato a se notar é que nos cadernos de resoluções dos dois primeiros congressos nacionais não há um tópico que seja o “Programa”, nos aproximando do melhor sinônimo o que encontramos como os “Planos de Ação”. Destaca-se que o programa que está no site da Central ainda é de 2012 – o que pode evidenciar que ou os “planos de ação” representam o “programa” ou, de fato, o “programa” não mudou entre os dois congressos.

O parágrafo segundo é curto e objetivo: “Lutar por melhores condições de vida e trabalho”. Cabe tecer de forma bastante objetiva que a luta por melhor condição de vida e de trabalho não necessariamente significa o exaurimento do modo de produção capitalista, conforme já mencionamos em outro momento. Já o parágrafo terceiro apresenta uma redação específica para objetivar a luta histórica: “Lutar em defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão, sempre na perspectiva de uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras”. Aqui (além de em outras partes desta dissertação), cabe mencionar que, de

⁹⁰ São eles: “CAPÍTULO I. DA TRANSFORMAÇÃO, DA DENOMINAÇÃO, DA NATUREZA JURÍDICA, DA DURAÇÃO, DAS SEDES E SUB-SEDES; CAPÍTULO II. DO PROGRAMA E DOS OBJETIVOS; e CAPÍTULO III. DOS PRINCÍPIOS”. Uma observação mais atenta mostrou que grande parte do que se apresenta nestes capítulos é muito similar ao que a CUT apresenta em seu estatuto nos capítulos iniciais – com exceções - que podem ser consultado em: https://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/42cbb344c5e08c44f2bd322f0dc0344c/file/baixa-estatuto-cut-2015-versao-cecuts-15x21cm-layout.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2018.

⁹¹ É oportuno citar que a Central se posicionou favorável à prisão (supostamente) política de Lula, em 2018. Percebeu-se que este posicionamento foi, em alguma parcela, oposto ao de simpatizantes da central, como pode ser verificado pelos comentários na sua página oficial na rede social *facebook*, que podem ser conferidos em: <https://www.facebook.com/CSPConlutas/posts/1642759755793013>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

forma sempre evidente, aparece a preocupação da central com a sua “meta” ou “objetivo” de transformar a sociedade em uma sociedade socialista. Vale indagar: Haverá protagonismo do partido? Onde aparece (ou deve aparecer?) o PSTU publicamente nos meios em que a central se comunica, tendo em vista ser o partido hegemônico na central? Se não o partido, a central enquanto frente única popular poderá promover tal protagonismo ao qual se propõe?

Interessa-nos, também, o capítulo III: dos princípios da CSP-Conlutas. A central manifesta como um dos princípios basilares:

A independência de classe. I) A atuação da CSP-CONLUTAS deverá basear-se no pressuposto de que a libertação dos trabalhadores e trabalhadoras será obra dos próprios **trabalhadores e trabalhadoras**. II) Para não fugir de seus **objetivos a CSP-CONLUTAS deve se pautar pela mais completa independência política, financeira e administrativa em relação à classe empresarial, à burguesia classicamente considerada, aos governos e ao Estado**. III) É incompatível o recebimento de quaisquer recursos financeiros oriundos da União, dos Estados, dos Municípios, de ONGs ou de empresários. IV) É incompatível a ocupação, pelos dirigentes da Central, de funções públicas ou cargos em tarefa de direção em qualquer instância governamental (CSP-CONLUTAS, S/D, s/p. Grifos nossos).

Observa-se que independência de classe, como propõe, reitera que a libertação dos trabalhadores/as será obra de suas próprias mãos – talvez um dos pressupostos do pensamento marxiano em que não se clarifica, no teor do documento, de que forma deverá ser organizada esta “libertação” (se em torno da central e/ou do partido) e nem de qual “libertação” se fala. No que tange o princípio da independência da central nos âmbitos políticos, financeiros e administrativo, parece vaga a sua afirmação de manter “completa independência” das instâncias burocráticas, visto que, conforme mencionado em outros momentos, a central se manifesta independente, mas parece não abrir mão do reconhecimento sindical para requerer a fatia que lhe cabe no imposto – enquanto contraditoriamente pede o fim do mesmo sindical como uma das reivindicações. Por outro lado, é ousada a proposta de sua completa independência, podendo ser melhor explorada em um futuro e em outras pesquisas.

Interessa-nos apresentar o princípio da “construção da unidade, como valor estratégico, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras”, no parágrafo segundo do capítulo 3 do estatuto. Expõe a preocupação da central em considerar a relação da unidade com a luta por direitos e por interesses – que podem ser tanto os imediatos quanto os históricos (apesar de não estar escrito). O item III do referido parágrafo afirma que a “unidade de ação com outros setores para além da CSP-CONLUTAS não se contrapõe ou se sobrepõe à independência política da central”. O parágrafo não clarifica, por exemplo, o que são/quais são os setores para além da central. Podemos ter apenas como indagação que estes setores, por sua vez, podem apresentar

– ainda que não esteja escrito quais são – choques/compatibilidades com os princípios do estatuto.

O parágrafo terceiro versa sobre a ação direta, que detém de importância fundamental no que concerne à mobilização, porém, não são descartadas “outras formas de luta como a atuação no parlamento ou a luta jurídica, as negociações e acordos que forem de interesse da classe trabalhadora, sempre e quando se fizerem necessários e forem aprovados na base” (CSP-CONLUTAS, S/D). Cabe perguntar se estaria a postura sendo reformista ou revolucionária sem necessariamente julgar ou condenar a central a uma sentença de vida ou morte. Pontuamos que Trotsky (2008c) considerou que, na unidade sindical, a luta por reformas deve ser combinada com a luta pela revolução⁹², salientando que não se deve desapojar a unidade e, sim, lutar pela transformação revolucionária, caso seja esta reformista. Requer, também, pontuar que, neste caso, o reformismo poderá trair aqueles que foram crentes na superação da condição de superar a decadência do capitalismo, abrindo aí a possibilidade de se ampliar as frentes de atuação revolucionária, com uma base mais unida. Isto revela, em certa medida, o protagonismo que detém a base na organização da central, podendo, ela, explicar melhor o conceito de base neste estatuto, principalmente porque, ao falarmos de base, pela leitura dos documentos, até aqui, esta pode se apresentar originariamente nos locais de trabalho, de moradia, de estudo, etc. (CSP-CONLUTAS, 2012) ou como “base” filiada, que aderiu ao estatuto, em alguma medida. De toda forma, reitera o caráter da mobilização de ação direta como “principal garantia de vitória da classe trabalhadora” (CSP-CONLUTAS, S/D, s/p)

A central se manifesta autônoma frente à partidos políticos, conforme §4º do terceiro capítulo, indicando como soberanas as decisões nas suas instâncias representativas. Podemos observar que a classificação de se afirmar uma central “sindical, popular e de classe, sem caráter partidário” aparece também no estatuto, lembrando que a central não detém personalidade partidária, podendo, à contragosto, contrariar os mais crédulos de que a superação do capitalismo se dará por via partidária, ou não. Sobre os acontecimentos políticos, há a ressalva de que a central não se posiciona apolítica. Ademais afirma valorizar e receber de “bom grado, em suas instâncias, todos os trabalhadores e trabalhadoras filiados/filiadas ou não a partidos políticos”.

O processo democrático e da unidade de ação é assegurado pelo parágrafo quinto. A central diz que conhece a “diversidade política em seu interior”, donde pauta o seu funcionamento a partir de “formas e processos que assegurem a democracia, um rico e saudável

⁹² Demonstrando o que é a causa e o que é o efeito.

debate interno (...)", possibilitando o debate ao mesmo tempo que este pode trazer elementos para se ajustar as formas de luta para o alcance dos seus objetivos. Cabe questionar se há também consenso em seu interior sobre os objetivos, na condição fragmentada que se encontra a classe trabalhadora. A tentativa de propor o debate é salutar. Já no parágrafo sexto, principia-se a "autonomia das entidades de base filiadas", rezando: "I) Todas as entidades filiadas (sindicais, movimentos, oposições e minorias) filiadas gozam de autonomia política, organizativa e financeira em relação a Central". Disto, podemos afirmar que, institucionalmente, existe a preocupação da central com sua autonomia em relação às entidades de base, e estas também mantêm reservadas, por parte da central, sua autonomia.

O sétimo parágrafo manifesta o caráter internacional entre os trabalhadores/as. Deste princípio, a central afirma serem valores a solidariedade internacional "para a defesa dos seus direitos e interesses", considerando que: "A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração que ela sofre no mundo em que vivemos, é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e, sim, deve ser tomada no plano internacional", entoando o caráter internacionalista que a luta pela transformação societária deve estabelecer.

Isto leva a considerar, preliminarmente, que existe, no estatuto, o conteúdo que coloca em evidência a classe trabalhadora e mais do que isto, principia questões classistas e que podem – a cargo das lutas sociais – impactar na superação do capitalismo. Vale destacar que o estatuto em si considera que a central possui personalidades jurídicas que podem não corresponder integralmente as das entidades que a compõe e ressalta seu caráter político (enquanto nega que é apolítica), sua independência frente aos partidos e ao Estado. Na realidade, e sobretudo, a independência, em si, não é uma opção que se faz. À medida que, conforme veremos, a central propõe modificações imediatas nas condições de vida da classe trabalhadora, as palavras são jogadas ao vento e a vislumbra-se a dependência da Central para as pautas que podem manter uma subordinação ao Estado. Por fim, o estatuto não define o que é a luta e guia o seu rumo em um sentido simplista. Se assim o fosse, a sociedade socialista já poderia estar mais próxima, mesmo porque a CUT que é hegemônica entre as centrais, também objetiva o socialismo no estatuto.

3.4 As resoluções do Segundo Congresso da CSP-Conlutas

Tentaremos identificar algumas propostas que a central aprovou no seu Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional que possam, de alguma maneira, esclarecer melhor a

forma de superação do capitalismo como um dos objetivos. Em um contexto nacional e internacional fortemente marcado pelo antagonismo entre capital e trabalho – e crise –, os anos que antecederam a realização do segundo congresso nacional da Central foram marcados por diversas lutas. A central parte na análise da conjuntura nacional dos acontecimentos em junho de 2013, as conhecidas – e ainda assim instigantes – jornadas de junho. A central analisa que as diversas manifestações evidenciaram

(...) o profundo mal-estar que a juventude, os trabalhadores e um amplos segmento dos setores assalariados médios já sentiam naquele momento e que contrastava com toda a propaganda governamental de estabilidade econômica e política e também com o apoio de massas ao governo de colaboração de classes encabeçado por Dilma e pelo PT (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 16).

Esta leitura, por parte da Central, demonstra o conhecimento de que as jornadas de junho puderam concentrar parte do descontentamento de grande parcela da população nacional. Antunes (2018) analisa que as jornadas começaram a surgir como um movimento diário iniciado na cidade de São Paulo, sendo convocadas passeatas organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). O seu ponto culminante foi o dia 17 de junho, totalizando quase 70 mil pessoas na Avenida Paulista e em diversas outras capitais e regiões metropolitanas, se alastrando diariamente e chegando a concentrar cerca de 2 milhões de pessoas nas regiões onde ocorreram os atos, sempre violentamente reprimidos. Um dado que chama bastante atenção em relação às jornadas é o seu caráter policlassista, que, nas concepções de Antunes (2018), assim o é porque começa como um movimento da juventude paulistana que vai ganhando adesão de toda a sociedade – também descontente não só com o aumento do transporte, mas com todos os ‘custos’ da vida social – nos atos, passeatas, paralisações etc. Deste momento, o autor analisa que vão se aproximando diversos outros movimentos – inclusive burgueses – com a perspectiva de encabeçar as jornadas, todavia, sem partidos e sem sindicatos, bem ao gosto do capital.

Dentre outras análises conjunturais, é mencionada pela Central no seu Caderno de Resoluções do 2º CN que o trabalhadores e a juventude resistem aos ataques governista e patronal, sobretudo no que diz respeito às paralisações contra a aprovação da PL 4330, da terceirização. A central reitera que foram organizadas diversas paralisações, como na Volks e Mercedes Benz, no ABC paulista, e na General Motors, em São José dos Campos/SP, na intenção de salvaguardar, cremos, os empregos diretos. Em alguma medida, é importante que sinalizemos que, em si, a luta contra a terceirização como forma de contratação precária pode esconder a precarização que já existe em trabalhos que não são terceirizados, cujas características apresentamos ao longo da dissertação.

Evidenciou-se nas Resoluções que se manteve em curso o desenlace das massas com o PT e Dilma, isto porque

Os ataques do governo Dilma, combinados ao cenário econômico de aumento da inflação e do custo de vida, desemprego, falta d'água, demissões, o escândalo de corrupção na Petrobrás, fizeram crescer a indignação e cair a popularidade do governo Dilma, hoje em níveis semelhantes ao governo Collor (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 17).

A situação colocou o governo Rousseff em xeque, reduzindo sua capacidade de resposta aos setores com quem as alianças eram estabelecidas, seja o mercado internacional, seja com o “rompimento” do PT com o PMDB de Eduardo Cunha, o que o fez cair vertiginosamente em termos de popularidade. A central considerou que o que está em jogo não é um “golpe”, uma “onda conservadora” ou uma “ameaça política”, mas, sim, uma “unidade da burguesia e do governo” para promulgar um ajuste fiscal, planos de austeridade e rebaixamento nas condições de sobrevivência e de exploração da classe trabalhadora (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 18).

Diante do rompimento que a CSP-Conlutas enxerga entre o PT e “amplos setores de massas”, há a assertiva de que “[...] vivemos esse momento histórico, em que há uma ruptura, em particular da classe trabalhadora, com a sua direção histórica” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 18). Este trecho, em nossa análise, revela o conhecimento por parte da Central em relacionar, historicamente, a *crise* dos partidos e de representação destes com as massas, fazendo um recorte com relação à situação nacional. A Central, diante disto, defende a mobilização que conscientize ainda mais a ruptura dos trabalhadores com este governo e, ao mesmo tempo, se coloca como alternativa:

A CSP-Conlutas deve atuar, conscientemente, para fomentar as mobilizações, para derrotar o plano econômico do governo e da oposição de direita (pois é o mesmo plano) e ampliar a ruptura de massas com o governo, o PT e também com a CUT e demais organizações governistas, **se postulando como alternativa nessa nova conjuntura aberta**. Não se trata de autoproclamação, mas de responder à necessidade histórica aberta com a subida de Lula ao governo e a capitulação das principais direções da classe trabalhadora (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 18).

Não ficou extremamente claro no contexto abordado se a CSP, enquanto uma alternativa, transformaria seu caráter de central e partidário. O que permanece como argumento é que o processo que irá desencadear dependerá do desenlace das lutas e na disputa da direção de classe, que tem ultrapassado, inclusive, as direções burocráticas, mas também com a apresentação de um programa “que expresse uma saída para os trabalhadores, independente, de ruptura com o regime e a ordem vigente [...] que nas últimas décadas educou a nossa classe

com a ideologia de colaboração de classes” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 18). Ao passo que se tem o referido como uma resolução da Central, é pertinente apontar que, diante da propagação deste desenlace, uma proposição coerente seria a apresentação deste “programa”, o que não encontramos nas resoluções – pelo menos com este nome – nem quando seria a sua apresentação, ou se este programa seria mais um programa também alternativo ao âmbito eleitoral.

A central considera que é importante “romper com a falsa polarização” que se concentra entre PT e outros partidos de “oposição”, como PMDB e PSDB, e, ao mesmo tempo, fomentar uma aliança que possa permitir a construção de “um campo de classe, de luta, independente do governo e da oposição de direita, que se apoie nas mobilizações dos trabalhadores e apresente um programa em defesa do emprego e dos direitos ameaçados” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 18). Indagamos: Será que um programa que defende o emprego e os direitos ameaçados realmente poderia fazer oposição ao capital, sem contudo erradicá-lo? Este programa que permitiria a desvelação da falsa polarização partidária seria feito pela “aliança” entre “quem”? Avançando um pouco mais nesta questão, a CSP-Conlutas “[...] dialogará com os trabalhadores mostrando que este governo é nosso inimigo e que precisamos derrotá-lo se quisermos barrar a retirada de direitos” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 19). Aqui, nos chama a atenção justamente a profecia de que a derrota do governo barraria a retirada de direitos, sem mencionar, contudo, que a “manutenção” de tais direitos não necessariamente é um agravante para a acumulação de capital – como também a crença cega de que estas questões se resumem e/ou se reduzem a governos, puramente.

A central faz um chamado a todos/as, afirmando que a única forma de defender os interesses da classe trabalhadora e lutar de forma coerente é através do rompimento com o governo e com a oposição de esquerda. Evidencia-se, nas Resoluções, que a central se manterá na vanguarda das lutas, não se restringindo à esfera econômica, “mas de todas as mobilizações que vierem a ocorrer, [...] as mobilizações políticas contra governos e a repressão, dentre outras” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 19). Em nossa análise, parece haver determinada preocupação da central entre a luta econômica e política. Um desafio seria “protagonizar” o que não parece ser questões imediatas da esfera econômica, mas, sim, da esfera política, e, sobretudo, pelo seu posicionamento “apartidário”. Isto tudo se soma à questão da reforma política, a qual a central manifesta ser favorável. Esta reforma, pelas palavras da central, deve pautar “o fim do Senado” – uma das principais instâncias legislativas do país, donde os parlamentares são eleitos pelo voto popular e podem materializar como propostas legislativas as discussões que perpassam pelos seus respectivos partidos políticos. Parece-nos curioso que

a central propõe conjuntamente ao fim do senado a “legalização de toda organização que requeira registro eleitoral sem qualquer restrição”, não apontando onde é que poderia ser legalizado o registro, senão nas instâncias legislativas. Ademais, é pertinente colocar que, além destas propostas, destaca-se a do “voto facultativo” e o “direito da candidatura avulsa e não filiados partidários” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 25), o que pode ser ainda mais curioso se considerarmos que o partido político poderá ser o agente transformador da sociedade. Tal postura, em nossa análise, pode favorecer ainda mais a ideia de “crise do partido”, iniciada nos idos dos anos 70 e 80, brevemente discutida no capítulo 1 desta dissertação.

Adentrando no plano de ação proposto pela Central no seu 2º Congresso Nacional, percebe-se a retomada da conjuntura nacional, em certa medida, para demonstrar que, de toda forma, as questões que são relativas ao cenário nacional não fogem à regra de um cenário internacional e muito menos das relações que são estabelecidas no mundo do capital. Neste sentido, a central demonstra que diversas lutas foram travadas no Brasil, como, por exemplo, o dia nacional de paralisações contra o Projeto de Lei (PL) 4330 – da terceirização irrestrita –, realizado no dia 15 de abril e convocado pela CUT, CTB, CSP-Conlutas, e Intersindical.

Outros exemplos também são citados pela Central Sindical, como o travamento de rodovias, paralisação dos metroviários em diversos estados e a realização de diversos atos públicos nas ruas nacionais. Uma questão bastante pertinente para se analisar no momento é que a conjuntura de votação da PL 4330 foi suficiente para paralisar, inclusive, a base sindical da Força Sindical, que, diante das pressões, não pôde negar-se a tal ato. Nas nossas análises, as questões do Mundo do Trabalho (ou da falta dele) podem ser suficientes para levar os trabalhadores às paralisações e às mobilizações conjuntas, mesmo quando, por exemplo, não se tem o apoio da Central Sindical abertamente declarada de resultados.

A central evidencia, ainda no documento em questão, que um dos grandes desafios é conseguir consolidar um dia de lutas e de paralisação, como, por exemplo, uma nova greve geral para derrotar os ataques dos patrões e dos governos. Aqui, Rosa Luxemburgo (S/D) fala sobre o parlamentarismo e a greve de massas, mais precisamente sobre o caráter de legalidade da greve geral no cenário belga e da sua duração temporária, do qual podemos, talvez, tirar alguma lição.

Uma greve geral, acorrentada de ANTEMÃO aos grilhões da legalidade, se assemelha a uma demonstração de guerra com canhões cuja carga haveria sido previamente arremessada à água, a vista do inimigo. Nem sequer um menino se assusta de uma ameaça "com os punhos no bolso" (LUXEMBURGO, S/D, s/p).

Na mesma toada, a central também coloca como uma de suas tarefas contribuir na construção de um campo de esquerda socialista, para que sirva como uma alternativa política entre a classe trabalhadora fazendo oposição à falsa polarização entre o PT, de Dilma Rousseff e Lula, e o PSDB, dos Tucanos. A central propõe a construção de uma alternativa política ao governo e oposição, o que presumimos se concretizar no campo da disputa eleitoral. Entretanto, qualquer alternativa, chegando ao poder, irá se deparar no espaço da gestão da miséria (POLESE, 2017). Como isto ainda não aconteceu, não saberemos ainda afirmar se esta alternativa poderia se transformar em um tipo de socialdemocracia e propor mais Estado de “bem estar”, para contrapor ao “mal estar” que a central cita ao analisar a situação brasileira nos últimos anos.

A Central, neste sentido, resolve, como uma de suas tarefas, contribuir para construção de fóruns solidários objetivando a unificação de campanhas para um amplo movimento nacional em busca de salários, direitos, condições de trabalho dignas e, sobretudo, emprego. Manifesta-se, também, favorável à união de todos os trabalhadores sem-teto e sem-terra, estudantes e militantes do campo das opressões, todos unidos em uma mesma luta. Trazemos, aqui, uma citação já mencionada em outro momento, em que Marx (1980, p. 56) fala sobre a luta por salário:

Os “Sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixa, em parte, de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escamurças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para sua transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

Ademais, a Central resolve, também, que uma das suas tarefas fundamentais deve ser permanecer na construção de uma Greve Geral para barrar o PL 4330 e a Medida Provisória (MP) 664 e 665, além de outros ajustes fiscais promovidos pelo governo Dilma Rousseff. Confirma que essa greve geral só poderá ser implementada através de uma ampla solidificação das bases sociais, que deverá ser realizada por meio de plenárias estaduais, municipais e que esta possa ser aberta a todos aqueles que reivindicarem como plataforma mínimas as reivindicações mencionadas (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 46).

Diante das Plataformas Gerais e propostas que são apresentadas no segundo Caderno de Resoluções do segundo congresso da CSP-Conlutas, podemos observar que a central coloca como uma das suas frentes de atuação a defesa “pela mobilização independente dos Trabalhadores, nos unificando em todo país, Rumo a greve geral” (CSP-CONLUTAS, 2015, p.

47). Podemos perceber, em suas resoluções, algumas propostas que podem reafirmar a hipótese salarial, ao reivindicar o “piso nacional igual ao salário mínimo do DIEESE” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 47). À isto, recai a polêmica de Marx (1980) com Engels (1881c), em que o primeiro acredita ser redundante a luta por salário e o segundo acreditou, nesta época, que a luta pela ampliação salarial pode ser entendida como uma luta contra o capital – o que, no atual cenário de crise estrutural, parece pouco provável.

Nós conseguimos perceber que algumas bandeiras ou resoluções foram mantidas no segundo congresso da central, como, por exemplo, a bandeira que defende o emprego e que não aceita mais nenhuma demissão, ou mesmo a reivindicação contra o arrocho salarial e a bandeira que pede por nenhum direito a menos. Se referindo ao consumo imediato, chama-nos atenção que, para a central, “exigir a manutenção do nosso poder de compra a cada mês, é exigir o mínimo, e de hoje em diante não aceitar mais nenhuma perda salarial!” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 47). Essa perspectiva pode sofrer um choque direto com suas outras pautas que pedem, por exemplo, o socialismo. Exigir o mínimo, automaticamente, pode significar a manutenção da condição de vida para sobreviver nas condições mínimas possíveis, que, na nossa opinião, está muito mais para ser uma resolução que mais contribui para a manutenção da miserabilidade em que se encontra a população do que, necessariamente, almejar o fim do capitalismo e sua forma de reprodução.

A Central propõe algo que chama de “terceiro campo”, que pode ser uma aliança entre partidos, sindicatos e movimentos. Podemos considerar que este ponto, em si, caracterizaria um avanço com relação a outros pontos que demonstram a manutenção com a ordem, conforme demonstrado, além das questões que podem recair no reformismo. Ainda não podemos perceber, pelo menos até aqui, a consolidação do “terceiro campo”. Vejamos a proposta que associa a *crise* muito provavelmente ao *governo*, o que coloca em desvantagem a luta contra a causa:

É preciso construir o terceiro Campo que proponha uma saída para a crise com um programa contra os cortes e por mais direitos, claramente em oposição ao atual governo federal que envolva partidos de oposição de esquerda, movimentos sociais e populares centrais sindicais e a juventude (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 47).

Outrossim, é interessante mencionar que, nas resoluções, a central considera que, para que se possa organizar a luta e os movimentos em uma perspectiva que vislumbre o socialismo, é, sobretudo, necessário compreender a formação histórica do país, bem como a sua posição de país periférico diante dos países de capitalismo central. A CSP-Conlutas discorre brevemente

sobre a construção desta forma particular de capitalismo e constata que parte considerável da população brasileira aceita todas as explorações como se fossem consequências da provação divina.

A central avança no discurso e apresenta propostas que vão de encontro às bandeiras burguesas, como, por exemplo, ao manifestar ser favorável a taxação das grandes fortunas. O caráter a se observar nesta proposta de taxar grandes fortunas não necessariamente pode significar a socialização desta fortuna. Pode ser importante fazer uma pequena análise neste tópico porque, se considerarmos que a fortuna existe e deve ser taxada, logo, pode significar que a fortuna é proveniente da exploração do trabalho alheio, afinal, no mundo do trabalho é praticamente impossível que um trabalhador, dentro das questões da meritocracia – falaciosa –, se afortune.

Na leitura das resoluções, manifesta-se claramente por parte da central que é tarefa histórica da classe trabalhadora a construção do socialismo e a destruição do capitalismo. Diante dessa perspectiva da construção do socialismo, a central manifesta que uma de suas tarefas principais é a defesa de uma grande e ampla greve geral como forma de iniciar o processo da construção, que se dará em conjunto aos movimentos e também aos outros setores organizados, como, por exemplo, as Intersindicais. Analisando o cenário que se apresenta, a central define alguns eixos de luta, alguns deles até já evidenciados no decorrer desta resolução, mas que, ainda assim, são retomados a partir daqui. Destaca-se, novamente, a defesa do emprego; contra as demissões, o arrocho e o fechamento de postos de trabalho. Aparece novamente como eixo de luta a defesa do salário mínimo calculado pelo DIEESE, que, em todo caso, pode contrariar as premissas de um socialismo que é justamente uma sociedade que não se baseia na relação salarial e de compra e venda de força de trabalho – conforme já evidenciamos no capítulo 1 desta dissertação e em outras passagens.

Uma outra questão que (re)aparece nestas resoluções é a defesa da redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias sem que haja a redução de salário. Seria, talvez, mais interessante e, possivelmente, poderia ter um caráter mais agressivo ao capital (ou não) se defendesse a redução da carga horária de trabalho com aumento de salário. Reaparecem as bandeiras que giram em torno da taxação das grandes fortunas, do acordo coletivo especial, etc. Evidencia-se, também, que a Central se manifesta favorável a estatização de diversas empresas, tanto as que já possuem capital Nacional quanto aquelas que são particulares, a exemplo do sistema de saúde privado do Brasil. Outro exemplo é um caso de educação.

Um fato que chama bastante atenção é o de ainda não haver definição do programa que vise a ampla unidade na luta, em defesa do emprego do ajuste fiscal e dos demais direitos da

classe trabalhadora. Isto fica evidente quando a central afirma, através da sua resolução, que compete-lhe: “Buscar a mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, as terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 52). Retoma-se, na resolução, que a necessidade da articulação das lutas sindicais os movimentos sociais do campo classista, sobretudo para que se possa organizar através da classe trabalhadora uma luta com perspectiva anticapitalista.

Nitidamente, conseguimos perceber que a central manifestou-se favorável às ações que propunham o fortalecimento da Petrobras, sobretudo no que diz respeito aos recentes escândalos de corrupção e os diversos governos que, por detrás dos seus interesses particulares, conseguem dar muito mais sobrevida aos interesses que são puramente de um capital fictício internacional. Diante das resoluções que a central estabelece com relação à empresa Petrobrás, podemos perceber outros eixos que não necessariamente lhe são similares, como, por exemplo, a retomada da ideia de que não devemos ter nem governo e nem oposição de direita, a volta da reivindicação de “nenhum direito a menos” e “mais verbas para educação saúde e moradias públicas” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 54).

A defesa de empresas de capital nacional não se restringe somente à Petrobras. A central também denuncia uma série de ataques que trabalhadores de outras empresas vêm sofrendo, como, por exemplo, a Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil, os bancários, as petroleiras etc. Manifesta, também, o interesse de unir todos os trabalhadores na luta por um transporte gratuito, de qualidade e estatal. Este interesse se demonstra e fica mais claro quando a central afirma que as manifestações populares, como a de 2013, em São Paulo, e pelo transporte rodoviário, em 2014, pela categoria dos metroviários, podem ter inaugurado uma nova situação política no Brasil.

Na mesma toada, a central exige 2% do PIB para o transporte público, fazendo uma análise que a situação calamitosa deste setor, no Brasil, decorre fundamentalmente da falta de investimento público, acreditando que, com este investimento, a situação poderá melhorar, alicerçando que a defesa deste interesse poderá culminar na gratuidade do transporte e, sobretudo, no controle deste setor por parte dos trabalhadores.

É pertinente destacar que a central reconhece que existe certo caráter defensivo em relação às lutas sociais, mesmo em relação a um quadro de ascensão destas. Com isso, pretende ampliar largamente a mobilização dos trabalhadores como forma de iniciar os passos para a construção de uma greve geral. Um dado bastante curioso é que aparece como um dos objetivos abrir um canal de negociação mais efetiva. Isto pode demonstrar o caráter defensivo da central

quando pretende justamente propor uma saída para tal. Verificamos esta característica no excerto:

Lutar amplamente pela mobilização dos trabalhadores com vistas à realização de uma forte greve geral, que seja capaz de reverter a situação defensiva a classe **e abrir canais mais efetivos de negociação com governo e patrões, bem como recuperar o protagonismo da classe na sociedade** (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 59. Grifos nossos).

A Central resolve deixar a Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção. Se, no primeiro congresso, foi votada a sua participação nesta mesa para defender interesses dos trabalhadores deste setor, manifesta, contudo, já no seu segundo congresso e nas resoluções em análise, que, para além das pautas iniciais que foram levantadas quando do seu ingresso, a mesma levou para discussão diversos outros temas e outras pautas para que pudessem ser realizadas avaliações em conjunto com a análise do contexto. Manifesta que nenhum dos assuntos propostos foi tratado com dedicação por parte daqueles outros que compunham a mesa – o que justifica ser motivo para tê-la deixado, mas permanecendo na defesa dos direitos destes trabalhadores.

Sobre o funcionalismo público federal, a central reitera que a aprovação do PL 4330 pode significar o fim dos concursos públicos. Em relação ao tema, a central resolve ampliar fortemente a campanha salarial dos servidores federais, bem como as questões inerentes à luta pela permanência dos direitos conquistados. Chama, também, toda a população e os setores para lutar contra o desmonte a destruição do Estado – e que entrelinhas pode significar o fortalecimento do Estado e não seu fim - pela ampliação e a melhora dos seus públicos ofertados. Compromete-se, também, como uma das suas resoluções ajudar a impulsionar uma greve geral em todo funcionalismo, tendo como pauta questões salariais, de condições de trabalho, de direitos de aposentadoria e lutas específicas que *tendem* a reforçar questões de gestão – na ordem do capital –, podendo ficar aquém da almejada construção socialista.

Já em relação ao funcionalismo municipal, a CSP-Conlutas primeiramente faz um balanço desde a sua criação em 2010, no CONCLAT, e afirma que a decisão de ampliar o perfil da entidade para além dos movimentos sindicais têm se mostrado acertada, sendo a prova disto a adesão que algumas organizações políticas tem feito no sentido de incentivar o debate conjuntamente com a central como forma de adentrar na trincheira da luta de classes; ao passo que avalia que, hoje, a CSP-Conlutas se apresenta como uma central dinâmica e progressista dentro do movimento de massas do país; caindo na ilusão de seu próprio conto, à medida que reconhece suas limitações com relação à sua própria base e aos locais de atuação nas portas das

fábricas. Não queremos diminuir, em nenhuma hipótese, as aspirações que a central possui e as suas intenções resolutivas, porém, é salutar demonstrar alguma deficiência que, pormenores, pode baralhar-se em suas próprias resoluções. A central reconhece que ela ainda é pequena e que, com certeza, as tarefas que tem a cumprir são maiores do que si. Nesse sentido, a central afirma que considera muito importante a retomada da setorial em defesa dos Servidores Municipais.

A Central, ao resolver as questões relativas à saúde, considera também o cenário internacional a qual está submetido o capitalismo brasileiro, sobretudo a sua dependência externa. Como alternativa à sua crise, o capital não tem poupado os esforços para cada vez mais penalizar o trabalhador. Diante disto, tem-se incentivado a privatização de setores relativos à saúde, fortemente incentivada no governo PT, sob a presidência de Dilma Rousseff. A central denuncia também, de toda forma, como o dinheiro público vai para a saúde privada através do financiamento de agências do ramo, e defende veemente que a saúde não seja tratada como uma mercadoria, mostrando alguns desserviços da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) (CSP-CONLUTAS, 2015).

É de destaque, também, as denúncias feitas com relação à precarização dos trabalhadores da saúde, como o número crescente de terceirizados no setor e a baixa remuneração que estes recebem. Baseando-se nesta concepção de que a saúde não deve ser tratada como uma mercadoria, a central defende o direito à saúde e o SUS 100% Estatal, a efetivação dos seus princípios, a gratuidade na distribuição de medicamentos e outros serviços. Reitera, ainda, como bandeira, a reivindicação do dobro de verbas do financiamento público da saúde e exige, no mínimo, 6% do PIB para esta política. A bandeira da Saúde, de uma forma geral, pode ser interpretada, em nossa análise, baseada nas resoluções de seu segundo congresso, como uma forte bandeira que incorpora não só questões que perpassam pela política pública, mas, também, as condições em que estão submetidos os trabalhadores nessa área.

No que diz respeito ao caráter da educação pública, a Central Sindical inicia fazendo a contextualização de como o Plano Nacional de Educação (PNE) se apresenta não como um projeto de governo, mas como um projeto de Estado. São feitas diversas denúncias em relação a como o Estado tem conduzido esta política, e os impactos desta gestão para a Educação, de uma forma geral. Impactos estes que passam por todo o processo de mercadorização desta política, não se esgotando somente à esfera do serviço em si, mas estendendo-se, sobretudo, às condições de trabalho que os trabalhadores deste setor enfrentam, como o adoecimento docente, as péssimas condições de trabalho de forma geral, a desvalorização da profissão, dentre outros.

Algumas resoluções do campo são manifestadas, por exemplo, com o descontentamento com o governo Dilma Rousseff, que, na época da campanha, lançou o bordão “Pátria Educadora”, mas que, diante da conjuntura que se apresentou, justificou ser necessário corte de 7 bilhões da educação, como parte das medidas que buscou garantir superávit e juros da dívida pública. Este quadro também fez parte das medidas de ajuste fiscal e incorporou diversas outros PLs que precarizam ainda mais as condições de trabalho dos trabalhadores deste setor no Brasil. Isso foi suficiente para que Central registrasse neste documento que os trabalhadores deste setor fizeram levantes e greves, reivindicando a lei do piso, posicionando-se contra a retirada dos direitos e manifestando-se contra a precarização do trabalho.

Outro fator para ser analisado através das revoluções são as revoltas urbanas e os movimentos populares, sobretudo os iniciados em *junho de 2013*. Ali, a Central concorda que as condições de vida foram ficando impossíveis para aqueles que dependiam de transporte urbano, sobretudo nas grandes metrópoles, como foi o caso de São Paulo e da região metropolitana de Recife. A Central também considera que o governo do PT, com relação a este eixo, nada fez para melhorar a vida da população quando adotou a política do que “você tem direito a tudo desde que compre os seus direitos” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 79), fazendo uma análise de como os direitos através deste partido no poder foram viabilizados através da mercadorização, como, por exemplo, o acesso à educação através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o acesso à moradia através de financiamento promovidos pela Caixa Econômica Federal. Com relação ao exemplo do setor da habitação, a central destaca que nada tem sido feito para se garantir o acesso constitucional à moradia. Denuncia que o governo PT tem influenciado fortemente o setor da construção civil e as grandes empreiteiras e pouco tendo feito com relação a enormidade de imóveis que se encontra desabitado nestes grandes centros, puramente para espoliação. O que propõe é que se deve atuar na elaboração de medidas para que se assegure o direito de posse e semituração das residências já ocupadas, apontando que:

O desafio para CSP-Conlutas/Luta Popular seria tornar esse direito à moradia digna eficaz e menos burocrática. De forma que não dê margem para políticos corruptos e burgueses retirem moradias de famílias com facilidade, contribuindo assim o procedimento do capitalismo. (sic) (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 80).

De fato, os desafios apresentados não são apenas estes. Ainda em uma análise do contexto, são feitas reflexões a partir do péssimo transporte que, se não é público, ainda é muito deficiente, relacionando às péssimas condições de tráfego nas cidades. Outras reflexões também são feitas com relação à crise hídrica nos grandes centros, sobretudo no Sudeste do país. Além

disto, nota-se elaborações e reflexões sobre a ausência da reforma agrária e como esta afeta diretamente a alimentação da maioria do povo brasileiro que consome “veneno” e constantemente se submete ao processo de adoecimento pelo consumo destes alimentos. Apontamos a análise pontual que a central faz pela leitura que se apresenta das contradições do capitalismo, ao considerar, de uma maneira bastante rica, o reconhecimento da multifuncionalidade do trabalhador brasileiro e que o mesmo trabalhador que enfrenta os desafios de ter uma saúde digna é o que enfrenta os desafios de ter educação digna, os desafios de transporte, de se inserir em condições adequadas de emprego e outras tantas reivindicações que se somam. A condição da fragmentação deste tempo, em nossa opinião, pode contribuir para a hipótese dos trabalhadores estarem em diversas lutas, pelo mais diversas mudanças imediatas. Eles/as estão em luta, fragmentados/as, mas estão:

Com tantos conflitos, tantas contradições, as lutas que ocorrem no território se somam de forma complementar a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Muitas vezes, os que estão nas fábricas são também os mesmos que marcham junto com as ocupações por moradia. Os que se organizam pelo transporte são também jovens operários das fábricas que, neste momento iniciam suas primeiras experiências de greve, como as que ocorreram no julho e agosto de 2013 (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 80).

A CSP-Conlutas reconhece os desafios da realidade e, desde o início, também reconhece a sua tarefa histórica ao analisar de forma embrionária que as organizações que a compõem tiveram a ousadia em trazer respostas, sobretudo ao quadro da realidade que rodeava a Central quando do seu nascimento, sendo que esta ousadia se concretizou na concepção de uma central que unifica não só os conjuntos dos trabalhadores sindicais, mas também os movimentos populares, urbanos, rurais, feministas, LGBT, movimento negro, movimento estudantil, movimento de mulheres e etc.

Estes movimentos são homogêneos dentro da central? Decerto, a resposta é não. A central reconhece que, mesmo em sua base de militância, existem aqueles que consideram que a bandeira da reforma agrária, por exemplo, só pode ser carregada pelos sem-teto e sem-terra. Chama atenção aos nossos olhos o fato de a central afirmar que este movimento não seja uma raridade em seu interior, o que pode, em alguma escala, significar que o plano mínimo de ações, ou programa, ou o objetivo mínimo a ser pautado dentre aqueles que comungam da mesma expectativa possa não ser alcançado, mas nem por isso merece ser desacreditado, afinal, a fragmentação “divide” os trabalhadores/as e suas pautas. Outro fator para se evidenciar, com muita urgência, inclusive, é sobre como claramente este caráter se relaciona com o pós-modernismo – e entrelinhas não é este fenômeno uma raridade na central. Admitir que sua “base

filiada” pode não se sentir representada em suas lutas “particulares” significa reconhecer a fragmentação dos trabalhadores como um fenômeno da hegemonia neoliberal e que pouco poderá contribuir para a luta pela sociedade socialista, a qual principia-se em estatuto. Contudo, a Central considera que estes militantes podem não ter avançado o suficiente para compreender que a luta é orgânica, independentes se se apresenta no âmbito sindical ou no âmbito popular. Cabe analisar de forma incipiente que pode ser perigoso responsabilizar os militantes, mesmo porque atesta-se que não são raros os que apresentam esse perfil de não conseguir decifrar a organicidade das lutas que se apresentam na forma cotidiana. Se a luta se apresentada de forma fragmentada, consideramos também que o próprio trabalhador neste sistema se apresenta desta forma.

Se concordamos com a central de que não são raros os perfis de militantes que apresentam certa dificuldade em assimilar pautas do âmbito sindical e do âmbito popular, faz-se cada vez mais necessário o esclarecimento de que estas lutas não são isoladas, muito menos parecem estar separadas em esferas diferentes, como a econômica e a política. Não obstante, considera que as bandeiras da reforma agrária e da reforma urbana sejam pautadas em todas as suas plataformas de luta e de reivindicação, atentando ao fato de que esta pauta independe da participação dos movimentos em sua elaboração, justificando que estas são bandeiras da classe trabalhadora, de uma forma geral (CSP-CONLUTAS, 2015). Considera também ser importante a adoção de estratégias que visem a participação de movimentos, sendo que a base destes pode desconhecer formas organizativas institucionais que operam através de sindicatos e que, muitas vezes, podem se sentir repelidas nesses espaços de atuação. Aqui, indagamos se estes movimentos aparentemente autônomos não podem acabar por submeterem-se à completa institucionalidade desta instância sindical que, até aqui, tem demonstrado que uma via para a superação do capitalismo é pelo apelo às instâncias legais, representando uma “massa” muito pequena, reconhecidamente em passagens das resoluções.

Diante das análises que faz das próprias contradições internas do capitalismo, a central reitera que é necessário avançar, sobretudo, na construção da unidade entre movimento sindical e popular, para que, em um dado momento, esta unidade possa se expressar como uma prática cotidiana por uma unidade do movimento de massas.

Nesse sentido, revela que é de suma importância discutir a relação que está se estabelecendo entre o movimento popular e a própria CSP-Conlutas. Reitera que se deve aprofundar a participação destes movimentos populares na central, propondo a resolução de alguns tópicos que visam a participação desses movimentos, inclusive aqueles que estão em estados e regiões onde a representação na central tem sido pequena, a exemplo do norte do

Brasil. A central conclui e compreende a importância do movimento popular na luta de classes e que este movimento deve estar cada vez mais aprofundado na central, fruto de uma atuação política comum.

Já no final das resoluções que dizem respeito ao Plano de Ação, a CSP-Conlutas considera que a crise tem sido mais caracterizada nos últimos tempos por se apresentar como uma “crise econômica financeira social política ambiental e energética” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 85). Diante deste fenômeno nada novo de crise do capital, a central considera que diversos trabalhadores e trabalhadoras têm saído mundo afora para exigir o fim do ataque aos direitos e, decerto, os governos têm assumido mecanismos e instrumentos dos mais diversos para salvaguardar o capital da sua acumulação, garantindo, assim, superlucros aos bancos e grandes empresas nacionais e também às grandes empresas internacionais.

A central retoma e faz uma análise acerca do quadro que leva milhares de trabalhadores a irem às ruas e protestar contra a extinção dos direitos. Trouxe exemplos dos protestos de junho de 2013 e também os protestos de 2015, ao passo que condiciona cada um à sua conjuntura específica e que relaciona, também, a prática que tem levado à direita a se apropriar desses movimentos, que são econômicos e políticos. Diante do exposto, a CSP-Conlutas tem notado que pouca atenção tem se dado à auditoria da dívida pública brasileira, que considera ser “a maior fonte de corrupção, **essência** do sistema capitalista” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 86. Grifo nosso). Percebe-se, pelas resoluções, que muitas razões têm sido atribuídas à contradição entre capital e trabalho como responsável pelas condições de vida, dentre elas, os governos e, agora, a dívida pública. Isto demonstra, em alguma medida, que existe por parte da Central uma compreensão possivelmente equivocada do que é a essência do sistema capitalista, que cremos *grosso modo* ser estabelecida entre a apropriação privada e produção coletiva, além das relações de exploração de trabalho, etc. Responsabilizar a dívida pública como essência das desgraças que o capitalismo causa na vida das pessoas pode ocultar o caráter da exploração do trabalho e de extração da mais-valia como gênese.

À exceção do que se tem configurado como uma falta de atenção dos movimentos com relação a pauta da dívida pública, a CSP-Conlutas descreve que a Auditoria Cidadã tem feito o trabalho valoroso com relação ao tema, na promoção de estudos e com vistas a popularizar a discussão sobre a relação que se estabelece diretamente entre a dívida pública e as condições de vida da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as. Caminhando na mesma direção da popularização de estudos acerca da dívida pública, a central considera urgente debater o tema cotidianamente junto aos lutadores e lutadoras sociais, compreendendo sobremaneira que a dívida pública vem crescendo assustadoramente a partir dos anos 70, pela

experiência do financiamento dos mega empreendimentos da herança da ditadura militar, bem como, também, nos anos 80, um período em que o Brasil reage de maneira dependente ao FMI e os ajustes fiscais. Não passam despercebidos também as análises acerca da fatia do PIB que é destinada ao pagamento desta dívida, que só em 2014 girou na casa dos quase 1 trilhão de reais, em média, 45% do gasto Federal (CSP-CONLUTAS, 2015). As resoluções que a central elaborou com relação à dívida pública giraram em torno da ampliação do tema junto aos lutadores sociais, trazendo confusão em conceitos que podem ser chave no desvelamento entre a causa e o efeito.

Foi apresentado, neste Caderno de Resoluções, o balanço político e organizativo que compreende o tempo entre o término do seu primeiro congresso, em 2012, e o término do seu segundo congresso, em 2015. A Central afirma que foram reivindicadas as resoluções elaboradas no seu primeiro congresso como forma de preparar o enfrentamento da central com o governo, que, naquela conjuntura, em 2012, era em um cenário de apoio majoritário ao partido que estava no poder, o PT. De imediato, as resoluções que foram elaboradas e aprovadas no primeiro congresso levaram ao desenvolvimento da estratégia para a intervenção da central. Uma delas foi com relação ao Acordo Coletivo Especial (ACE), cuja campanha contrária “possibilitou uma unidade política que levou, ao final, à derrota da proposta da CUT, que abria caminho para a flexibilização de direitos trabalhistas” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 89). À isto, soma-se um certo tipo de impulsão do Espaço de Unidade de Ação, que promoveu intensa mobilização por parte da central, culminando em um dia de ato e de paralisação, em que foram contabilizadas cerca de 25 mil pessoas em Brasília, no dia 24 de abril de 2013.

Sobre a resolução que, em 2012, versou sobre a intervenção da Central Sindical nas lutas contra os efeitos da Copa do Mundo, a central considerou não ter condições de comentar as diversas intervenções que foram feitas pela Central Sindical neste período, sendo possível a afirmação de que a CSP-Conlutas consolidou e desenvolveu-se como um dos polos mais importantes da organização da esquerda nacional, destacando e desenvolvendo o balanço que a Central ainda continua minoritária, muito embora ressalta ter sofrido avanços políticos e organizativos neste período.

Continuando no balanço que Central faz de si mesma, afirma ter estado presente em praticamente todas as lutas que foram mais importantes, destacando a presença em inúmeras greves operárias, postos da construção civil, da educação, do funcionalismo público, de trabalhadores das montadoras automobilísticas, das Universidades, nas ocupações no movimento estudantil, nas questões sanitárias, no transporte e nas manifestações de junho de 2013.

Não obstante, foi evidenciado e manifestado pela Central Sindical o envolvimento em diversas campanhas que tiveram como propósito o caráter internacionalista, como, por exemplo, o apoio à Revolução Síria, a defesa do povo palestino e a retirada do exército brasileiro do território haitiano. Ainda na realização do Balanço, a central afirma que realizou fortalecimento para diversas campanhas que giram em torno da organização do combate contra as opressões, a luta estudantil e outros movimentos, como o Movimento das Mulheres em Luta (MML). As ações realizadas pela Central diante das resoluções do congresso anterior giraram, dentre várias outras, em torno de reuniões, plenárias e iniciativas como as “Marchas da Periferia”, os atos que pediram “Fora Feliciano” e “salário igual para trabalho igual”. A forma que a CSP-Conlutas se propôs a encampar essas campanhas é louvável, contudo, campanhas como a última mencionada somente contribuem para a manutenção do capitalismo, ao passo que, entrelinhas, campanha por salário que não exija em si uma nova forma de se (re)produzir – mesmo que esta priorize a igualdade salarial entre os “gêneros” –, mais uma vez, cai na insuficiência que descrevera Marx, em que os sindicatos podem vacilar na luta.

A central coloca em evidência, também, que a crise aberta no CONCLAT, em 2010, se encontra superada, ao passo que as intervenções comuns na luta de classe têm atraído diversos setores que se retiraram do CONCLAT em 2010 para recompor atualmente a CSP-Conlutas, embora considere que alguns setores continuam fora da sua organização e que podem, esses setores, também estar privilegiando outras alianças, como com a CUT, a UNE e o MST.

O ano de 2015 registrou diversos momentos em que as lutas sociais estiveram em evidência. Foi incentivada uma intensa atividade política no interior da central, aprovando, no Espaço de Unidade de Ação, a campanha política com o *slogan* “os trabalhadores não aceitam pagar a conta da crise” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 91). Diante do que chama de novo movimento político, a CSP-Conlutas considerou que, mesmo dado os seus recentes avanços, nada leva a crer que a sua tarefa esteja cumprida, muito pelo contrário, existe um maior desafio na conjuntura: polarização do país, ignorando, em certa medida, a “falsa-polarização” que cita no início do documento. Esse desafio levou a Central a assumir que deve continuar seguindo o papel de protagonista na luta pela unidade dos setores mais combativos numa mesma organização, propondo a superação de algumas debilidades, quais sejam, o não funcionamento pleno da Central em muitos estados brasileiros, como a presença de secretarias Estaduais, de sedes etc., mostrando que parte destas debilidades também é de caráter territorial – já evidenciados em certa medida na pesquisa de Galvão e Trópia (2014).

Outros dois pontos também são destacados pela central no que tange a questão da sua organização. O primeiro deles trata do fortalecimento da investida da Central junto ao

movimento operário, alertando que cresceram as manifestações desde 2011 com as obras do PAC. A Central propõe que se deve tomar esta tarefa como central. O outro ponto versa sobre o incentivo da organização da base que, para a central, tem se mostrado uma decisão acertada, tendo em vista as iniciativas alcançadas pela central a partir do fortalecimento desta, como, por exemplo, algumas rebeliões das bases que vão contra as direções e as burocracias do âmbito sindical, a criação de comissões internas e “outras formas de organização desde os locais de trabalho e nos bairros operários” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 91).

Diante do balanço positivo que faz de sua organização, a Central reitera os aspectos que a fizeram emergir como uma central sindical inovadora e de caráter popular, ressaltando a importância das instituições que a compõem e que são protagonistas na tarefa de conduzir a central, que conta com respaldo da ampla maioria dos filiados, relatando, também, que foram pouquíssimas as vezes em que a central teve que tomar alguma decisão política que fosse conflituosa com a maioria das pessoas que formam sua base, diante da forma como tem funcionado a sua estrutura institucional (CSP-CONLUTAS, 2015). Isto nos coloca na condição de lembrar que a própria Central manifestou, nesta mesma resolução, que não são raros os desentendimentos e a desassimilação que existem entre os militantes, que *grosso modo* não conseguem assimilar a luta orgânica. Contudo, é importante delimitar que este caráter positivo que a central faz do balanço entre um congresso e outro não deve servir como “modelo”, porque ainda existem deficiências internas que devem ser tratadas pela central, sendo o financiamento para participar das instâncias deliberativas da Central – que dependem do financiamento das entidades que compõem – um dos exemplos. Outro desafio é a incorporação de novos movimentos e de novas entidades nas suas instâncias de representação, o que implica a consolidação de relações de filiação de contribuição financeira e política.

No que tange às questões divergentes de ordem políticas no interior da Central Sindical, declarou que:

[...] entre os vários setores e organizações que constroem a Central, é algo salutar, parte da democracia interna e da pluralidade que marca a Central, desde o seu início. Por termos essa compreensão, valorizamos muito o papel das correntes e grupos políticos organizados (CSP-CONLUTAS, 2015).

Diante desta assertiva e da forma madura como a central encara as disputas que podem ocorrer no interior das diversas correntes e, por conseguinte, suas concepções, destaca que o papel de tais correntes não pode ser o de substituir o protagonismo das entidades filiadas. Diante da novidade que é sua estrutura, destaca que a proposta inovadora de apresentar resoluções das

entidades nos Congressos Nacionais pode ser considerada vitoriosa, não só porque foi possível a realização de plenárias e congressos que votaram contribuições políticas ao congresso, mas pelo agrupamento de base com a intenção de apresentar opiniões. É positivo o engajamento de grupos, além de reuniões com comunidades quilombolas, ocupações no campo e na cidade etc., e, sendo aprimorada esta forma e se continuar sendo avaliada como importante para ser desenvolvida, poderá ser incorporada ao funcionamento desta.

É pertinente analisar que a definição de um “socialismo” ou a forma pela qual poderá se chegar a realização deste objetivo histórico – que é a derrubada do capitalismo – deve ser melhor definida pela Central Sindical na intenção de obter o consenso sobre o conceito ou a forma deste objetivo no interior dos movimentos e sindicatos filiados. Ademais, parece oportuno mencionar que muita atenção tem sido dispensada à construção da central como frente única de oposição, que reivindica por muitos direitos pela via parlamentar burguesa, o que choca, em certa medida, com o alcance do seu “objetivo final” – se é que existe uma “ordem” do que vem antes ou depois como reivindicação. Consideramos que muitos são os desafios para o sindicalismo (e por que não para as Centrais?) sindicais na atualidade, conforme Antunes (2018). Entretanto, é preciso alertar para a dependência que a luta tem com relação ao direito positivado, que, ora reivindicam o fim do Estado e ora, despercebidamente – ou por vício histórico –, reforçando o seu papel deste *mediador universal* na sociabilidade capitalista.

No que tange à sua reorganização, a central argumenta que este é um tema que lhe é bastante caro, mesmo porque o Estatuto define a construção desta unidade “como um valor estratégico na luta entre os trabalhadores e trabalhadoras” e que conjuntamente com os demais princípios, pelas próprias palavras da Central, “são os balizadores da ação política da Central” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 96). Diante desta observação, a Central coloca que, em primeiro lugar, a unidade de ação

Decorre, [...], do fato do movimento sindical e popular no Brasil viver um processo de fragmentação crescente, sendo dirigido majoritariamente por burocracias vinculadas ao governo, como foram CUT, CTB e Força Sindical nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 96).

Caberia, *pari passu*, a reflexão acerca da condição da fragmentação do movimento sindical, pensando que não se trata de um processo simples e puro tal qual se apresenta. É necessário fazer a interlocução de que esta fragmentação é inerente a um processo que envolve outras premissas, além da apresentada pelo excerto que tende a condenar a fragmentação dos/as trabalhadores/as pela via da opção entre uma central ou outra, aos sabores dos *governos* e não

do capital. Uma dessas premissas é a condição que se consolida na luta de classes no contexto de crise do capital, em que parte significativa da literatura sobre o assunto tem afirmado que, cada vez mais, os trabalhadores são concorrentes uns dos outros, logrando os que estão fora do mercado de trabalho a fazerem parte deste, sem muitos questionamentos quanto a precarização. A importância do fortalecimento da unidade de ação, em nossa opinião, poderia recuperar a discussão que trata sobre como, no capitalismo, a tendência da construção desta unidade tem se firmado cada vez mais difícil, independente, muitas vezes, das instituições representativas da classe trabalhadora.

Apresentamos um excerto do que a CSP-Conlutas (2015, p. 96) projeta como o que pode desaguar com a tarefa da unidade de ação:

A unidade de ação serve para impulsionar as lutas dos trabalhadores e do povo, e também para empurrar à luta as direções tradicionais e majoritárias dos trabalhadores, a partir da pressão de suas bases, e disputa-las politicamente, afirmando a CSP-Conlutas como referência para os que querem lutar.

Existem algumas reflexões a serem feitas com relação à esta afirmação da CSP-Conlutas. Uma delas é que a serventia da unidade de ação pode, “aparentemente”, configurar-se como sendo espaço de disputa por espaço e protagonismo da direção da luta dos trabalhadores, ao passo que a unidade de ação poderia ser entendida como uma “mola propulsora” que irá, de alguma forma, através de “eixos **concretos** de luta” (CSP-CONLUTAS, 2015, 97. Grifos nossos), levar as direções majoritárias à luta – que, embora não estejam citadas, podemos considerar que sejam, sobretudo, PT e CUT. Desconsidera, neste aspecto, o enorme abismo que existe entre mobilizar a base das direções majoritárias e sobretudo fazer com que estas reivindiquem à CSP como referência, quando o cenário que se apresenta é de considerar que o trabalho de base dentro da própria CSP deve ser melhor incentivado.

Com relação ao que seriam estes “eixos **concretos** de luta”, a CSP-Conlutas exemplifica como sendo a “derrubada das MPs 664 e 665 ou do PL 4330” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 96), dentre outros, revelando um caráter extremamente “defensivo” da perspectiva de luta – afinal, não propõe a alteração do quadro de exploração do trabalho, mas somente a derrubada do que pode piorar o que já está ruim, além disso, não enxerga uma perspectiva de transformação social. Indagamos: seria a defesa da revolução socialista, fora da égide do parlamento burguês brasileiro, por demais **abstrata** ao ponto de não merecer sequer menção – pelo menos aqui?

Chama-nos a atenção o que a Central revela especificamente sobre “a construção de frentes permanentes com setores governistas” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 97), ao que parece

estar sendo colocado por setores, dentre os quais cita-se o MTST e outros mais ligados ao governo federal, que propõe uma “frente por reformas populares” ou uma “frente de esquerda”, englobando organizações populares e sindicais “que dão sustentação mais direta ao Dilma” (sic) (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 97). A central concorda que existem contradições entre os participantes e muitos limites desta frente que é composta pela CUT, CTB, MST, UNE e CMP – a CSP-Conlutas negou-se a fazer parte desta frente governista – que, em ocasiões como o 1º de maio, evidenciou-se a frustração com esta frente ao não construir uma ação pontual em torno da derrubada das MPs 664 e 665 e o posicionamento contrário ao PL 4330 e pelo pedido desta frente à CSP-Conlutas de não protestar ou levantar críticas ao governo federal, reafirmando a CSP “[...] seguir, na busca da construção da unidade nas lutas e numa organização nacional de frente única, de caráter sindical e popular”, retomando a possibilidade de luta na unidade de ação ampla. (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 97).

Parece-nos interessante apontar que, na atual fase barbárica do capitalismo, pedir para que não se manifeste contra o governo é até aceitável, posto que a luta contra este ou aquele governo não necessariamente implicaria em uma derrocada do capital, aquele que acreditamos ser merecedor das manifestações. Certamente um ou outro governo pode apresentar características mais sociais e promover algumas reformas, melhorando (mas este termo é questionável) um pouco a qualidade de vida da população, entretanto, até aqui, o capitalismo não abriu mão de diversos recursos para que a (questionável) melhoria de vida se transformasse em piora das condições de vida, bem como na manutenção da ininterrupta acumulação/centralização capitalista.

Retomando às resoluções, algumas considerações sobre o novo período de ascensão sindical no país e sobre o surgimento de uma nova vanguarda de lutas valem ser feitas. As resoluções acerca deste assunto são interessantes e importantes porque retomam e reafirmam a disposição da central em fazer-se presente, mas há que se mencionar que a atenção que dada por ela, sob a condição de que “a emancipação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 99), também carece de maior rigor de explicação – por parte da resolução, porque ora reafirma o pensamento de Marx e ora pode negá-lo, ao cair nas armadilhas da *regulação* salarial, por exemplo. Além disto, carece explicação sobre qual emancipação a central propõe: se a *política* ou *humana*.

Com relação à forma que se apresentam as resoluções que dizem respeito à “organização de base”, é pertinente notar que, no Caderno do primeiro Congresso (2012), a CSP-Conlutas faz “considerações” e, em seguida, estabelece as “resoluções” com base nelas. Já no segundo Congresso (2015), a forma como o texto é “dividido” não se mantém, o que não podemos dizer

sobre o conteúdo. Nas análises, notamos que existe parte considerável da própria redação textual que se apresenta no caderno do primeiro congresso, em repetição – praticamente idênticas – no caderno do segundo congresso. Isto pode nos levar a hipótese de que o trabalho da organização de base ainda não se concretizou – muito embora não estejamos afirmando que por falta de vontade ou por desinteresse, mas por um aprofundamento das contradições internas do próprio capitalismo – ou também de que não houve muito esforço por parte da Central em se reavaliar de forma mais densa e pelo menos com relação à este tema tão caro e fundamental entre um congresso e outro. Vejamos um exemplo, iniciando pelo Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas:

A organização de base (entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos, e também para a educação da nossa classe para a sua autodeterminação, o que é fundamental para o nosso projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores. A organização dos trabalhadores a partir da base é parte constitutiva e fundamental da concepção de organização na qual se baseia a construção da CSP-Conlutas. A realidade existente na base dos nossos sindicatos (principalmente, mas também das demais organizações que compõem a nossa Central) está ainda longe de corresponder a esta concepção. Fruto de heranças e circunstâncias históricas que antecedem a construção da nossa Central, salvo exceções, os sindicatos e movimentos que compõem nossa Central também padecem com um processo de organização de base muito frágil (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 99-100).

Agora, praticamente o mesmo texto extraído do Caderno de Resoluções do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas:

Que a organização de base (entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos, e também para a educação da nossa classe para a sua autodeterminação, fundamental para o nosso projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores; • Que, justamente por essa razão, a organização dos trabalhadores a partir da base é parte constitutiva e fundamental da concepção de organização na qual se baseia a construção da CSP-Conlutas; • Que a realidade atual existente na base dos nossos sindicatos (principalmente, mas também das demais organizações que compõem a nossa central) está longe de corresponder a esta nossa concepção. Fruto de heranças e circunstancias históricas que antecedem a construção da nossa Central, salvo exceções, os sindicatos e movimentos que compõem nossa Central também padecem com um processo de organização de base muito frágil, em muitos casos praticamente inexistente (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 16).

Não iremos resgatar todo o conteúdo que se repete, pois tratam-se de mais seis parágrafos inteiros, todos retomados quase que identicamente do caderno de resoluções do congresso anterior. Cabe analisar que, para além das repetições e das hipóteses sobre elas aqui

levantadas, o conteúdo resolutivo do segundo congresso menciona mais diretamente o seu papel – não o limitando entre *central e sindicatos filiados*.

A nossa atuação sindical, seja dos sindicatos filiados, seja da própria Central, deve estimular auto-organização dos trabalhadores, a organização nos locais de trabalho, e que esses novos setores dirijam as lutas, que sejam parte da condução das lutas e também dos sindicatos (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 100).

Ademais, ainda nas “considerações” que faz diante do tema, a central estabelece o que deve ser o centro de trabalho dos sindicatos – o trabalho de base nas empresas –, buscando a incorporação de ativistas em comando de greve, sugerindo rodízio de dirigentes etc., e que, nas campanhas salariais, seja reivindicada presença de delegados sindicais nas empresas, propugnando a incorporação deste [possível] direito “às convenções coletivas da categoria” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 100), revelando a luta pelos direitos, pela incorporação e melhorias de trabalho.

Na mesma toada, a central pode ter, timidamente, tentado demonstrar uma aproximação *mais íntima* com as questões partidárias – mais precisamente sobre a *sua* construção partidária – ao expressar sobre a reprodução de um modelo sindical em que não exista comando de greve sem base. Vejamos:

Não pode ter greve sem comando de base! Não podemos reproduzir o modelo sindical da direção que chega com tudo pronto e dá ordens aos ativistas. Isso vai se chocar com o sentimento antiburocrático presente em parte do melhor do ativismo e vai fechar as portas **para a nossa construção partidária também** (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 100. Grifos nossos).

A central não dá maior ênfase ao que seria a *sua* construção partidária, cabendo aqui diversas interrogações sobre o que, de fato, a central defende com relação ao tema, ao passo que manifesta, em diversas passagens, a independência/autonomia frente aos partidos [políticos]. Também não cabe explanar sobre o que ainda não aconteceu – *sua* construção partidária –, mas sinalizar para divergências ou questões que podem e devem ser melhor esclarecidas se estas resoluções servirem como chão a se percorrer nos dois anos subsequentes.

Com relação à estrutura sindical, a CSP-Conlutas avança no debate e sai do impasse que pairava entre reivindicar fazer parte da estrutura sindical para receber o imposto relativo às Centrais e, ao mesmo tempo, condenar tal estrutura no primeiro congresso, cujas contradições estão presentes no Caderno de Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CSP-Conlutas. Nas resoluções do segundo congresso, percebe-se um claro viés que denuncia a subordinação do sindicato e centrais à estrutura varguista pelo recolhimento do imposto sindical, e a tomada

de posição pela “substituição” do imposto oficial pelo recolhimento que deve ser aprovado pelas base, se esta base assim deliberar. A partir desta discussão que avança no sentido de “sair do muro” com relação à oficialização da estrutura sindical brasileira, são aprovadas resoluções que propõem combater de forma sistemática o recebimento do imposto sindical, como, por exemplo, a aprovação e orientação para que os sindicatos devolvam as contribuições recolhidas, bem como a adoção de mecanismos que impeçam o recebimentos destas (CSP-CONLUTAS, 2015).

Percebemos que pode haver certa confusão com a interpretação do que são rebatimentos do capitalismo na classe trabalhadora quando a central tece considerações sobre a “[...] ampliação das discussões no interior da Central para abranger temas de interesse social e coletivo” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 104-105), considerando que existe uma polarização social que tem se apresentado de diversas maneiras, dentre elas, na criminalização das lutas do povo negro e minorias, pela exacerbada repressão policial, por mudanças na legislação da biossegurança dos alimentos, pela terceirização, corrupção generalizada de toda superestrutura, descasos de governos, pelo abuso da mídia etc., causando preocupação em toda a população e mexendo com seus interesses. A partir disto, a central analisa que o “movimento sindical raramente se ocupa deles [temas] e quando o fazem, limitam-se à constatação de que é a classe trabalhadora a principal vítima” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 104).

A confusão que pode fazer com que a central esclareça algumas concepções sobre a ofensiva do capitalismo – e que pode, também, esclarecer sobre como se chegará ao objetivo final que é o socialismo – acontece quando, ao constatar que é necessário disputar a consciência dos trabalhadores através de campanhas, a central coloca que:

A luta contra os ataques concretos dos patrões e governos deve ser ligada com campanhas políticas mais gerais como: Campanha contra o pagamento da dívida, campanha contra o desemprego, campanha contra as opressões, **campanha contra o capitalismo e seus governos** e por um governo dos trabalhadores (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 104. Grifos nossos).

Percebemos que lutas “contra os ataques” devem “ser ligadas” à luta “mais geral” contra o capitalismo (e seus governos). Isto pode ser interpretado como a proposição da luta girar contra os efeitos das contradições do modo de produção capitalista, relegando a luta contra a causa destes efeitos à uma singela “ligação”, podendo sugerir que os efeitos vêm antes da causa. Também, pode significar uma inexactidão com a qual a central orienta a luta que privilegie a conscientização do trabalhador, que deve, ao nosso ver, ser pautada em torno dos fundamentos da acumulação capitalista – a extração da mais-valia – e toda a desgraça que esta traz ao se materializar, inclusive, em diversos destes temas que não têm sido abordados pelos sindicatos.

No trecho a seguir, podemos ver com um pouco mais de clareza que a discussão destes temas como “foco” de discussão poderá desencadear na recuperação do protagonismo social dos sindicatos, além de inocentemente apostar que o descrédito por parte da sociedade não se restringe aos sindicatos, somente, se estendendo ao Estado e ao governo – que tem raiz no distanciamento da Central das questões “que realmente afligem e mobilizam a classe”. Isso nos leva a acreditar que, se existe distanciamento por parte da Central destes “temas que realmente afligem”, que nós consideramos serem os “efeitos” do capitalismo, a focalização para a luta contra a “causa” permanece ainda um dos maiores e mais urgentes desafios por parte da Central. Também é curiosa a relação que ela estabelece sobre o descrédito dos trabalhadores em relação ao Estado e governo, que tem por raiz seu distanciamento: Estaria a central sugerindo que, por uma possível reaproximação dela com os trabalhadores, deveriam estes apostar nas vias de sua emancipação *através do* Estado e pelo governo? Merece um fio de esperança a disputa que é pela via burguesa, parlamentar? Algumas questões também não podem ser respondidas no calor da pesquisa, mas podem, por exemplo, demonstrar que tem havido certo *limite* nas concepções que resolvem a luta da Central com relação ao Estado, uma vez que reivindica maiores investimentos do Estado na Educação, pede pela estatização de empresas da saúde, transporte etc., e quase sempre a ação direta irá desaguar na ação secundária – que são as instâncias legislativas, cuja central não consegue escapar da armadilha da dependência.

Além disto, vimos que existe determinada estrutura corporativista que fagocita a central no recrudescimento da luta e no limite posto à sua atuação que se restringe “à porta dos locais de trabalho” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 105), revelando que a central - não por não tentar, reafirma-se aqui – muito pouco tem conseguido mobilizar a base para *além* dos locais de trabalho (locais de moradia, de estudo, bairros etc.).

Há a indicação de que diversas podem ser as explicações que, por parte da central, podem fazer jus à função social de um sindicato e abrangência, e pontua que podem existir questões várias que possam explicar

[...] à necessária autocrítica da **nossa postura, em geral, defensiva diante da rejeição dos trabalhadores a qualquer proposta que avance além do individualismo**; à avaliação da nossa capacidade **real** de convencer e mobilizar os trabalhadores (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 105. Grifos nossos).

Uma destas explicações pode ser, na nossa opinião, a dificuldade dos sindicatos de fazerem-se entender enquanto instituições de representação da classe trabalhadora, extremamente fragmentada pelo assolamento das condições de trabalho e do mundo do trabalho (material e imaterial). A “crise” do marxismo que se manifesta nos sindicatos e também nos

partidos, em uma impressão preliminar que esta análise nos permitiu elaborar, não faz da CSP-Conlutas uma exceção à regra. Embora tenhamos percebido avanços que podem ser estratégicos na luta em algumas resoluções – mesmo que, a partir das nossas análises, alguns deles careçam de mais explicação por parte das resoluções que norteiam o trabalho da central –, há outros pontos que nos levam ao questionamento de sua efetividade ou de, pelo menos, como se apresenta na redação das resoluções, como, por exemplo, quanto à mobilização da base para além dos locais de trabalho – quando já tem sido difícil o quadro de mobilizar nos locais de trabalho –; a concepção e a necessidade de se esclarecer em diversos outros aspectos *como* será a luta pela emancipação dos trabalhadores ou se esta se restringirá *apenas* ao âmbito legal; sobre a *sua* construção partidária, que aparece pouco mencionada, mas pode ser de extrema relevância para a objetivação de um dos seus princípios que propõe a derrubada do capitalismo e o novo modo de produção socialista; etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos de forma introdutória que, em sua gênese, sindicatos e partidos se tornaram as instituições de defesa da classe trabalhadora, passando da *ilegalidade* à *legalidade permitida pela burguesia*, conquistando alterações na condição de trabalho e, conseqüentemente, lutando por melhorias na qualidade de vida e de trabalho, ao passo que a Revolução Industrial acentua, também, a acumulação capitalista com a inserção da maquinaria, que expulsa um contingente de trabalhadores/as das fábricas, dentre eles, várias crianças.

Já no início do século XX, tais instituições se multiplicam pelos países de capitalismo central, na era dos monopólios. Isto foi suficiente para que surgissem diversas correntes que reivindicavam o marxismo – algumas delas bastante polêmicas, como foi o reformismo. O fato é que tais instituições travaram a luta contra o capital dentro das condições que eram estabelecidas, algumas delas em países de capitalismo nascente, como foi na URSS, cujo desdobramento revolucionário de 1917 culminou em um governo dos trabalhadores, não sem tensões entre os próprios sujeitos e sobre o caminho para a revolução mundial que poderia estar em curso, cujo “centro” do comunismo mundial era referenciado pelo partido deste país.

Pelo aprimoramento da tecnologia no processo produtivo, conjugou-se o binômio taylorismo/fordismo entre os anos 1945-1970, caracterizando o *pacto* entre burguesia e proletariado, afinal, com a condição da produção em massa, do consumo em massa, dos salários indiretos viabilizados pelas políticas sociais. A condição era de substancial melhora na qualidade de vida e pleno emprego. O capitalismo pareceu ser reformável. Pareceu.

Uma vasta bibliografia nos mostra que a crise estrutural iniciada em meados de 1970 nos países de capitalismo central rebate de diversas maneiras na classe trabalhadora, sendo a condição de fragmentação um fenômeno que cada vez mais impacta nas lutas sociais, nos/as trabalhadores/as e no seu objetivo histórico. Entendemos que tal fragmentação não ocorre apenas com a separação entre as lutas “econômicas” e “políticas” pelos sujeitos que lutam, mas a mais urgente, ao nosso ver, é a fragmentação de que a ofensiva do capital ofusca cada vez mais as contradições do capital e do trabalho, razão da questão social⁹³. Esta se expressa, dentre tantas formas, na fome, na miséria, na falta de moradia, de educação, cultura, arte, nas *fobias* sociais, no conservadorismo, na ansiedade cotidiana que leva milhares de pessoas à depressão e ao recurso aos ansiolíticos, e ao isolamento, quando há evidências que o trabalho tem se

⁹³ Não tratarei do assunto de maneira aprofundada. Uma introdução pode ser encontrada em: NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1947.

tornado cada vez mais coletivo – e concorrido. Ousamos dizer que se manifesta, também, quando as pautas de reivindicação, sobretudo as “econômicas”, podem não objetivar as transformações societárias ao requererem gerir o caos – deveras incontrolável neste modo de produção especificamente capitalista. A fragmentação também se manifesta através do pós modernismo presente nas lutas, que reivindicam o *capitalismo humanizado*, como se estes termos (e condições) fossem mais semelhantes do que antagônicos. O capitalismo é a desumanização.⁹⁴

A receita para a “saída” da crise de acumulação do capital é a mesma: A ofensiva contra a classe trabalhadora que se apresenta através da maior precarização do trabalho pelas terceirizações, privatizações, fechamento de postos de trabalho, desmonte do estado social, aumento da jornada através das horas extras, demissões etc. Tal situação coloca e recoloca a concorrência entre os trabalhadores, que, nesta perspectiva, tendem a se enxergarem como ameaças recíprocas. Em crise também estão as representações clássicas da classe trabalhadora, cujo reflexo mostra pouquíssima adesão/filiação por parte destes. Em contrapartida, agudiza-se as contradições do capital e do trabalho de tal forma que, por vezes, não se consegue promover sequer a luta *institucional*.⁹⁵

Vários fatores nos mostraram que a história não segue uma trajetória linear, ficando à cargo da luta de classes os avanços e retrocessos na construção do “socialismo”. Dentre eles, destaca-se a ofensiva neoliberal, que, como condição do capitalismo no atual estágio de acumulação, tem acentuado a realização de valor no setor de serviços, cujas características de emprego (quando existe) apresentam-se mais precarizadas.

Todas estas condições nos permitem afirmar que as instituições clássicas de defesa da classe trabalhadora atravessam, possivelmente, um dos períodos mais caóticos de representação: No mesmo tempo em que surgem lutas das mais variadas bandeiras e que demonstram a ferocidade da luta de classes neste momento, ofusca-se, ainda que despercebidamente (ou não), a gênese da razão de tais lutas: o modo de produção capitalista.

Decerto, o caso brasileiro não é diferente, mas apresenta suas particularidades. O longo período escravista, a industrialização tardia, bem como a chegada dos primeiros imigrantes,

⁹⁴ Cf. FONTES, Virgínia. Crise, capitalismo e conjuntura. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 130, 2017. P. 409-425.

⁹⁵ Um exemplo é a falta de um sindicato *ativo* que represente os professores do Campus Do Mucuri - UFVJM. No pouco tempo de contrato que tenho celebrado com a instituição enquanto professor substituto, não houve “deliberação” por paralisação da categoria docente nos dias sugeridos pelo ANDES e CSP-Conlutas como dias de paralisação e de greve geral. Isto demonstra a condição de subordinação da luta a um *sindicato*, por exemplo, e mostra que nem entre aqueles que possuem estabilidade no emprego as paralisações têm sido deliberadas *de outra forma*, ou ficam à mercê da institucionalização. Mais séria ainda torna-se a questão após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que limita os gastos públicos que impactam diretamente na atividade universitária.

familiarizados com o modo de produção capitalista das potências em *crise*, condicionam a formação da força de trabalho brasileira, cujos negros estiveram fora dos postos de trabalho nas indústrias e condenados ao subemprego. A formação nacional brasileira favoreceu o capital externo desde o início ao abrir mão do desenvolvimento nacional – o que revelou-se como um desenvolvimento desigual e combinado.

As lutas sociais eram (e ainda são) violentamente reprimidas por parte do Estado, que, desde sua gênese, negou a cidadania para a maioria do povo brasileiro e não poupa balas de borracha – e de ferro e pólvora – para manter a “ordem e progresso” do capital – seja nos atos ou nas favelas. A forte repressão aos trabalhadores organizados trouxe a marca indelével da criminalização das lutas sociais e dos pobres. Outrossim, confirma que a formação social brasileira é marcada pelo escravismo/racismo, pelo mandonismo, pelo patriarcado, pelo clientelismo e pelo favor, cujos traços são evidenciados ainda na atualidade.

O período que compreende a ditadura civil-militar no Brasil, que contou com apoio dos EUA, reforça a condição de dependência ao capital externo e também a repressão aos movimentos de esquerda. Trabalhadores/as organizados/as em partidos e sindicatos foram colocados na ilegalidade e, mesmo que viessem a manifestar contra o regime, eram brutalmente reprimidos, torturados, mortos e desaparecidos. O país vivenciou um dos seus piores episódios de endividamento externo, colocando em xeque as insuficientes políticas sociais do período e também a frágil concepção de *Welfare State*, nunca vivenciado.

O regime sinaliza o seu ocaso quando a condição de vida no país se torna insustentável, levando milhares de pessoas às ruas, pedindo por eleições diretas e o fim da ditadura militar. O custo de vida bastante elevado e também as liberdades suprimidas foram condicionantes que levaram as massas às ruas, dando origem ao PT, CUT e MST. Nesta toada, partido, central sindical e movimento agrário permaneceram unidos por questões comuns, reunindo milhões de pessoas nos comícios, nas ruas, nas panfletagens, lutando por melhores condições de vida e de trabalho.

Tudo isto caiu por terra, em algum sentido, com a chegada do PT ao poder. Lula sancionou a contrarreforma da previdência logo no primeiro mandato, o que conseqüentemente ocasionou a piora nas condições de vida e de trabalho. Seu governo serviu a dois senhores (MARQUES; MENDES, 2007), quando ofereceu focalização de serviços aos mais pobres e também consumo pela redução de impostos, e concedendo incentivos – e perdões – fiscais às empresas privadas. No âmbito das lutas sociais, a forte cooptação dos movimentos autônomos para a órbita do Estado se deu com o reconhecimento das Centrais Sindicais por lei e pelo recebimento da fatia do imposto sindical, ocasionando determinado passivismo com as lutas

que confrontam o capital. A participação nos fóruns tripartite também fez com que os sindicatos e centrais pudessem participar mais da gestão – da barbárie – e apresentar resultados, o que distanciou a luta da base.

O aprofundamento das medidas de caráter neoliberal exercidas pelo PT no governo demonstrou o fracasso de representação de classe trabalhadora que o partido apresentou. Diversas privatizações do patrimônio público, concessões fiscais para extração de mais-valia nos campos de construção e nas obras do PAC, programas de assistência focalizados e precarizados, expansão das universidades públicas sem acompanhamento de expansão de condições de permanência, contra reforma da previdência etc. foram cruciais para que a concorrência e a fragmentação da classe trabalhadora aumentasse consideravelmente. A conjuntura é de contrarrevolução. Por isto mesmo é que devemos reafirmar, também nas pesquisas, a recusa ao reformismo⁹⁶. Apontar alguns avanços e vacilos, ao nosso ver, é fundamental para objetivar os *noossos* interesses históricos.

Concomitantemente, surgem “alternativas” ao trágico que se apresenta, como foi o caso da Conlutas, consolidando-se, posteriormente, como Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, enquanto entidade que reúne⁹⁷ sindicatos e movimentos populares e de opressão. Sua proposta inovadora se consolidou após divisões entre os militantes dissidentes da CUT, que optaram por não disputar a hegemonia, mas fundar uma central que fizesse oposição e que tenha o socialismo como objetivo. Disto, uma inquietação: como/o que *resolve* a central sobre o seu/nosso objetivo final? Buscamos tais respostas *preliminares* nas resoluções, visto que é uma fonte confiável e que orienta a luta dos militantes. Outrossim, nos desculpamos com o leitor/a por não termos conseguido analisar diversas outras fontes que enriqueceriam esta pesquisa, tais como as teses,

⁹⁶ Boschetti (2015) considerou que tem avançado ou *reatualizado o conservadorismo* na formação profissional (o que sucumbe, futuramente, na prática profissional), sem nunca ter deixado o conservadorismo de ter feito parte do Serviço Social, ressaltando, na leitura de Netto (1999), que, no processo de *intenção* de ruptura, um importante passo foi dado em direção à defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora. Tem-se evidenciado como um dos traços deste avanço/reatualização do conservadorismo na formação profissional o “contentamento com o possibilismo”, cuja dissertação tentou se afastar. Citamos: “O contentamento com o possibilismo é típico do conformismo com mudanças no quadro das instituições capitalistas existentes. É a concordância com a “melhoria” social possível nos marcos do capitalismo. O “reformismo” social-democrata do pós-Segunda Guerra Mundial possibilitou a ampliação de alguns direitos no capitalismo, mas jamais se propôs a emancipar a humanidade das relações de exploração capitalista, acabando por se render ao possibilismo contrarreformista. A perspectiva de Serviço Social que se contenta com o avanço dos direitos no capitalismo se localiza nos marcos do reformismo social-democrata, mas a perspectiva de Serviço Social que se curva e incorpora as orientações neoliberais de privatização, focalização, universalismo básico e tantos outros modismos se localiza nos marcos do neoliberalismo contrarreformista, sendo meramente possibilista. Ambas são poderosas armas da conservação da ordem burguesa, ainda que possam ter algumas diferenças entre si. Tanto o reformismo social-democrata quanto o possibilismo neoliberal alimentam posições e intervenções que incorrem em práticas conservadoras, como a focalização, a seletividade, a integração, o assistencialismo, o individualismo, a competitividade, o quantitativismo, o fortalecimento do capital humano” (p. 649)

⁹⁷ Embora reúna diversas entidades, vale mencionar a saída do MTST da Central, cuja carta segue publicada em <http://psol50sp.org.br/blog/2012/07/15/carta-do-mtst-de-saida-da-csp-conlutas/>.

as redes sociais, os vídeos, as diversas notícias, ter realizado entrevistas, etc., e que, embora nossas análises sejam incipientes, podem representar, em certa medida, o posicionamento da central.

Algumas questões foram observadas nestas resoluções, algumas delas indicam que a luta tem pautado determinado *possibilismo* de transformação social por via de algumas reformas. No mesmo documento, foi possível identificar que o *partido* como agente da transformação social foi pouquíssimo citado, podendo ser uma das hipóteses a má reputação desta estrutura perante à sociedade. Não obstante, prevaleceu, no primeiro congresso, a vontade da Central de fazer parte da gestão da miséria (POLESE, 2017), ao reivindicar participar da estrutura sindical. Em si, mais uma derrota. Entretanto, no segundo congresso, esta vontade parece ter sido superada. Em meio à derrota, um pequeno avanço.

Ainda assim, diversas das resoluções nos dois congressos apontam para a manutenção do capitalismo ao resolverem, *entrelinhas*, por “bem estar” e “pleno emprego”. Um dado que chamou a atenção é que o *plano de ação* que propugnava o socialismo no primeiro congresso da Central “desapareceu” do plano de ação do segundo Congresso da Central. Apontamos, de forma extremamente introdutória, que uma via para o socialismo propugnado pela CSP-Conlutas pode ser *através* de algumas reformas, conforme tentamos demonstrar no terceiro capítulo. Ademais, parece necessário apontar que, no atual quadro de crise estrutural do capitalismo, pouco ou quase nada será *resolvido* enquanto os sindicatos não pautarem novas formas de vida⁹⁸, contrariando toda forma já conhecida e que trazem respostas prontas cuja solução imediata estaria na democratização do consumo.

Uma forma da encontrada pela central é a ação direta (assembleias, greves, passeatas, panfletagem etc., nos locais da base), que, em alguns casos pode recair na armadilha da gestão, desta ou daquela fatia do fundo público para alguma política social ou para a garantia de algum *direito* ao trabalho assalariado – seja de salário ou de jornada –, o que acaba por positivar a regulação da exploração do trabalho e que se afasta da redistribuição de *valor socialmente produzido*. No campo do enfrentamento das opressões, a central resolveu e pleiteou *majoritariamente* por ampliação e igualdade *direitos*. Em todo caso, é um segmento que merece maior atenção sobre o qual o estudo presente jamais teria a intenção de esgotar. Se nos é possível refletir sobre, é louvável que se esteja dialogando sobre estes movimentos nos espaços sindicais, cujo espaço historicamente foi negado. Por outro lado, parece ser preciso pensar em

⁹⁸ Ver Antunes (2018);

estratégias de combate ao pós-modernismo presente na central, reconhecido e, em alguma medida, associado aos movimentos de combate às opressões.

Não obstante, mencionamos que o *partido* político não apareceu de maneira incisiva nas resoluções, o que pode ser analisado por alguns pressupostos: O primeiro deles é a autonomia que declara frente aos partidos, o que, em si, já explicaria parte desta lacuna. Outro pressuposto pode estar relacionado à crise dos partidos e à péssima reputação que recebe. Isto não significa dizer que não exista influência partidária na central, haja vista termos evidenciado que a grande maioria dos militantes são simpatizantes ao PSTU. Entretanto, pouco se ressaltou o partido como um dos organismos que possibilitam (ou não) a tomada de poder pelos trabalhadores. Nas resoluções do segundo congresso, a palavra “partido” aparece como uma vontade da central, manifestada timidamente no final de um do tópico que versa sobre sua reorganização. De fato, mais uma questão curiosa e que não se esgota aqui, mas que merece ser destacada pelo viés histórico que tal organização tem na luta dos trabalhadores.

Destarte, a Central tem se firmado com uma alternativa à CUT. A questão que consideramos mais problemática é que a sua alternativa pleiteia o socialismo por algumas vias que podem levar ao reformismo e nem assim tem conseguido unidade de ação. Não se trata, nesta pesquisa, de condenar a Central à derrota ou dizer que tem má fé com os objetivos futuros. O que esta singela pesquisa tentou demonstrar é que a atual conjuntura têm se resolvido por pautas que tendem a manter o capitalismo mais do que erradicá-lo – se tratando de um fenômeno universal –, tendo em vista, sobretudo, as poucas resoluções que tentam superar o mais-valor e a *autogestão* do trabalho assalariado que o/a aliena.

REFERÊNCIAS

- AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: Um balanço da “década neoliberal”. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002
- _____. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ANDERSON. Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. **O que é sindicalismo**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.
- _____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre afirmação a negação do trabalho**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- APOSTOLOS, G. **A gênese e a contemporaneidade do movimento sindical: luta pela emancipação, direitos ou benefícios?** 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: UFOP, 2015.
- ARBIA, A. A. **Contornos de uma práxis sindical: curvatura teórica e ideológica nas concepções epráticas da Central Única dos Trabalhadores**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- ARRIZABALO, X. **Capitalismo y Economía Mundial. Bases Teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI**. Madrid: Instituto Marxista de Economía (IME), 2014.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOITO JR., A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Editora Unicamp. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., A.; MARCELINO, P. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010

BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução. 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Serviço Social e Sociedade**, n 128. São Paulo, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: **Revista Serv. Soc. e sociedade**. São Paulo. n 124, p. 637-651

CARTA CAPITAL. Cinco famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório. In: **Carta Capital (online)**, 31 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

CC DO PC(B) DA RÚSSIA. Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da nova política econômica. In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008

PSTU. **Um partido coerente, operário, revolucionário e socialista**. In: PSTU (online), S/D. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca/>. Acesso em: 11 de abril de 2018.

COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio e Formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CSP-CONLUTAS. **Caderno de Resoluções do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas**. 2012

_____. Estatuto. 2012. In: **Caderno de Resoluções do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas**. 2012.

_____. **Caderno de Resoluções do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas**. 2015.

_____. **Resoluções do 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas**. 2017. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2018/03/resolucoes-aprovadas-no-3o-congresso-nacional-da-csp-conlutas-2/>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

_____. **1º Congresso Nacional da CSP Conlutas tem 2280 participantes**. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2012/04/1o-congresso-nacional-da-csp-conlutas-tem-2280-participantes/>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

_____. **Historia**. Secretaria Executiva Nacional, 2011a. Disponível em: www.cspconlutas.org.br. Acesso:08 de setembro de 2018.

_____. **Programa da**. Secretaria Executiva Nacional, 2011b.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Do socialismo utópico aos socialismo científico**. São Paulo: Global Editora, 1986.

_____. Os Sindicatos I. The LabourStandart, 28.5.1881. In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

_____. Os Sindicatos II. The LabourStandart, 4.6.1881b. In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

_____. O Sistema de trabalho assalariado. The labourStandart, 21.5.1881c. In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991 .

ESTATUTO da CSP-Conlutas. 2012. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto/>. Acesso em: 01 de julho de 2018.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FONSECA, Felipe F. **Um estudo do campo popular na CSP-Conlutas**. Juiz de Fora, UFJF, 2017.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO, A.; TRÓPIA, P. A CSP-Conlutas em perspectiva. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras, et al. (Orgs.) **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba: Appris, 2015.

GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no governo Lula: Um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HERLING, John. **História dos sindicatos nos E.E.U.U.** Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 1965.

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções (1789 – 1844)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

_____. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, R. (org.) **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. A década de 70: Sindicalismo sem sindicalistas? In: HOBSBAWM, E. **Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octávio. **Tipos e mitos do pensamento brasileiro.** In: **Sociologias.** Porto Alegre: ano 4, jun/jul, 2002.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

JINKINGS, Ivana (Org.). **A verdade vencerá: O povo sabe por que me condenam.** São Paulo: Boitempo, 2018.

LENIN, V. I. Sobre as greves. In: AGUENA, P. (org.). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008a.

_____. **O que fazer.** In: AGUENA, P. (org.). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008b.

LUXEMBURGO, R. **Greve de Massas, Partido e Sindicatos.** Coimbra: Centelha, 1974.

_____. **A causa da derrota.** Tradução de Nildo Viana. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/acausadaderrota.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo Brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Reorganização em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MARQUES, R.M; MENDES, A. Servindo a dois senhores: As políticas sociais no governo Lula. **Rev. katálysis.** Florianópolis, vol.10, no.1, Jan./Jun., 2007.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Salário, preço e lucro.** Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classes e movimentos sociais**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, E. A. **A política pública de emprego: Entre a precarização protegida e a precarização desprotegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

_____. A funcionalidade da política social e os limites da emancipação humana na ordem do capital. In: **SER Social**. Brasília, v. 17, n. 37, p. 348-367, jul.-dez., 2015.

POLESE, Pablo. As lutas autônomas frente ao modelo democrático-popular de contrarrevolução permanente. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 123-142, jan./abr. 2017.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRZEWORSKI, A. **A social-democracia como fenômeno histórico**. Lua Nova, 1988.

RIBEIRO, Flávia. **Reformas trabalhistas no Brasil a partir de 1995: o protagonismo das centrais sindicais**. Belo Horizonte/MG; 2014.

SAGRA, A. **A Internacional. Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

_____. **As Frentes Populares, sua história e a política frente a elas**: Tradução de Rosângela Botelho. 2016. Disponível em: <https://litci.org/pt/sem-categoria/as-frentes-populares-sua-historia-e-a-politica-frente-a-elas/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

SALVADORI, Massimo L. A social-democracia alemã e a revolução russa de 1905: O debate sobre a greve de massa e sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente. In: HOBBSBAWM, E. et al. **O Marxismo na Época da Segunda Internacional**. – parte 02 –. Editora Paz e Terra, 1984.

SILVA, A. O. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 1998.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

TROPIA, P. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical**. Campinas/SP; 2004.

TROTSKY, L. **Os sindicatos na época da decadência imperialista.** In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008a.

_____. **Comunismo e sindicalismo.** In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008b.

_____. **A questão da unidade sindical.** In: AGUENA, P. (org). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008c.

WOOD, E. M. O que é agenda pós-moderna? In: WOOD, E. M; FOSTER, J. P. (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.